

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

# ECONOMIA POLÍTICA

*1º semestre*



## **Presidente da República Federativa do Brasil**

Luiz Inácio Lula da Silva

## **Ministério da Educação**

*Ministro do Estado da Educação* Fernando Haddad  
*Secretária da Educação Superior* Maria Paula Dallari Bucci  
*Secretário da Educação a Distância* Carlos Eduardo Bielschowsky

## **Universidade Federal de Santa Maria**

*Reitor* Clóvis Silva Lima  
*Vice-Reitor* Felipe Martins Muller  
*Chefe de Gabinete do Reitor* João Manoel Espina Rossés  
*Pró-Reitor de Administração* André Luis Kieling Ries  
*Pró-Reitor de Assuntos Estudantis* José Francisco Silva Dias  
*Pró-Reitor de Extensão* João Rodolfo Amaral Flores  
*Pró-Reitor de Graduação* Jorge Luiz da Cunha  
*Pró-Reitor de Planejamento* Charles Jacques Prade  
*Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa* Helio Leães Hey  
*Pró-Reitor de Recursos Humanos* João Pillar Pacheco de Campos  
*Diretor do CPD* Fernando Bordin da Rocha

## **Coordenação de Educação a Distância**

*Coordenadora de EaD* Cleuza Maria Maximino Carvalho Alonso  
*Vice-Coordenadora de EaD* Roseclea Duarte Medina  
*Coordenador de Pólos* Roberto Cassol  
*Gestão Financeira* José Orion Martins Ribeiro

## **Centro de Ciências Sociais e Humanas**

*Diretor do Centro de Ciências Sociais e Humanas* Rogério Ferrer Koff  
*Coordenador do Curso de Sociologia* João Vicente da Costa Lima

## **Elaboração do Conteúdo**

*Professor pesquisador/conteudista* Adayr da Silva Ilha

## **Equipe Multidisciplinar de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologias da Informação e Comunicação Aplicadas à Educação - ETIC**

*Coordenador da Equipe Multidisciplinar*

Carlos Gustavo Matins Hoelzel  
Cleuza Maria Maximino Carvalho Alonso  
Rosiclei Aparecida Cavichioli Laudermann  
Silvia Helena Lovato do Nascimento  
Volnei Antônio Matté  
Ronaldo Glufke  
André Krusser Dalmazzo  
Edgardo Gustavo Fernández

*Desenvolvimento da Plataforma*

Marcos Vinícius Bittencourt de Souza

*Gestão Administrativa*

Ligia Motta Reis

*Gestão do Design*

Diana Cervo Cassol

*Designer*

Evandro Bertol

## **ETIC - Bolsistas e Colaboradores**

*Orientação Pedagógica*

Elias Bortolotto  
Fabrício Viero de Araujo  
Gilse A. Morgental Falkembach  
Leila Maria Araújo Santos

*Revisão de Português*

Andrea Ad Reginatto  
Maísa Augusta Borin  
Marta Azzolin  
Rejane Arce Vargas  
Samarlene Pilon  
Silvia Helena Lovato do Nascimento

*Ilustração*

Cauã Ferreira da Silva  
Evandro Bertol  
Júlia Rodrigues Fabrício  
Mariana Rotilli dos Santos  
Natália de Souza Brondani

*Diagramação*

Criscia Raddatz Bolzan  
Gabriel Barbieri  
Leonardo Moreira Fabrin  
Luiza Kesseler Gama  
Naieni Ferraz  
Victor Schmitt Raymundo

*Suporte Técnico*

Adílson Heck  
Ândrei Componogara  
Bruno Augusti Mozzaquatro

## SUMÁRIO

Apresentação da disciplina.....	6
Objetivos da disciplina .....	7

### unidade 1

#### CIÊNCIA ECONÔMICA

**8**

1. Origens, concepções e definições da ciência econômica.....	8
1.1. Origens e definições de economia.....	8
1.2. Necessidades humanas.....	10
1.3. Bens e serviços.....	10
1.4. O problema da escassez.....	11
2. Questões econômicas fundamentais.....	13
2.1. Problemas econômicos.....	13
2.2. A curva de possibilidades de produção: uma ilustração do problema da escassez e da escolha.....	14
2.3. Uma fazenda e sua fronteira de possibilidades de produção.....	14
3. Economia e a interação com outras áreas de conhecimento.....	17
3.1. Por que a economia é considerada uma "ciência social".....	17
3.2. Economia e a inter-relação com as demais ciências.....	17
4. A metodologia do conhecimento econômico.....	20
4.1 O senso comum.....	20
4.2. A construção da ciência.....	21
4.3. Ideologia e normas.....	22
4.4. A elaboração da ciência: os métodos indutivo e dedutivo.....	22
5. A escola clássica.....	25
5.1. Escola clássica.....	25
5.2. Adam Smith (1723–1790).....	25
5.3. Thomas Robert Malthus (1766–1834).....	27
5.4. David Ricardo (1772–1823).....	27
5.5. Jean Baptiste Say (1768–1832).....	28
6. Continuação escolas econômicas.....	30
6.1. Escola neoclássica.....	30
7. Mais-valia absoluta e relativa.....	35
8. Divisão didática da ciência econômica.....	38
8.1 Análise microeconômica e macroeconômica.....	38
9. Métodos normativos e positivos.....	42
9.1. Raciocinando com teorias e modelos.....	42
9.2. Etapas na construção de uma teoria.....	43
9.3. Economia positiva e economia normativa.....	45

### unidade 2

#### COMPONENTES BÁSICOS DA ECONOMIA

**46**

10. As formas de renda.....	46
10.1 Introdução.....	46
10.2 Modelo keynesiano básico – agregados macroeconômicos.....	47
10.3 Consumo, poupança e investimento.....	48
11. Os agregados macroeconômicos.....	50
12. A moeda e o crédito.....	53
12.1 Oferta de moeda.....	53
12.2 Demanda por moeda.....	53
12.3 Efeitos da política monetária sobre o nível de renda e de preços.....	54
12.4 Eficácia da política monetária e fiscal.....	54
12.5 A importância da taxa de juros.....	54
13. Inflação: causas e consequências.....	56
13.1 Causas da inflação.....	56
13.2 Curva de Phillips.....	57

### unidade 3

<b>SISTEMAS ECONÔMICOS</b>	<b>58</b>
14. Organização econômica.....	58
14.1 Introdução.....	58
14.2. Economia de mercado.....	59
14.3. O sistema de preços.....	59
15. Recursos produtivos.....	62
15.1. Recursos produtivos.....	62
16. Sistema de economia de mercado.....	66
16.1. Preço e quantidade de equilíbrio.....	66
16.2. Elementos de uma economia de mercado.....	66
17. Falhas no funcionamento das economias de mercado.....	69
17.1 Economia planificada centralmente.....	69
17.2 Economia mista.....	71

### unidade 4

<b>PREÇOS NO FUNCIONAMENTO DA ECONOMIA</b>	<b>73</b>
18. Os preços no funcionamento da economia.....	73
18.1 Formação e função dos preços nos sistemas econômicos.....	73
18.2 Teorias da demanda e da oferta.....	74
19. As formas de mercado.....	78
19.1 Introdução.....	78
19.2 Estruturas de mercado e bens finais e serviços.....	78
19.3 Estruturas de mercado de fatores de produção.....	79

### unidade 5

<b>COMÉRCIO INTERNACIONAL</b>	<b>81</b>
20. Comércio internacional.....	81
20. 1 As relações econômicas internacionais e sua importância.....	81
20.2 Fatores explicativos para o comércio internacional.....	82
20.3 Obstáculos ao livre comércio de mercadorias.....	83
20.4 Balanço de pagamentos, balança comercial e balança de serviços.....	84
21. Taxas de câmbio.....	88
21.1 As moedas e as taxas de câmbio nas relações econômicas internacionais.....	88
21.2 Mercado cambial.....	89
22. Comércio exterior do Brasil.....	90
22.1. Panorama geral do comércio exterior do Brasil.....	90
23. Evolução do setor externo no Brasil desde os anos 90.....	94
23.1. Governo Collor.....	94
23.2. O Plano Real.....	95
24. Globalização e acordos regionais.....	98
24.1. Panorama geral da globalização.....	98
25. Teoria da globalização e internacionalização do capital.....	100
25.1 Breve apanhado geral sobre o processo de globalização.....	100
25.2. Intensificação da globalização no capitalismo.....	101
25.3. Organismos políticos internacionais.....	102
Bibliografia básica utilizada.....	103

## APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

Os problemas econômicos estão presentes a todo o instante em nossas vidas, desde em questões mais rotineiras, por exemplo: a decisão de consumir um determinado produto, com base no seu preço e na sua utilidade ou está presente também em assuntos mais complexos, como distribuição de renda. Você já pensou em questões como estas?

- Por que o nordestino tem uma renda per capita inferior à do paulista?
- Que influência têm os juros no consumo e na poupança?
- Por que a alta no preço do cafezinho reduz a demanda por açúcar?
- Por que existem tantos desempregados quando há tanto o que fazer?

Essas são algumas questões que a ciência econômica a partir da teoria busca explicar. A teoria econômica pode ser entendida como um conjunto de ideias sobre a realidade, sempre analisadas de forma interdependente.

O marco inicial da etapa científica da Economia coincidiu com os grandes avanços das ciências sociais, físicas e biológicas, nos séculos XVIII e XXI. Nesse notável período da evolução do conhecimento humano, a Economia estabeleceu seu núcleo científico, sua área de ação e delimitou sua fronteira com outras ciências sociais. Ao longo de sua história, atravessou por diferentes escolas de pensamento e conceitos sobre o objeto de estudo da Ciência Econômica. O ilustre economista brasileiro Delfim Neto conceitua economia como “a arte de pensar”.

Nesse sentido, a disciplina de Economia Política visa capacitá-lo a dar os primeiros passos na análise e na percepção dos problemas econômicos, unindo o descobrimento com a arte de pensar (analisar). Estudar Economia Política não se restringe a um grupo social, político e cultural, mas a todos os indivíduos que buscam compreender e analisar os fenômenos econômicos que fazem parte da nossa sociedade. Sua abrangência é ampla, pois é uma ciência social que envolve uma inter-relação com diversas áreas do conhecimento. O único pré-requisito é o entusiasmo e a dedicação, por meio de reflexões individuais sobre os temas a serem estudados.

## **OBJETIVOS DA DISCIPLINA**

O objetivo geral da disciplina Economia Política é mostrar que o conhecimento da teoria econômica possibilita uma melhor compreensão dos problemas socioeconômicos que enfrentamos em nosso dia-a-dia. Os objetivos específicos são pelo menos três: primeiro, estimulá-lo a perceber e a se interessar pelos problemas econômicos; segundo, buscar familiarizá-lo com as teorias que se propõem a analisar os mesmos problemas e, finalmente mostrar o quanto se deve aprender sobre essa importante ciência social. O desafio é grande, mas a paciência, a vontade, o entusiasmo devem ficar acima das dificuldades, pois cada conceito deve ser entendido, para que não se perca a coerência lógica do raciocínio analítico que é inerente ao pensamento econômico.

## unidade 1 CIÊNCIA ECONÔMICA

aula 1

### 1. ORIGENS, CONCEPÇÕES E DEFINIÇÕES DA CIÊNCIA ECONÔMICA

Nesta aula, você começará a entender como surgiu o termo economia e também poderá refletir sobre o fato de que os desejos humanos são ilimitados, mas, por outro lado, os recursos produtivos são limitados e por isso devemos fazer escolhas.

#### 1.1. ORIGENS E DEFINIÇÕES DE ECONOMIA

Embora o período científico das ciências econômicas tenha se desenvolvido só a partir do século XVIII, nesta aula, vamos analisar as definições da economia primitiva, clássica e contemporânea.

O ponto de vista primitivo sobre economia foi desenvolvido por Aristóteles em 384-322 A.C., filósofo que primeiro analisou o sistema econômico. Em sua época, a economia era uma ciência da administração da **COMUNIDADE DOMÉSTICA**, assim seu campo de ação derivava da própria etimologia da palavra economia (do grego *oikonomia*, de *uivos* = casa; *nonos* = lei).

O termo “econômico” (de *oikos*, casa, e *nomos*, lei) foi utilizado pela primeira vez por Xenofontes, entretanto, os autores gregos não apresentaram um pensamento econômico independente. Tratava-se, pois, de um ramo de conhecimento destinado a abranger apenas o campo comunal da atividade econômica, em suas mais simples funções de produção e distribuição. Como teria definido Aristóteles, a economia era a “ciência do abastecimento, que trata da arte da aquisição”.

Da Antiguidade à Renascença, as questões econômicas assumiram gradualmente maior importância, com o aparecimento das formas de organização mais complexas. Nesse período, foram discutidos os sistemas de posse territorial, a servidão, a arrecadação tributária, questões relacionadas aos mercados, ao comércio intrarregional, às guildas, à cunhagem e emprego de moedas.

Durante muito tempo, a economia constituiu um conjunto de preceitos ou de soluções adaptadas a problemas particulares. Na Antiguidade Grega, por exemplo, apareceram apenas algumas ideias econômicas fragmentárias em estudos filosóficos e políticos, mas sem o brilho dos trabalhos nos campos da filosofia, ética, política, mecânica ou geometria.

De modo geral, os gregos trataram apenas de conhecimentos práticos de administração doméstica, inclusive a *Crematística* (de *chrema*, posse ou riqueza) de Aristóteles, apesar do título, referia-se, sobretudo, a aspectos pecuniários das transações comerciais.

#### GLOSSÁRIO

A **comunidade doméstica** deve ser entendida, aqui, no mais amplo sentido da primitiva organização da grande família, seja de caráter cooperativo ou senhorial.

Esse autor, contudo, apresentou algumas contribuições interessantes às teorias do valor, dos preços e da moeda.

Na **Antiguidade Romana**, igualmente, não houve um pensamento econômico geral e independente, embora a economia de troca fosse mais intensa em Roma do que na Grécia. A unidade econômica do vasto império, mantida por meio de notáveis redes rodoviárias e de intensa navegação, transformara Roma em centro de afluência dos produtos de todas as províncias, estimulando as transações comerciais e a criação de companhias mercantis e sociedades por ações. Mas as preocupações dos romanos limitaram-se fundamentalmente à política, de modo que sua contribuição à economia foi quase nula.

Na **Idade Média**, principalmente do século XI ao XIV, surgiu uma atividade econômica regional e inter-regional, organizaram-se corporações de ofício, generalizaram-se as trocas urbano-rurais e o comércio mediterrâneo retomou o impulso. A Igreja procurou “moralizar” o interesse pessoal, reconhecendo a dignidade do trabalho (manual e intelectual), condenando as taxas de juros, buscando o “justo preço”, a moderação dos agentes econômicos e o equilíbrio destes atos. A partir da metade do século XV, entretanto, essa subordinação religiosa seria substituída pela preocupação metalista.

Com a **Revolução Industrial**, surge a economia política clássica com uma nova definição para a ciência econômica. Assim, a atividade econômica deveria ser cuidadosamente classificada, investigada e submetida a um completo e coerente conjunto de princípios, teorias e leis. Com isso, a ciência econômica experimentou um extraordinário desenvolvimento, como um ramo de conhecimento autônomo, voltado para a percepção e a análise, em seu todo, das questões relacionadas à riqueza.

No final do século XIX, surge uma nova proposta conceitual desenvolvida pelo economista inglês Alfred Marshall, em seu livro *Princípios Econômicos*, editado em 1890, com uma nova definição para a **ECONOMIA**. Esta obra de Marshall serviu como uma linha divisória entre as definições clássicas e as contemporâneas, pois os clássicos não se preocupavam com as causas e as consequências das depressões econômicas, com a escassez e com o atraso econômico, ao passo que, os contemporâneos atribuíram à economia a análise das causas da prosperidade e das recessões, o exame dos problemas decorrentes da escassez de recursos em face das ilimitadas necessidades.

Com isso, passaria a economia a ser considerada na mais simples de suas definições como a “ciência da escassez”, pois os teóricos contemporâneos observaram que o atendimento de qualquer objetivo de bem-estar ou de universalização do desenvolvimento econômico dependeria essencialmente da melhor administração dos recursos disponíveis, nesse sentido, Paul A. Samuelson, em 1973, cunhou

## GLOSSÁRIO

A **economia** é uma ciência que examina a parte da atividade individual e social essencialmente consagrada a atingir e a utilizar as condições materiais do bem-estar.

uma nova definição para o termo **ECONOMIA**. Apesar de a maioria das pessoas participarem de atividades de natureza econômica, poucas possuem conhecimentos teóricos que lhes permitam analisar os problemas econômicos que estão presentes em nosso cotidiano.

### 1.2. NECESSIDADES HUMANAS

Entende-se por necessidade humana a sensação da falta de alguma coisa unida ao desejo de satisfazê-la. Sabemos, por experiência própria, que as pessoas necessitam de ar, água, alimentos, roupas e abrigo para que possam sobreviver. Sabemos, também, que não há limite à variedade e ao número das necessidades humanas. O fato é que, quanto mais se deseja, mais se descobre coisas capazes de tornar a vida mais agradável e confortável.

IMPORTANTE: Por essa razão, os economistas dizem que as necessidades humanas são ilimitadas. Também sabemos que nem todas as necessidades humanas podem ser satisfeitas.

### 1.3. BENS E SERVIÇOS

De modo geral, pode-se dizer que Bem é tudo aquilo que permite satisfazer uma ou várias necessidades humanas. Por essa razão, um bem é procurado: porque é útil. Os bens são classificados, quanto à raridade, em bens livres e bens econômicos.

Entre os **BENS LIVRES** estão a luz solar, o ar, o mar etc., que são bens porque satisfazem necessidades, mas cuja utilização não implica relações de ordem econômica. A principal característica dos Bens Livres é a de que não possuem preço (têm preço zero).

Os **BENS ECONÔMICOS** ao contrário, apresentam como característica básica o fato de terem um preço (preço maior que zero).

Quanto à natureza, os Bens Econômicos são classificados em dois grupos: **BENS MATERIAIS**, ou bens propriamente ditos, e **BENS IMATERIAIS** ou **SERVIÇOS**. Os primeiros são de natureza material, sendo, portanto, tangíveis, e a eles podemos atribuir características como peso, altura etc. Alimentos, roupas e livros são exemplos de bens materiais.

Os **Serviços**, ao contrário, são intangíveis, ou seja, não podem ser trocados. Fazem parte dessa categoria de bens os cuidados de um médico, os serviços de um advogado, os serviços de transporte e etc., que acabam no mesmo momento de sua produção. Isso significa que a prestação de serviços e sua utilização são praticamente instantâneas.

Outra característica dos bens imateriais é a de que eles não podem ser estocados. Exemplificando: podem ser estocados bilhetes de metrô que dão ao seu possuidor o direito de viajar nesse meio de transporte; as viagens de metrô, entretanto, que são a própria prestação de serviço, não podem ser estocadas.

#### GLOSSÁRIO

A **economia** é a ciência social que estuda a administração dos recursos escassos entre usos alternativos e fins competitivos.

#### GLOSSÁRIO

**Bens livres:** são aqueles que existem em quantidade ilimitada e podem ser obtidos com pouco ou nenhum esforço humano.

#### GLOSSÁRIO

**Bens econômicos:** são relativamente escassos e supõem a ocorrência de esforço humano na sua obtenção.

Quanto ao destino, os Bens Materiais classificam-se em **BENS DE CONSUMO** e **BENS DE CAPITAL**.

Os bens de consumo podem ser de uso não-durável, ou seja, que desaparecem uma vez utilizados (alimentos, cigarros, gasolina etc.), ou de uso durável, que têm como característica o fato de que podem ser usados por muito tempo (móveis, eletrodomésticos, etc.). São exemplos de Bens de Capital: as máquinas, computadores, equipamentos, instalações, edifícios, etc. Tanto os Bens de Consumo quanto os Bens de Capital são classificados como **Bens Finais**, uma vez que já passaram por todos os processos de transformação possíveis, significando que estão acabados.

Além dos Bens Finais existem também os Bens Intermediários, que são aqueles que ainda precisam ser transformados para atingir sua forma definitiva. A título de exemplo, podemos citar o fertilizante utilizado na produção de arroz, ou o aço, o vidro e a borracha utilizados na produção de carros.

Os bens podem ser classificados ainda em **Bens Privados** e **Bens Públicos**. Os **Bens Privados** são os produzidos e possuídos privadamente. Como exemplo, temos os automóveis, aparelhos de televisão etc.

Os **Bens Públicos** referem-se ao conjunto de bens gerais fornecido pelo setor público. Como exemplo, temos: educação, justiça, segurança, transportes etc.

#### 1.4. O PROBLEMA DA ESCASSEZ

A escassez é o problema econômico central de qualquer sociedade. Se não houvesse escassez, tampouco haveria a necessidade de se estudar economia.

##### Mas, por que existe a escassez?

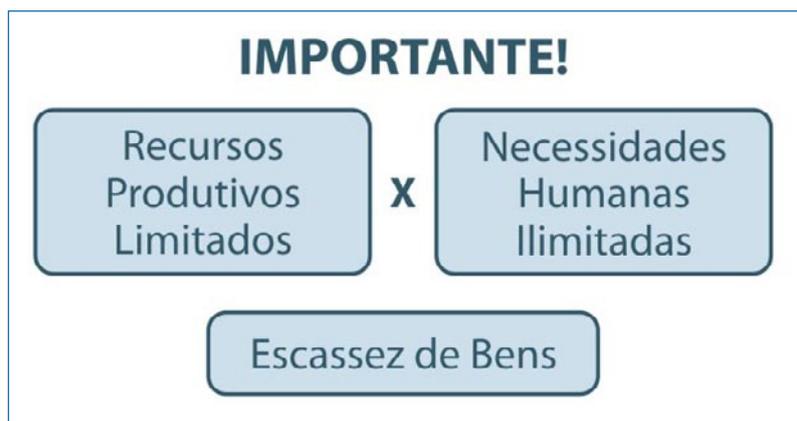
A escassez existe porque as necessidades humanas a serem satisfeitas através do consumo dos mais diversos tipos de bens (alimentos, roupas, casas) e serviços (transporte, assistência médica) são infinitas e ilimitadas, ao passo que os recursos produtivos (máquinas, fábricas, terras agricultáveis, matérias-primas) à disposição da sociedade e que são utilizados na produção dos mais diferentes tipos de produtos são finitos e limitados, ou seja, são insuficientes para se produzir o volume de bens e serviços necessários para satisfazer as necessidades de todas as pessoas.

#### GLOSSÁRIO

**Bens de consumo** são aqueles diretamente utilizados para a satisfação das necessidades humanas.

#### GLOSSÁRIO

**Bens de Capital** ou **Bens de Produção**, por sua vez, são aqueles que permitem produzir outros bens.



É preciso não confundir escassez com **POBREZA**. É preciso também não confundir escassez com limitação. Um bem pode ter sua oferta limitada. Entretanto, se esse bem não for desejado, se não houver procura por ele, ele não será escasso.

Assim, o fenômeno da escassez está presente em qualquer sociedade, seja ela rica ou pobre. Pode-se dizer, então, que a escassez é a preocupação básica da Ciência Econômica. Somente devido à escassez de recursos em relação às ilimitadas necessidades humanas é que se justifica a preocupação de utilizá-los da forma mais racional e eficiente possível.

Da dura realidade da escassez decorre a necessidade de escolha. Já que não se pode produzir tudo o que as pessoas desejam, devem ser criados mecanismos que de alguma forma auxiliem as sociedades a decidir quais bens serão produzidos e quais necessidades serão atendidas.

## REFERÊNCIAS UTILIZADAS

VASCONCELLOS, M. A. (Org.) **Manual de economia da USP**. São Paulo: Atlas, 2007.

PASSOS, R. M. **Princípios de Economia**. São Paulo: Pioneira, 2005.

## GLOSSÁRIO

**Pobreza** significa ter poucos bens. Escassez significa mais desejos do que bens para satisfazê-los, ainda que haja muitos bens.

aula 2

## 2. QUESTÕES ECONÔMICAS FUNDAMENTAIS

Como vimos, na primeira aula, a sociedade não dispõe de recursos produtivos em quantidade suficiente para produzir tudo o que a população deseja e também observamos que os seres humanos têm desejos ilimitados. Então, como conciliar esses dois fatores? Nesse caso, devemos fazer escolhas, assim é que toda sociedade, qualquer que seja sua organização política, se defronta com três questões econômicas básicas decorrentes do problema de escassez:

### 2.1. PROBLEMAS ECONÔMICOS

LEMBRE-SE:

**O que** e quanto produzir?

**Como** produzir?

**Pra quem** produzir?

#### *a) O que e quanto produzir?*

Já que não se pode produzir a quantidade desejada pela sociedade dos mais diversos tipos de bens e serviços, a sociedade deve escolher entre as várias alternativas, quais bens e serviços serão produzidos e em que quantidade. Devemos produzir mais automóveis do que roupas? Mais roupas e menos alimentos? Quanto de roupas e quanto de alimentos?

#### *b) Como produzir?*

Em segundo lugar, a sociedade tem de decidir a maneira pela qual o conjunto de bens escolhido será produzido. Normalmente, os bens podem ser obtidos mediante diferentes combinações de recursos e técnicas. Nesse sentido, deve-se optar pela técnica que resulte no menor custo por unidade de produto a ser obtido.

#### *c) Para quem produzir?*

Uma vez decidido quais bens produzir e como produzi-los, a sociedade tem de tomar uma terceira decisão fundamental: quem vai receber esses bens e serviços? Sabemos que a produção total de bens e serviços deverá ser distribuída entre os diferentes indivíduos que compõem a sociedade. De que maneira essa distribuição ocorrerá? Será que todas as pessoas receberão a mesma quantidade de bens e serviços? Ou será que a distribuição de bens e serviços será feita segundo a contribuição de cada um à produção? Ou a cada um segundo a sua necessidade?

## 2.2. A CURVA DE POSSIBILIDADES DE PRODUÇÃO: UMA ILUSTRAÇÃO DO PROBLEMA DA ESCASSEZ E DA ESCOLHA

A análise das ilimitadas necessidades humanas e da escassez de recursos empreendida até aqui conduz à conclusão de que a Economia é uma ciência ligada a problemas de escolha. Esse fato pode ser exemplificado através da utilização de gráficos e de exemplos aritméticos. Para fins de simplificação, discutiremos o dilema da opção e suas possíveis soluções aplicadas a um empreendimento agrícola. Posteriormente, a questão da escolha será abordada no âmbito de uma economia.

Para você entender melhor, vamos supor três hipóteses básicas que são necessárias para que possamos desenvolver o modelo da “Curva de Possibilidades de Produção”:

- Existência de uma quantidade fixa de recursos. A quantidade e a qualidade dos recursos produtivos permanecem inalteradas (constantes) durante o período da análise.
- Existência de pleno emprego dos recursos. A economia opera com todos os fatores de produção plenamente empregados e produzindo o maior nível de produto possível.
- A tecnologia permanece constante.

## 2.3. UMA FAZENDA E SUA FRONTEIRA DE POSSIBILIDADES DE PRODUÇÃO

Consideremos inicialmente uma fazenda com uma determinada extensão de terra, um conjunto de instalações, máquinas e equipamentos e um número fixo de trabalhadores. Consideremos ainda que o proprietário dessa fazenda possua qualificações técnicas que lhe permitam a dedicação a qualquer tipo de atividade agrícola. Ao decidir o que e como produzir, o fazendeiro estará decidindo as maneiras pelas quais os seus recursos produtivos serão distribuídos entre as várias combinações de bens possíveis.

Quanta terra será destinada à pastagem? E à produção de soja? Será conveniente utilizar parte da área destinada à lavoura de soja e parte para o plantio de milho? Por que não introduzir também a cultura de arroz? De que modo os empregados serão utilizados nas várias atividades?

Como a análise simultânea de tais problemas é bastante complicada, vamos, para simplificar, supor que essa fazenda **só produza dois tipos de bens: milho e soja**.

Se o fazendeiro utilizar toda a terra para cultivar milho, não haverá área disponível para o plantio de soja. Por outro lado, se ele quiser se dedicar somente à cultura de soja, utilizando-se de toda sua propriedade para este fim, não poderá plantar milho. Estamos

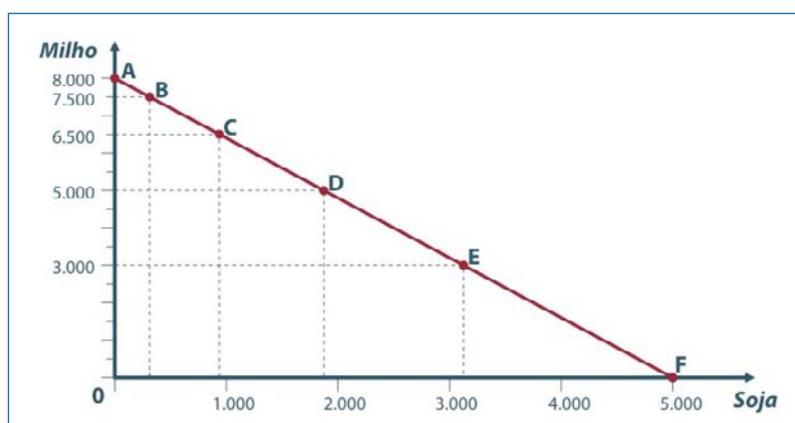
diante de duas opções extremas. Existirão, é claro, soluções alternativas intermediárias, como a utilização de parte das terras para o plantio de soja, ficando a fração restante para a cultura de milho. As várias possibilidades de produção podem ser ilustradas através de um exemplo numérico. Tomemos, então, o **Quadro 1: Possibilidades de produção em uma fazenda**.

ALTERNATIVA	SOJA EM QUILOS	MILHO EM QUILOS
A	0	8.000
B	1.000	7.500
C	2.000	6.500
D	3.000	5.000
E	4.000	3.000
F	5.000	0

Suponhamos, então, que o fazendeiro decida utilizar toda a sua propriedade (e demais recursos) no cultivo de milho. Nesse caso, será possível produzir no máximo 8.000 quilos de milho (alternativa A) e nenhuma quantidade de soja. No outro extremo, imaginemos que todos os recursos (terra, trabalhadores etc.) sejam investidos na produção de soja. Nesse caso, o volume máximo a ser produzido seria de 5.000 quilos, enquanto a produção de milho será zero (alternativa F).

O Quadro 1 nos fornece uma escala numérica, com algumas possibilidades intermediárias (B, C, D, E), que refletem a disposição do produtor de optar pela produção conjunta de ambos os bens.

Devemos observar que, na hipótese de plena utilização da terra (e demais recursos), aumentos na produção de soja ocorrerão somente mediante utilização das áreas destinadas à cultura do milho. Logo, reduz-se a produção de milho em benefício da lavoura de soja.



Podemos, agora, unir os pontos de A até F. A linha resultante denomina-se **Curva de Possibilidades de Produção** ou **Frenteira de Possibilidades de Produção – FPP**, e nos mostra todas as combinações

possíveis entre milho e soja que podem ser estabelecidas, quando todos os recursos disponíveis estão sendo utilizados (significa pleno emprego de recursos).

A FPP ilustra a escassez, vista na aula anterior, porque não é possível alcançar os pontos fora da fronteira, como os pontos "H" "H", os quais descrevem necessidades que não podem ser satisfeitas, podemos produzir em qualquer ponto dentro ou sobre a FPP.

Os pontos sobre a curva de FPP são eficientes porque não conseguimos produzir mais soja sem diminuir a produção de milho (C para D), nesse sentido, quando a produção é eficiente, estamos em um ponto sobre a FPP. Se estivermos em um ponto dentro como o ponto "G" da figura acima, a produção é ineficiente porque temos alguns recursos não utilizados ou mal alocados.

A FPP nos ajuda a entender o conceito de **CUSTO DE OPORTUNIDADE** (Glossário: corresponde à redução da quantidade produzida de um bem dividida pelo aumento da quantidade produzida de outro bem, à medida que percorremos a FPP) e nos permite calculá-lo. Ao longo da FPP há somente dois bens, de modo que se abdica de apenas uma alternativa: alguma quantidade do outro bem. Considerando a tecnologia e os recursos disponíveis, podemos produzir mais soja somente se produzirmos menos milho. O custo de oportunidade de produzir um quilo de soja adicional é a quantidade de milho que precisamos abdicar. Por exemplo, no ponto "C", produzimos menos soja e mais milho do que no ponto "D".

#### GLOSSÁRIO

**Custo de oportunidade:** corresponde à redução da quantidade produzida de um bem dividida pelo aumento da quantidade produzida de outro bem, à medida que percorremos a FPP.

**IMPORTANTE:** Em todas as empresas e situações de produção nos deparamos com situações que envolvem escolhas e elas devem sempre buscar minimizar as perdas e maximizar os ganhos, pois isto pode resultar em aumentos de bem-estar para toda a sociedade, evitando os desperdícios e o uso ineficiente dos recursos. Após essa breve noção dos problemas de escolha com os quais se deparam os agentes econômicos, você estudará, na próxima aula, a forma como a economia interage com as demais áreas do conhecimento.

## REFERÊNCIAS UTILIZADAS

VASCONCELLOS, M. A. (Org.) **Manual de Economia da Equipe de Professores da USP**. São Paulo: Ed. Atlas, 2007.

PASSOS, R. M. **Princípios de Economia**. São Paulo: Pioneira, 2005.

aula 3

### 3. ECONOMIA E A INTERAÇÃO COM OUTRAS ÁREAS DE CONHECIMENTO

Após você ter se deparado com alguns problemas econômicos básicos, vamos analisar nesta aula as inter-relações que existem entre a economia e demais ciências, em especial, a economia política está relacionada com uma ampla área de conhecimento.

#### 3.1. POR QUE A ECONOMIA É CONSIDERADA UMA "CIÊNCIA SOCIAL"?

A Economia é considerada uma ciência social porque as ciências sociais estudam a organização e o funcionamento da sociedade. O Direito, a Sociologia, a Antropologia e a Psicologia são ciências sociais, uma vez que cada qual estuda o funcionamento da sociedade a partir de um determinado ponto de vista. A título de exemplo, vejamos as definições dessas ciências:

- **Direito:** Ciência das normas obrigatórias que disciplinam as relações dos homens em sociedade;
- **Sociologia:** Estudo objetivo das relações que se estabelecem, consciente ou inconscientemente, entre pessoas que vivem em uma comunidade ou em um grupo social, ou entre grupos sociais diferentes que vivem no seio de uma sociedade mais ampla;
- **Antropologia:** Ciência que reúne várias disciplinas cujas finalidades comuns são descrever o homem e analisá-lo com base nas características biológicas (antropologia física) e culturais (antropologia cultural) dos grupos em que se distribui, dando ênfase, através das épocas, às diferenças e variações entre esses grupos;
- **Psicologia:** Ciência que trata da mente e de fenômenos e atividades mentais. Ciência do comportamento animal e humano em suas relações com o meio físico e social. A Economia, portanto, também é uma Ciência Social, pois se ocupa do comportamento humano e estuda como as pessoas e as organizações na sociedade se empenham na produção, troca e consumo de bens e serviços.

#### 3.2. ECONOMIA E A INTER-RELAÇÃO COM AS DEMAIS CIÊNCIAS

Apesar de a ciência econômica ter seu objeto de estudo, na realidade, é difícil separar os fatores que são essencialmente econômicos dos extraeconômicos, pois todos são significativos para o exame de qualquer sistema social. Nesse sentido, a autonomia que tem cada ramo da ciência social não deve ser confundida com um

isolamento total de cada ciência, pois todas as manifestações das modernas sociedades se encontram interligadas, apenas a realidade deve ser observada sob diferentes óticas e investigada não em termos unilaterais.

Cada ciência analisa o aspecto material de seu objeto, o fato é que as visões sobre o mesmo objeto acabam se inter-relacionando. Embora a Economia tenha seu núcleo de análise e seu objeto bem definidos, ela tem intercorrências com outras ciências. Afinal, todas estudam a mesma realidade, e evidentemente há muitos pontos de contato.

Nesta aula, tentaremos estabelecer relações entre a Economia e outras áreas do conhecimento. O conteúdo dessas relações foi retirado do livro Fundamentos de Economia, dos autores Marco Antonio Vasconcellos e Manuel E. Garcia, Editora Saraiva, 2ª. ed., 2006.

### **1. Economia, Física e Biologia**

O início do estudo sistemático da Economia coincidiu com os grandes avanços da técnica e das ciências físicas e biológicas nos séculos XVIII e XIX.

A construção do núcleo científico inicial da Economia começou a partir das chamadas concepções organicistas (biológicas) e mecanicistas (físicas). Segundo o grupo organicista, a Economia se comportaria como um órgão vivo. Daí utilizarem-se termos como órgãos, funções, circulação e fluxos na teoria econômica. Já para o grupo mecanicista, as leis da Economia se comportariam como determinadas leis da Física. Daí advêm os termos estática, dinâmica, aceleração, velocidade, forças e outros.

Com o passar do tempo, predominou uma concepção humanística, que coloca em plano superior os móveis psicológicos da atividade humana. Afinal, a Economia repousa sobre os atos humanos, e é por excelência uma ciência social.

### **2. Economia, Matemática e Estatística**

Apesar de ser uma ciência social, a Economia é limitada pelo meio físico, dado que os recursos são escassos, e se ocupa de quantidades físicas e das relações entre essas quantidades, como a que se estabelece entre a produção de bens e serviços e os fatores de produção utilizados no processo produtivo.

Daí surge a necessidade da utilização da Matemática e da Estatística como ferramentas para estabelecer relações entre variáveis econômicas.

A Matemática torna possível escrever de forma resumida importantes conceitos e relações de Economia e permite análises econômicas na forma de modelos analíticos, com poucas variáveis estratégicas, que resumem os aspectos essenciais da questão em estudo.

### **3. Economia e Política**

A Economia e a Política são áreas muito interligadas, tornando-se difícil estabelecer uma relação de causalidade (causa e efeito) entre elas.

A Política fixa as instituições sobre as quais se desenvolverão as atividades econômicas. Nesse sentido, a atividade econômica se subordina à estrutura e ao regime político do país (se é um regime democrático ou autoritário).

Porém, por outro lado, a estrutura política se encontra muitas vezes subordinada ao poder econômico. Citemos apenas alguns exemplos: a política do “café com leite”, antes de 1930, quando Minas Gerais e São Paulo dominavam o cenário político do país; o poder econômico dos latifundiários; o poder dos oligopólios e monopólios; o poder das corporações.

### **4. Economia e História**

A pesquisa histórica é extremamente útil e necessária para a Economia, pois facilita a compreensão do presente e ajuda nas previsões. As guerras e revoluções, por exemplo, alteraram o comportamento e a evolução da Economia.

Por outro lado, também os fatos econômicos afetam o desenrolar da História. Alguns importantes períodos históricos são associados a fatores econômicos, como os ciclos do ouro e da cana-de-açúcar no Brasil, e a Revolução Industrial, a quebra da Bolsa de Nova York (1929), a crise do petróleo, que alteraram profundamente a história mundial. Em última análise, as próprias guerras e revoluções são permeadas por motivações econômicas.

### **5. Economia e Geografia**

A Geografia não é o simples registro de acidentes geográficos e climáticos. Ela nos permite avaliar fatores muito úteis à análise econômica, como as condições geoeconômicas dos mercados, a concentração espacial dos fatores produtivos, a localização de empresas e a composição setorial da atividade econômica.

Atualmente, algumas áreas de estudo econômico estão relacionadas diretamente com a Geografia, como a economia regional, a economia urbana, as teorias de localização industrial e a demografia econômica.

Na próxima aula, serão estudados os métodos de investigação da ciência econômica, ferramentas que nos auxiliam na busca de respostas a diversos problemas econômicos.

## **REFERÊNCIAS UTILIZADAS**

VASCONCELLOS, M. A. (Org.) **Manual de Economia da Equipe de Professores da USP**. São Paulo: Ed. Atlas, 2007.

PASSOS, R. M. **Princípios de Economia**. São Paulo: Pioneira, 2005.

aula 4

## 4. A METODOLOGIA DO CONHECIMENTO ECONÔMICO

Nesta aula, analisaremos os diferentes métodos de investigação da ciência econômica que servem de base para a investigação em outras áreas do conhecimento.

A robustez de seus pressupostos e a constatação de que há traços comuns entre as diferentes abordagens da economia, notadamente quanto a seu significado e propósito, não escondem por inteiro duas de suas mais desafiantes características: **de um lado**, a delimitação entre o senso comum e o conhecimento econômico cientificamente sistematizado; **de outro lado**, a vinculação da sistematização científica a paradigmas ideológicos.

*Estas duas características resultam de duas diferentes situações:*

a) **O senso comum em economia.** Na mais pura acepção marshalliana, a economia “cuida das atividades correntes da vida”. Trata das ações, interações e reações de uma multiplicidade de agentes, que interferem no processo econômico em caráter permanente, definindo expectativas, influenciando cursos de ação e interpretando causas e efeitos do ordenamento corrente de que participam.

b) **A vinculação a paradigmas ideológicos.** Em economia, não é fácil demarcar os limites entre o conhecimento científico e a acepção ideológica. De certa forma, esta dificuldade reforça as relações biunívocas da economia com outros ramos do conhecimento social. E faz sempre ressurgir, apesar da delimitação sistematizada de seu campo de investigação, seus estreitos laços com a filosofia, a política e a ética.

A dificuldade de delimitação entre senso comum, ciência e ideologia não se restringe, obviamente, à economia. Estende-se praticamente a todos os outros campos do conhecimento humano. Na economia, porém, as dificuldades de delimitação parecem superar as de outros ramos, pela força e pela capacidade de pressão dos agentes econômicos e pela magnitude dos interesses envolvidos. Por isso mesmo, é útil aprofundar esses conceitos, notadamente quanto a seu significado e atributos.

### 4.1 O SENSO COMUM

O entendimento do homem sobre o mundo que o cerca, tanto no âmbito de suas relações com as forças da natureza, quanto no que diz respeito às diferentes manifestações de sua interação social,

começa por um conjunto de conhecimentos acríticos, geralmente denominados pela expressão senso comum. À medida que o homem vai ampliando seu contato com a natureza e com seus pares, vai também acumulando novos conjuntos de habilidades e de práticas e, ao mesmo tempo, exercitando sua consciência, seu discernimento, seu tino e sua perícia.

Por herança cultural, gerações que se sucedem ampliam, testam e submetem à provação experimental os conhecimentos acumulados que lhes foram transmitidos. Boa parte destes nada mais é do que um entendimento superficial acerca da coisa pretensamente conhecida e dominada. Outra parte resume-se à **credulidade**, em geral, decorrente de tentativas primitivas e inacabadas de explicar o desconhecido. E outra parte não vai além da **praticidade**, sem, contudo, explicar por que as coisas acontecem ou por que determinados fenômenos se manifestam. A este sistema de conhecimento, a que podemos chamar senso comum, deve-se expressiva parcela do domínio inicial do homem sobre os mais variados campos de sua atuação.

#### 4.2. A CONSTRUÇÃO DA CIÊNCIA

Partindo de sistemas de conhecimentos acríticos, o homem vai, progressivamente, à busca do conhecimento científico. Da informação à consciência, do entendimento à inteligência, da prática aos ensaios experimentais, o senso comum vai dando lugar à ciência, com o suceder das gerações. As práticas agrícolas rudimentares, por exemplo, deram lugar à agronomia experimental, à pesquisa agrônômica e à seleção genética de espécies vegetais.

No campo das ciências humanas, a análise da interação espontânea ensejou a classificação e codificação das mais variadas manifestações sociais, procurando-se conhecer as razões ou motivos das diferentes formas de comportamento ou de reação do homem. Este novo conjunto de conhecimentos, sistematicamente elaborado e experimentado, traduziu, em etapas sucessivas, a passagem do senso comum à ciência, cabendo notar que, na construção do conhecimento científico, o homem busca pelo menos **três relevantes critérios de cientificidade**.

Primeiro, a **coerência**, significando a falta de contradições, argumentação estruturada, desdobramento do conhecimento de forma organizada, conclusões a partir de deduções lógicas. Segundo, a **consistência**, no sentido de caracterizada pela resistência à argumentação contrária. E, terceiro, a **objetividade**, orientada pela reprodução da realidade como ela é, e não como o observador gostaria que fosse.

#### 4.3. IDEOLOGIA E NORMAS

Integrando-se ao estado do conhecimento humano e reproduzindo seu posicionamento em relação ao mundo que o cerca, surge e

se cristaliza um terceiro corpo de ideias e de entendimentos, que chamamos ideologia. A distinção entre ciência e senso comum fundamenta-se, como vimos, em um conjunto de critérios geralmente aceitos; ainda assim, esses dois compartimentos não podem ser considerados estanques, pois se entrelaçam como elos de uma mesma corrente. Da distinção entre ciência e ideologia também resultam elos entrelaçados, não obstante os critérios com que se define a ciência sejam bem diversos daqueles com que se identificam as ideologias. Estas se caracterizam pela justificação, pelo partidarismo e pela normatização.

A ideologia surge da exigência de legitimação, comum às mais diferentes formas de ordenamento institucional. O campo em que gravitam as posturas ideológicas é diverso daqueles em que se acomodam o senso comum e a ciência. A ideologia expressa um conjunto de valores, crenças, convicções, prescrições e normas. Estas se desenvolvem a partir da necessidade que toda organização social tem de se legitimar. Ao contrário do senso comum e da ciência, as **IDEOLOGIAS** não buscam a neutralidade, a explicação simples e objetiva com que o homem procura compreender o mundo que o cerca.

Geralmente, as ideologias são veiculadas por grupos dominantes ou por grupos que aspiram ao poder. Tem-se, assim, em geral, a ideologia dominante, à qual se contrapõem ideologias alternativas ou emergentes.

#### 4.4. A ELABORAÇÃO DA CIÊNCIA: OS MÉTODOS INDUTIVO E DEDUTIVO

As dificuldades de distinção entre os três conceitos que acabamos de explorar, o **senso comum**, a ciência e a **ideologia**, não implicam a extremada convicção de que, em economia, é impossível separar a construção científica, **de um lado**, do entendimento corrente, acríptico e superficial e, **de outro lado**, da aparente profundidade das justificações ideológicas.

Na construção da economia, como usualmente ocorre em outros ramos do conhecimento humano, o instrumental empregado assenta-se sobre bases metodológicas. A metodologia da elaboração científica, em sua estrutura fundamental, busca, como **primeiro passo**, observar sistematicamente a realidade. **Depois**, elaborar modelos simplificados que a reproduzam, que identifiquem relações de causas e efeitos e que interpretem os mais variados eventos e seus desdobramentos.

No processo de elaboração, basicamente, recorre-se a duas abordagens distintas, ainda que complementares: a INDUÇÃO e a DEDUÇÃO. Assim, em sua acepção mais simples, as bases sobre as quais se constrói o conhecimento científico constituem-se, preliminarmente, de processos descritivos que conduzam ao **reconhecimento da re-**

#### GLOSSÁRIO

O caráter diferenciador da **ideologia** é sua não-neutralidade. O discurso ideológico é predominantemente partidário e se caracteriza por posicionamentos políticos derivados de correntes filosóficas e de interesses de classe.

alidade e, subsequentemente, de duas abordagens metodológicas distintas, embora complementares, a indutiva e a dedutiva.

Em síntese, essas três bases são:

#### **A. O Reconhecimento.**

Consiste na observação sistematizada da realidade. Uma vez definido o campo específico de investigação de um aspecto da realidade econômica, observam-se, classificam-se e descrevem-se as categorias dessa mesma realidade que sejam pertinentes à investigação pretendida. O reconhecimento envolve, assim, a ampla observação do mundo real, a partir da qual são selecionados fatos, dados e relações de comportamento que sirvam para sua compreensão ou interpretação.

#### **B. A Indução.**

A reunião de informações, resultantes de processos sistematizados de reconhecimento, pode conduzir à formulação de princípios, teorias, leis ou modelos explicativos da realidade observada. O método indutivo (Glossário: Método indutivo é aquele que parte de questões particulares até chegar a conclusões generalizadas) está cada vez mais sendo abandonado, por não permitir ao autor uma maior possibilidade de criar novas leis, novas teorias. Próprio das ciências naturais, também aparece na Matemática através da estatística. *Exemplo:* No Brasil que é um país da América Latina existe corrupção na política, logo, em todos os países latino-americanos também ocorre corrupção na política.

#### **C. A Dedução.**

A abordagem dedutiva resulta de processos apriorísticos, pelos quais se levantam hipóteses sobre realidades não investigadas a partir de levantamentos sistematizados, quer pela natureza das questões envolvidas, quer por sua complexidade. Entretanto, é importante frisar que a **DEDUÇÃO** não oferece conhecimento novo, uma vez que sempre conduz à particularidade de uma lei geral previamente conhecida. *Exemplo:* Nos países da América latina, existe concentração de renda, o Brasil é um país latino, logo aqui também existe uma má distribuição da renda.

O emprego de um ou de outro método de investigação, para a construção sistematizada da economia, depende da natureza dos fatos econômicos com que se está lidando.

Assim, se por meio da dedução chega-se a conclusões verdadeiras, já que baseada em premissas igualmente verdadeiras, por meio da indução chega-se a conclusões que são apenas prováveis. Comparando o método dedutivo e o indutivo, concluímos que enquanto o pensamento dedutivo leva a conclusões inquestionáveis, porém

#### **az GLOSSÁRIO**

A **dedução** apenas organiza e especifica o conhecimento que já se possui. Ela tem como ponto de partida a verdade geral, já estabelecida, e converge para um ponto interior deste plano.

já contidas nas hipóteses, o raciocínio indutivo leva a conclusões prováveis, porém mais gerais do que o conteúdo das hipóteses.

IMPORTANTE!!!

Na próxima aula, iniciaremos o estudo sobre as principais escolas de pensamento econômico, destacando as diferenças entre cada concepção teórica.

### **REFERÊNCIAS UTILIZADAS**

VASCONCELLOS, M. A. (Org.) **Manual de Economia**. Equipe de Professores da USP. São Paulo: Ed. Atlas, 2007.

PASSOS, R. M. **Princípios de Economia**. São Paulo: Pioneira, 2005.

aula 5

## 5. A ESCOLA CLÁSSICA

### 5.1. ESCOLA CLÁSSICA

Como visto na aula anterior, a escola clássica, em especial a representada pela obra de Adam Smith, surgiu como produto da primeira revolução industrial, que iniciou por volta de 1770, na Inglaterra. Essa escola questionava os principais pressupostos do mercantilismo, como a intervenção do Estado e a noção de que a riqueza ocorria através do acúmulo de metais preciosos, essa escola defendia alguns pontos básicos como:

- o interesse próprio
- mercado autorregulador
- livre mercado/divisão do trabalho.

### 5.2. ADAM SMITH - 1723-1790

PARA REFLEXÃO: "Não é da benevolência do padeiro, do açougueiro ou do cervejeiro que esperamos o nosso jantar, mas sim do empenho deles em promover seu próprio interesse pessoal".

Esse pensador teve uma formação eclética, sofreu influência da filosofia protestante de direito natural, depois se tornou um empirista. Foi influenciado por muitos pensadores, em especial, David Hume. Em 1776, publicou *A Riqueza das Nações: Investigação sobre a sua Natureza e suas Causas*, essa obra rompeu como pensamento mercantilista de que a riqueza de um país dependia do estoque de metais preciosos ou da balança comercial favorável (essa questão será discutida com mais detalhe em aula futura).

Para Adam Smith, a riqueza dependia do NÍVEL DE PRODUÇÃO (PIB) e do NÍVEL DE RENDA.

**Objetivo dessa obra:** explicar como ocorria o crescimento econômico e seus determinantes.

**Causas do crescimento para Smith:** aumento da produtividade e acumulação de capital.



A *Riqueza das Nações* contém o que seu subtítulo anuncia: *investigação da natureza e das causas da riqueza das nações*. Ou seja, em termos modernos, o autor busca uma teoria do desenvolvimento econômico. A principal explicação de Smith para o desenvolvimento está nas primeiras páginas de sua obra: a **DIVISÃO DO TRABALHO**, expressão de simplicidade enganadora, utilizada por ele em dois sentidos diferentes que seriam em tempos modernos: a especialização da força de trabalho, que acompanha o avanço econômico, e a alocação da força de trabalho entre várias linhas de emprego.

Enfatizou o mercado como regulador da divisão do trabalho, distinguiu o “valor de uso” do “valor de troca”, atribuindo interesse econômico apenas ao último. Considerou o valor distinto do preço, afirmando ser o trabalho “a medida do valor”. Analisou a distribuição da renda ao discutir os três componentes do “preço natural”: salários, lucros e rendas da terra. Dos problemas do valor e da distribuição da renda, passou à exposição dos mecanismos de mudança econômica e dos fatores que governam a alocação das forças de trabalho entre empregos produtivos e improdutivos.

O modelo teórico de desenvolvimento econômico de Smith constituía parte integrante de sua política econômica: ao contestar o padrão mercantilista de regulamentação estatal de controle, apoiava a suposição de que a concorrência maximiza o desenvolvimento econômico e de que os benefícios do desenvolvimento seriam partilhados por toda a sociedade.

**Smith confiava no egoísmo inato dos homens e na harmonia natural de seus interesses: todo indivíduo se esforça, em seu próprio benefício, para encontrar o emprego mais vantajoso para seu capital, qualquer que seja ele, o que o conduz naturalmente a preferir o emprego mais vantajoso para a sociedade;** o constante e ininterrupto esforço de todo homem para melhorar sua própria condição é frequentemente bastante poderoso para manter a marcha natural das coisas no sentido da melhoria, a despeito da extravagância do governo e dos piores erros da administração.

Para Smith, Deus implantou no homem certos instintos, entre os quais o de “trocar”: este, associado à tendência de ganhar mais dinheiro e de subir socialmente conduzem o trabalhador a poupar, a produzir o que a sociedade precisa e a enriquecer a comunidade. Os homens são “naturalmente” assim.

Seus admiradores, entretanto, consideram a *Riqueza das Nações* uma notável conquista intelectual, que deu uma visão completa do progresso econômico, dentro de um tratamento teórico, afastado de interesses particulares (diferentemente de seus antecessores).

Dentre seus discípulos, destacam-se pelas importantes contribuições à construção da Ciência Econômica: Malthus, Ricardo, Stuart Mill e Jean Baptiste Say. De modo geral, todos eles procuraram explicar certos pontos ambíguos ou inconsistentes da obra de Smith.

## GLOSSÁRIO

**Divisão do trabalho:** segmentar tarefas em tarefas mais simples e se especializar nelas é fonte de maior avanço e energia produtiva da mão de obra.

### 5.3. THOMAS ROBERT MALTHUS (1766-1834)

Tentou precisar a terminologia teórica relativa a “definições de política econômica” e colocar a economia em sólidas bases empíricas, embora reconhecendo os precários fundamentos empíricos de muitas proposições amplamente aceitas, bem como a deficiência dos dados estatísticos. Tornou-se famoso com a obra *Ensaio sobre os Princípios da População*, publicada anonimamente na primeira edição (1798), mas cuja calorosa recepção levou-o a preparar mais seis edições (a última, em 1826). Escreveu ainda vários panfletos e artigos sobre temas do momento e sua maior obra teórica foi *Os Princípios da Economia Política e suas Aplicações Práticas*.

A lei da população de Malthus desenvolveu um aspecto que Smith deixara incompleto: a população, quando não controlada, cresce a uma taxa geométrica, entretanto, a subsistência só cresce a uma taxa aritmética. Isto leva a imensidão da primeira potência em relação à segunda.

Os fatos, entretanto, mostraram que Malthus subestimara o ritmo e o impacto do progresso tecnológico. Além disso, não lhe seria possível prever a revolução agrícola que viria alterar radicalmente a oferta de bens de alimentação, nem as técnicas de limitação da fertilidade humana. Relativamente às propriedades “autorreguladoras” dos mercados, afastou-se de seus contemporâneos e apresentou contribuições depois desenvolvidas por James Mill e Say.

### 5.4. DAVID RICARDO (1772-1823)

Trabalhou no mesmo sentido de Malthus, isto é, preocupado em ampliar a tradição iniciada por Smith. Mas, diferentemente de Smith e de Malthus, que usaram amplamente exemplos ilustrativos, Ricardo, banqueiro de uma lógica rigorosa, era direto e formal. Construiu um sistema abstrato em que as conclusões decorrem dos axiomas.

O interesse de Ricardo pela teorização em economia desenvolveu-se em sua meia-idade, quando já havia enriquecido como especialista em títulos governamentais e como banqueiro. Estimulado por James Mill, concentrou-se na redação dos *Princípios de Economia Política e Tributação*, publicado em 1817. Nas duas primeiras edições, Ricardo mostrou-se otimista em relação às consequências sociais do maquinismo, mas, na terceira, reviu sua posição e concluiu que a máquina poderia provocar o desemprego tecnológico e deteriorar as condições do trabalhador. Esta posição conflitava com a fé de Smith na “harmonia de interesses” entre as várias classes da sociedade e seria tema de destaque na obra de Marx.

Ricardo mudou, de modo sutil, a análise clássica do problema do valor. Assim, ele afirma que a razão pela qual o produto bruto se eleva é porque mais trabalho é empregado na produção, e não porque se pega renda ao proprietário da terra.

Este pensador mostrou as interligações entre expansão econômica e distribuição da renda. Tratou dos problemas do comércio internacional e defendeu o livre-cambismo. Ricardo jamais teria suposto que viesse a inspirar “socialistas ricardianos” - como William Thompson, Thomas Hodgskin entre outros que somaram elementos utópicos (edificação de comunidade com base na bondade e na racionalidade humanas) à fé em uma economia e psicologia científicas.

### **5.5. JEAN BAPTISTE SAY (1768-1832)**

Jornalista, industrial parlamentar e professor de economia do College de France foi o principal representante francês da Escola Clássica. Retomou a obra de Smith para corrigi-la e completá-la em vários pontos. Daí seus Cursos de Economia Política (1828, em seis volumes). Deu atenção especial ao empresário e ao lucro, subordinou o problema das trocas diretamente à produção, tornando-se conhecida sua concepção de que a oferta cria a procura equivalente (popularizada como “Lei de Say”).

Stuart Mill e Marx preocuparam-se com as consequências sociais da industrialização em sua época, especialmente o baixo padrão de vida da crescente classe trabalhadora (empilhada em favelas urbanas, sem as mais elementares condições sanitárias), a longa jornada de trabalho, os reduzidos salários, a ausência de legislação trabalhista e previdenciária etc. Mas, se o florescimento industrial fosse julgado em termos do crescimento da produção, do aumento do volume do comércio internacional ou da acumulação do capital produtivo, então, o sucesso seria inegável. Esse contraste evidenciava para ambos que o sistema de distribuição de renda não estava funcionando bem na economia capitalista em expansão.

Por outro lado, o crescimento industrial parecia associado a instabilidades econômicas que se sucediam com regularidade impressionante. Ambos, Stuart Mill e Marx, perceberam que o instrumental teórico legado pelos clássicos não era adequado: baseava-se nos pressupostos da “harmonia de interesses” e da ordem natural e providencial, que não se confirmavam.

Os dois autores não concordaram, entretanto, quanto à solução: Stuart Mill argumentou que a distribuição da renda era sensível à manipulação humana e preconizou políticas de promoção do bem-estar geral, mas, sobretudo voltadas para a classe trabalhadora; Marx criticou-o por tentar harmonizar a economia política do capital às exigências do proletariado (entendido como classe “sem propriedade” ou que possui apenas o seu poder de trabalho), e essas exigências não podiam mais ser ignoradas.

AVISO: Na próxima aula, você irá estudar as escolas contemporâneas do pensamento econômico e a influência que sofreram dessa escola clássica.

### **REFERÊNCIAS UTILIZADAS**

HUNT, E. K. **História do Pensamento Econômico**. Rio de Janeiro: Elsevier: 2005

FEIJÓ, R. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Atlas, 2006.

aula 6

## 6. CONTINUAÇÃO ESCOLAS ECONÔMICAS

Nesta aula, vamos continuar examinando as escolas econômicas, agora as contemporâneas, com certeza, você irá tirar muito proveito desse estudo.

### 6.1. ESCOLA NEOCLÁSSICA

O período neoclássico teve início na década de 1870 e desenvolveu-se até as primeiras décadas do século XX. Nesse período, privilegiam-se os aspectos microeconômicos da teoria, pois a crença na economia de mercado e em sua capacidade autorreguladora fez com que os teóricos econômicos não se preocupassem tanto com a política e o planejamento macroeconômico.

Os neoclássicos sedimentaram o raciocínio matemático explícito inaugurado por Ricardo, procurando isolar os fatos econômicos de outros aspectos da realidade social.

#### 6.1.1. Alfred Marshall (1842-1924)

Um grande destaque dessa corrente foi Alfred Marshall. Sua obra, *Princípios de Economia*, publicada em 1890, serviu como livro básico até a metade do século XX. Outros teóricos importantes foram: William Jevons, Léon Walras, Schumpeter, Vilfredo Pareto, Arthur Pigou e Francis Edgeworth.

Nesse período, a formalização da análise econômica (principalmente a Microeconomia) evoluiu muito. O comportamento do consumidor é analisado em profundidade. O desejo do consumidor de maximizar sua utilidade (satisfação no consumo) e o do produtor de maximizar seu lucro é a base para a elaboração de um sofisticado aparato teórico. Com o estudo de funções ou curvas de utilidade (que pretendem medir o grau de satisfação do consumidor) e de produção, considerando restrições de fatores e restrições orçamentárias, é possível deduzir o equilíbrio de mercado.

A análise marginalista é muito rica e variada. Alguns economistas privilegiaram aspectos como a interação de muitos mercados simultaneamente, o equilíbrio geral de Walras é um caso; enquanto outros privilegiaram aspectos de equilíbrio parcial, usando um instrumental gráfico, a caixa de Edgeworth, por exemplo.

Apesar de as questões microeconômicas ocuparem o centro dos estudos econômicos, houve uma produção rica em outros aspectos da teoria econômica, como a teoria do desenvolvimento econômico de Schumpeter e a teoria do capital e dos juros de Bohm-Bawerk. Deve-se destacar também a análise monetária, com a criação da teoria quantitativa da moeda, que relaciona a quantidade de dinheiro com os níveis gerais de atividade econômica e de preços.

### 6.1.2. Escola Keynesiana

A era keynesiana iniciou-se com a publicação da *Teoria Geral do Emprego, dos Juros e da Moeda*, de John Maynard Keynes (1883-1946), em 1936. Muitos autores descrevem a contribuição de Keynes como a revolução keynesiana, tamanho o impacto de sua obra.

Keynes ocupou a cátedra que havia sido de Alfred Marshall na Universidade de Cambridge. Acadêmico respeitado, Keynes tinha também preocupações com as implicações práticas da teoria econômica.

Para entender o impacto da obra de Keynes, é necessário considerar sua época. Na década de 1930, a economia mundial atravessava uma crise que ficou conhecida como a Grande Depressão. A realidade econômica dos principais países capitalistas era crítica naquele momento. O desemprego na Inglaterra e em outros países da Europa era muito grande. Nos Estados Unidos, após a quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929, o número de desempregados assumiu proporções elevadíssimas.

A teoria econômica vigente acreditava que se tratava de um problema temporário, apesar de a crise estar durando alguns anos. A teoria geral de Keynes consegue mostrar que a combinação das políticas econômicas adotadas até então não funcionava adequadamente naquele novo contexto econômico, e aponta para soluções que poderiam tirar o mundo da **recessão**.

Segundo o pensamento keynesiano, um dos principais fatores responsáveis pelo volume de emprego é explicado pelo nível de produção nacional de uma economia, que, por sua vez, é determinado pela demanda agregada ou efetiva. Ou seja, sua teoria inverte o sentido da lei de Say (a oferta cria sua própria procura) ao destacar o papel da demanda agregada de bens e serviços sobre o nível de emprego.

Para Keynes, não existem forças de autoajustamento na economia, por isso se torna necessária a intervenção do Estado por meio de uma política de gastos públicos. Tal posicionamento teórico significa o fim da crença no **laissez-faire**.

A expressão refere-se a uma filosofia econômica que surgiu no século XVIII, que defendia a existência de mercado livre nas trocas comerciais internacionais, ao contrário do forte protecionismo baseado em elevadas tarifas alfandegárias. O *laissez faire* tornou-se o chavão do liberalismo na versão mais pura de capitalismo de que o mercado deve funcionar livremente, sem interferência. Esta filosofia tornou-se dominante nos Estados Unidos e nos países ricos da Europa durante o final do século XIX até o início do século XX.

A expressão refere-se a uma filosofia econômica que surgiu no século XVIII, que defendia a existência de mercado livre nas trocas comerciais internacionais, ao contrário do forte protecionismo ba-

seado em elevadas tarifas alfandegárias. O laissez faire tornou-se o chavão do liberalismo na versão mais pura de capitalismo de que o mercado deve funcionar livremente, sem interferência. Esta filosofia tornou-se dominante nos Estados Unidos e nos países ricos da Europa durante o final do século XIX até o início do século XX..

Os argumentos de Keynes influenciaram muito a política econômica dos países capitalistas. De modo geral, essas políticas apresentaram resultados positivos nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial.

Nesse período, houve desenvolvimento expressivo da teoria econômica. Por um lado, incorporaram-se os modelos por meio do instrumental estatístico e matemático, o que ajudou a formalizar ainda mais a ciência econômica. Por outro, alguns economistas trabalharam na esteira de pesquisa aberta pela obra de Keynes. Debates teóricos sobre aspectos de seu trabalho duram até hoje, destacando-se três grupos: os monetaristas, os fiscalistas e os pós-keynesianos. Apesar de nenhum deles ter um pensamento homogêneo e todos terem pequenas divergências internas, é possível fazer algumas generalizações.

**Os monetaristas** estão associados à Universidade de Chicago e têm como economista de maior destaque Milton Friedman. De maneira geral, privilegiam o controle da moeda e um baixo grau de intervenção do Estado.

**Os fiscalistas** têm seus maiores expoentes em James Tobin (1918-2002), da Universidade de Yale, e Paul Anthony Samuelson, de Harvard e MIT. Em geral, recomendam o uso de políticas fiscais ativas e acentuado grau de intervenção do Estado.

**Os pós-keynesianos** têm explorado outras implicações da obra de Keynes, e pode-se associar a esse grupo o economista Joan Robinson (1903-1983), cujas ideias eram afinadas com as de Keynes. Os pós-keynesianos realizaram uma releitura da obra de Keynes, procurando mostrar que ele não negligenciou o papel da moeda e da política monetária. Enfatizam o papel da especulação financeira e, como Keynes, defendem um papel ativo do Estado na condução da atividade econômica. Além de Joan Robinson, outros economistas dessa corrente são Hyman Minsky (1919-1996), Paul Davison e Alessandro Vercelli.

Cabe destacar que, apesar das diferenças entre as várias correntes, há consenso quanto aos pontos fundamentais da teoria, uma vez que todas são baseadas no trabalho de Keynes.

### 6.1.3. Abordagem Alternativa: Karl Marx (1818-1883)

A grande obra de Marx é O Capital. Em 1872, foi publicada a primeira tradução do Tomo I, onde trata de fazer uma extensa análise da sociedade capitalista. É predominantemente um livro de Economia Política. **Principais obras:** *O Capital, O Manifesto Comunista, O 18 de Brumário de Luís Bonaparte, Sobre a Questão Judaica, Grundrisse, A Ideologia Alemã, Manuscritos Econômico-Filosóficos (1844), Teses sobre Feuerbach*, entre outras.

Marx criticou a doutrina populacional de **Malthus** com base nas diferenças características dos diversos estágios da evolução econômica e seus respectivos modos de produção, afirmando que uma mudança no sistema produtivo poderá converter em excedente demográfico uma aparente escassez populacional. Preocupou-se com épocas históricas específicas, contestando os casos hipotéticos.

Ao lado de disputas metodológicas com o classicismo, Marx modificou a análise do valor, apesar de haver utilizado vários componentes da versão clássica da teoria do valor-trabalho (Ricardo, especialmente); **desenvolveu conceitos que se tornaram muito conhecidos**, por exemplo: mais-valia, capital variável, capital constante, exército industrial de reserva, acumulação do capital, a distribuição da renda e as crises econômicas.

Desenvolveu argumentos para mostrar que o valor da força de trabalho se baseia nos insumos de trabalho necessários à subsistência e treinamento dos trabalhadores. As condições da produção do sistema capitalista, entretanto, obrigam o trabalhador a vender mais tempo de trabalho do que o necessário para produzir valores equivalentes às suas necessidades de subsistência. Os trabalhadores são obrigados a aceitar as condições impostas pelos empregadores porque não dispõem de fontes alternativas de renda. Assim, seu dia de trabalho compreende o tempo "necessário" à produção de valores iguais às exigências de manutenção, e um tempo de trabalho "excedente". **O valor criado pelo tempo de trabalho excedente é apropriado pelos detentores dos meios de produção, os capitalistas.**

Por sua própria natureza, o capitalismo tende a separar as classes sociais de modo sempre crescente: com o avanço tecnológico, um número cada vez maior de trabalhadores é rebaixado em suas técnicas, e passa a realizar operações de rotina e tarefas repetitivas. Além disso, a substituição dos homens pelas máquinas faz aumentar o exército de reserva dos desempregados, consequência do modo de produção capitalista, que mantém a posição de poder dos capitalistas e permite abundante oferta de trabalho a salários de subsistência. Aliás, entre os próprios capitalistas a difusão do maquinismo e a dinâmica do sistema fazem desaparecer os pequenos empresários, ou os de menores recursos, que também se tornam dependentes dos proprietários dos meios de produção.

Ademais, a existência do exército industrial de reserva explica também a tendência de os salários se manterem no nível de subsistência: os capitalistas podem recorrer à mão de obra desempregada para substituir aquela que deseja melhores salários.

Muitos autores afirmam que a contribuição de Marx à análise econômica é um prolongamento, engenhosamente elaborado, da Escola Clássica. Outros contestam-no com veemência, insistindo no erro frequente de analisarem separadamente as diversas teorias marxistas, o que destrói a unidade do marxismo - um conjunto de filosofia, sociologia, história e economia. Outros, enfim, acusam o "complô do silêncio" dos "economistas burgueses" em torno da obra de Marx, por causa de sua sociologia da revolução, que preconiza a derruba da violenta da ordem capitalista.

aula 7

## 7. MAIS-VALIA ABSOLUTA E RELATIVA

Karl Marx chama a atenção para o fato de que os capitalistas, uma vez pago o salário de mercado pelo uso da força de trabalho, podem lançar mão de duas estratégias para ampliar sua taxa de lucro: estender a duração da jornada de trabalho mantendo o salário constante - o que ele chama de mais-valia *absoluta*; ou ampliar a produtividade física do trabalho pela via da mecanização - o que ele chama de mais-valia *relativa*. Fazendo esta distinção, Marx rompe com a ideia ricardiana do lucro como "resíduo" e percebe a possibilidade de os capitalistas ampliarem autonomamente suas taxas de lucro sem dependerem dos custos de simples reprodução física da mão de obra.

### *A Mais-Valia em Marx e na Escola Clássica Inglesa*

Ao analisar a gênese do lucro capitalista, Marx toma como ponto de partida as categorias da Escola Clássica: já Adam Smith havia observado que o trabalho incorporado em uma mercadoria (o seu custo de produção em termos de salários) era inferior ao "trabalho comandado", isto é, àquilo que a mercadoria podia, uma vez vendida, "comprar" (ou trocar por outra mercadoria) em termos de horas de trabalho. Para Smith, esta discrepância é que explicava a existência do lucro, mas não suas causas. Smith considerava que o lucro estava associado à propriedade privada do Capital, na medida em que a renda de um empresário dependia menos do seu trabalho como gerente do que do volume dos seus investimentos, mas tal fato não explicava a existência do lucro como um *overhead* sobre os custos de produção em termos de salários.

Para David Ricardo tal fenômeno se dava devido ao fato de o salário gravitar sempre em torno dos seus níveis "naturais" - isto é, de um mínimo de subsistência fisiológica. Caso, em função de uma escassez de mão de obra, o salário subisse além do nível natural, os operários se reproduziriam de tal forma que a oferta excessiva de trabalho deprimiria de novo os salários ao mesmo nível natural. Para Ricardo, o lucro acabava sendo simplesmente um "resíduo" - aquilo que sobrava como renda do empresário depois de pagos os salários de subsistência e as rendas da terra.

Marx adotou tal teoria ricardiana nas suas obras de juventude, como o *Manifesto Comunista*; mais tarde, no entanto, verificou que os valores dos salários, variando de uma sociedade a outra, não se reduziam ao elemento biológico, mas pelo contrário incorporavam elementos sociais e culturais ("como poderia um operário francês subsistir sem seu vinho?" diz ele em *O Capital*). Ele também reparou que o lucro dependia, pelo menos em parte, da produtividade física do capital, o que fez com que buscasse sair das constatações

simples de seus predecessores para elaborar uma teoria mais aprofundada das causas efetivamente sociais do lucro capitalista.

É importante lembrar que, segundo o Marx, o valor do trabalho não é uma grandeza concreta: o operário não vende sua “força” (caso contrário um operário fisiculturista deveria ser mais bem remunerado que um outro de físico normal que realizasse o mesmo trabalho) ou sua “habilidade”. Pelo contrário, o progresso da mecanização garante um padrão uniforme de produtividade física dentro de cada ramo de atividade e para cada tipo de ocupação, igualando, até certo ponto, habilidosos e obtusos. Como coloca Marx, se o valor em trabalho (e, portanto, o valor do salário como parcela do valor da mercadoria) correspondesse ao tempo concreto gasto na produção de cada mercadoria individual, seriam os trabalhadores *menos habilidosos* que produziram as mercadorias mais valiosas, pois demorariam mais tempo para produzi-las.

**O valor do trabalho é abstrato**, no sentido em que o valor padrão de um salário para uma determinada atividade (e para uma determinada duração da jornada de trabalho) é dado pelo Mercado, isto é, pela demanda agregada de trabalhadores pelos capitalistas. Para Marx, em princípio, o salário capitalista é “justo”: o capitalista não necessita espoliar seus operários do seu salário de mercado para lucrar; o lucro tem uma causa concreta: ele tem por causa a propriedade privada do Capital; mas supor que ele seja uma remuneração automática deste mesmo capital, uma vez investido, é, para Marx, “fetichismo”, pois supõe que uma coisa possa gerar sua remuneração, que o capital produza lucros e/ou juros como uma laranjeira produz laranjas.

Esta origem do lucro não está, na sociedade capitalista, numa espoliação direta, como a apropriação da pessoa do trabalhador escravo, ou a cobrança de uma renda feudal, mas na medida em que o próprio salário “justo” tem seu valor estabelecido de modo a remunerar os trabalhadores por um valor menor do que o valor total das mercadorias por eles produzidas durante a jornada de trabalho contratada; é o que Marx chama de “jornadas de trabalho simultâneas” (uma paga, a outra não).

É certo, como dirá mais tarde a economia neoclássica, que a mais-valia necessitaria ser realizada pela venda lucrativa da mercadoria, e que esta venda dependerá das flutuações da demanda, e que nem sempre o excedente potencial resultante da exploração irá realizar-se aos níveis esperados; como dirá o economista inglês Alfred Marshall, o custo de produção e a demanda são duas lâminas de uma mesma “tesoura” entre as quais é determinado o preço da mercadoria.

A teoria de Marx, no entanto, preocupa-se menos com o lucro capitalista enquanto tal e mais com a sua gênese social; ele se importa menos com o modo como o lucro é realizado e dividido do

que com a maneira como é gerado. O lucro capitalista, para Marx, não é apenas um simples excedente; ele é o excedente mediado por uma relação social historicamente específica.

#### *Marxismo e Economia Neoclássica: O estatuto Conceitual do Juro*

Para Marx, a noção de que o juro é uma remuneração “natural” do Capital é uma característica daquilo que ele chama, nas suas teorias de **Mais-Valia**, “economia vulgar”: o juro não é uma categoria natural, e sim **social**. Para Marx, os trabalhadores não podem “escolher” gastar seus salários “mais tarde” (o que já era proposto, com o nome de “teoria da abstinência” por um pós-ricardiano, Nassau Senior, que Marx critica em O Capital), pela simples razão de que necessitam deles para sobreviver materialmente; o lucro, por sua vez, depende de processos de produção concretos para existir: se eu coloco um capital de longo prazo para render juros com um prazo de carência de 15 anos, e neste ínterim o negócio em que investi falir, ficarei tão inadimplente quanto ficaria se fosse menos “abstinente”.

Para Marx, o juro é apenas e tão somente uma forma pela qual a Mais-Valia Social Geral - a soma das várias mais-valias particulares - circula em nível microeconômico e é redistribuída entre os vários capitalistas - fundamentalmente, daqueles que realizam a produção industrial para os portadores do capital financeiro. Ao analisar o Juro como uma variável autônoma, Marx de certa forma antecipa a teoria monetária de Keynes, que considerava que a igualdade entre poupança e investimento, longe de representar um equilíbrio entre oferta e procura de capitais, seria uma simples identidade contábil.

FIQUE ATENTO: Após essa visão geral das escolas de pensamento, você irá estudar, na próxima aula, como são construídas as teorias nas ciências sociais e os métodos normativos e positivos de reflexão e formação de teorias.

#### **REFERÊNCIAS UTILIZADAS:**

VASCONCELLOS, M. A. (Org.) **Manual de Economia da Equipe de Professores da USP**. São Paulo: Ed. Atlas, 2007.

PASSOS, R. M. **Princípios de Economia**. São Paulo: Pioneira, 2005.

aula 8

## 8. DIVISÃO DIDÁTICA DA CIÊNCIA ECONÔMICA

A análise econômica, para fins metodológicos e didáticos, é normalmente dividida em quatro áreas de estudo:

**Microeconomia ou teoria de formação de preços.** Examina a formação de preços em mercados específicos, ou seja, como consumidores e empresas interagem no mercado e como decidem os preços e a quantidade para satisfazer a ambos simultaneamente.

**Macroeconomia.** Estuda a determinação e o comportamento dos grandes agregados nacionais, como o produto interno bruto (PIB), investimento agregado, a poupança agregada, o nível geral de preços, entre outros. Seu enfoque é basicamente de curto prazo (ou conjuntural).

**Economia internacional.** Analisa as relações econômicas entre residentes e não residentes no país, as quais envolvem transações com bens e serviços e transações financeiras.

**Desenvolvimento econômico.** Preocupa-se com a melhoria do padrão de vida da coletividade ao longo do tempo. O enfoque é também macroeconômico, mas centrado em questões estruturais e de longo prazo (como progresso tecnológico, estratégias de crescimento).

### 8.1 ANÁLISE MICROECONÔMICA E MACROECONÔMICA

#### 8.1.1 Análise Microeconômica

A microeconomia é uma ciência teórica ou dedutiva em função, inicialmente, da própria complexidade e entrelaçamento das influências subjacentes às situações nela presentes, tornando difícil desembaraçá-las por meio de técnicas estatísticas e, mesmo, em função da impossibilidade de condução de experimentos controlados, ao contrário do que ocorre nas ciências exatas.

Ademais, o caráter dedutivo da Microeconomia será realçado na medida em que se desejar formular deduções teóricas sobre variáveis que não poderão ser observadas ou mensuradas. Por exemplo, como não há disponível nenhum “utilitômetro”, não se pode mensurar a utilidade ou a inutilidade de que os consumidores desfrutam ao dispor de um bem ou serviço.

Enaltecida a característica da Microeconomia como ciência de caráter teórico ou dedutivo, não deve ser subestimada a sua utilidade na explicação dos fatos do mundo real.

A microeconomia apresenta uma natureza estático-comparativa. Isso significa que sempre tendem a ser confrontadas duas ou mais posições de equilíbrio sem qualquer preocupação com o que possa ter ocorrido durante o período que demandou a passagem da si-

tuação inicial para a final. Assim procedendo, não são considerados os ajustamentos entre ambas as situações, nem a extensão do período de tempo em si. O exemplo comumente referido para ilustrar essa característica da teoria microeconômica é o do lançamento de um tributo; os pontos relevantes consistem em comparar a situação de equilíbrio presente antes da decisão governamental de lançar o tributo e aquela situação de equilíbrio após o tributo haver surtido os seus efeitos positivos ou negativos: os ajustamentos resultantes do confronto entre as duas situações em apreço, bem como o lapso de tempo incorrido são irrelevantes a Microeconomia.

Uma terceira característica ser realçada na Microeconomia é seu enquadramento dentro do ramo da economia positiva ou científica. Realmente, o enfoque desse ramo da ciência econômica é o estudo da situação tal e qual se apresenta, descrevendo-a, sem se posicionar favorável ou desfavoravelmente a ela. Isso significa afirmar que inexiste qualquer juízo de valor ou conotação ética na Microeconomia, e que ela mantém uma índole exclusivamente descritiva. A título exemplificativo, o profissional que diligencia assuntos microeconômicos não argumenta que uma firma deva maximizar seus lucros, mas, unicamente, que entre as políticas possíveis de seguir, na expectativa de maximizar os seus resultados, estaria a hipótese da maximização de seus lucros. Em síntese, caso a Microeconomia se dedique firmemente a um determinado objetivo, ela perderá a sua essência científica ou positiva.

A quarta característica da teoria microeconômica é de se constituir, fundamentalmente, em uma análise de equilíbrio parcial. Essa análise pressupõe a adoção de condição *coeteris paribus*, ou seja, uma hipótese segundo a qual todas as demais condições que possam influenciar no relacionamento entre duas variáveis, funcionalmente dependentes, sejam mantidas constantes. O objetivo dessa premissa é aproximar o modo de agir dos economistas com aquele dos profissionais que atuam no campo das ciências exatas. Efetivamente, estes últimos, ao desenvolverem seus experimentos, fazem-no em ambientes passíveis de controle; quanto aos economistas, os resultados que inferem de qualquer situação microeconômica são válidos, desde que aceita a hipótese do *coeteris paribus*; caso contrário, será refutada a veracidade desses resultados.

A bifurcação da ciência econômica nesses dois grandes ramos, isto é, a Macroeconomia e a Microeconomia, data dos primórdios da década de 1930. Ambos os segmentos gravitam, em torno do problema da limitação e do caráter finito dos recursos produtivos em face das necessidades vitais e de civilização, infinitas e ilimitadas, subjacentes ao ser humano, problemática que embasa e justifica a razão da existência da economia como ciência. Entretanto, a Micro e a Macroeconomia caminham, conforme

salientado, por canais distintos possíveis de serem identificados ou distinguidos segundo certos parâmetros.

Os critérios adotados para essa distinção são, entretanto, frágeis, dado que a compreensão de qualquer fenômeno econômico requer, inevitavelmente, o inter-relacionamento das teorias que se inserem tanto no âmbito do segmento micro como no do ramo macro da ciência econômica. O primeiro deles fundamenta-se no nível de abstracionismo envolvido. Efetivamente, a Microeconomia, ao estabelecer princípios gerais, revela-se muito mais abstrata do que a macroeconomia, a qual se encontra voltada ao exame de questões e medidas peculiares a dado lugar e instante no tempo.

O segundo critério a considerar é o de que a Microeconomia apresenta visão microscópica dos fenômenos econômicos, e a Macroeconomia, ótica telescópica, isto é, esta última possui amplitude muito maior, apreciando o funcionamento da economia de modo global. A título comparativo, se fosse considerada uma floresta, a Microeconomia estudaria as espécies vegetais que a compõem, ou seja, a composição do produto como um todo, enquanto a Macroeconomia preocupar-se-ia com a qualidade do produto total.

Uma terceira forma de distinguir a Microeconomia e a Macroeconomia abrange a análise das formas de comportamento de variáveis agregadas e de variáveis individuais. Entretanto, a agregatividade aqui explicitada deve ser considerada em termos da homogeneidade ou não do conjunto considerado. Dessa maneira, se do agregado pudesse ser extraído, ao acaso, um elemento como representativo do padrão de comportamento dos demais, ter-se-ia a área de atuação da Microeconomia; caso contrário, se não houvesse possibilidade de isolar um elemento do grupo de modo tal que refletisse o padrão de comportamento dos demais, entrar-se-ia no campo da Macroeconomia.

Exemplificativamente, **os grandes agregados estudados pela Macroeconomia, como a renda, o emprego, o desemprego, o consumo, o investimento, a poupança, o nível geral de preços são todos de natureza, na forma considerada, heterogênea.**

Já a Microeconomia está devotada à apreciação das unidades individuais da economia. Assim, o estudo da teoria do consumidor considera o comportamento do indivíduo (ou da família, desde que a unidade de consumo e/ou gasto seja única) e vai subsidiar a análise de demanda; igualmente, na teoria da firma, que se desdobra em teorias da produção, dos custos e dos rendimentos e alicerça a análise da oferta, novamente se tem o enfoque das formas de comportamento de unidades individuais, no caso, as empresas. Mas tanto a teoria do consumidor como a teoria da firma permitem que sejam inferidos os instrumentais e/ou as noções, como as subjacentes às demandas e ofertas individuais e de mercado. É preciso

observar, contudo, que tanto a demanda como a oferta de mercado permitem que se obtenha um elemento-padrão do conjunto, dado o caráter homogêneo de que são dotadas. Essa possibilidade não se faz presente nos casos da demanda agregada e da oferta agregada, ambas, como tais, abordadas na Macroeconomia.

O derradeiro e não menos relevante critério de distinção entre a microeconomia e a macroeconomia repousa no aspecto do preço. O último segmento aborda os níveis absolutos de preços, enquanto os preços relativos (ou seja, como os preços de alguns bens variam em relação aos demais) são a preocupação, por excelência, do primeiro segmento. Efetivamente, a microeconomia é igualmente conhecida por teoria dos preços, pois procura evidenciar a formação dos preços dos bens e serviços, assim como dos recursos produtivos.

#### **Como isso é concretizado?**

Ora, na teoria do consumidor, a Microeconomia enaltece a intenção dos indivíduos, em face das respectivas rendas, de se apropriarem de uma combinação de quantidade de bens tal que lhes propicie a maximização de suas satisfações. Em outras palavras, originam-se aí as demandas (individuais e de mercado) que se traduzirão em rendimentos para as firmas.

Já na teoria da firma, temos a figura do indivíduo-empresário esforçando-se para combinar os fatores de produção, dada a sua limitação orçamentária, com a intenção de maximizar o nível de lucro de sua organização. Dito de outra maneira, obtêm-se pela análise desse procedimento os elementos necessários à derivação das ofertas individuais e de mercado.

A combinação das quantidades de fatores de produção, bens e/ou serviços que os consumidores estariam dispostos a adquirir, que geralmente são, como já anteriormente realçados, infinitas e ilimitadas, enquanto as quantidades desses elementos que os empresários teriam condições de vender se traduzem sempre em uma oferta finita e limitada, em face da escassez dos recursos produtivos, impõe a determinação de um denominador comum, que nada mais será do que o preço. A determinação desse preço, cujo nível dependerá muito do arcabouço econômico ou, ainda, da estrutura mercadológica envolvida, é a tarefa a que se propõe a Microeconomia ao estudar a questão tanto no âmbito dos fatores de produção como no caso dos bens e/ou serviços.

#### **REFERÊNCIAS UTILIZADAS:**

VASCONCELLOS, M. A. (Org.) **Manual de Economia .. Equipe de Professores da USP**. São Paulo: Ed. Atlas, 2007.

PASSOS, R. M. **Princípios de Economia**. São Paulo: Pioneira, 2005.

aula 9

## **9. MÉTODOS NORMATIVOS E POSITIVOS**

Nesta aula, veremos que, como em qualquer outra ciência, a Economia preocupa-se com a previsão e a explicação de fenômenos.

### **9.1. RACIOCINANDO COM TEORIAS E MODELOS**

E o que significa construir teorias?

Em economia, construir teorias significa extrair conhecimentos sobre o funcionamento do sistema econômico. Uma teoria pode ser apresentada sob a forma de um modelo. Um modelo é a representação simplificada da realidade ou das principais características de uma teoria. Ele é composto por um conjunto de relações que podem ser expressas na forma de palavras, diagramas, tabelas de dados, gráficos, equações matemáticas ou qualquer combinação desses elementos, o que possibilita a simulação de fenômenos, observados empiricamente ou não.



Imagine, como exemplo, um guia com mapas da cidade de São Paulo. De certa forma, esse guia nada mais é do que um modelo, e é útil porque simplifica. Ele mostra as ruas da cidade, o sentido do tráfego, as linhas de ônibus, por onde tais ônibus circulam etc., de tal forma que um indivíduo consegue, a partir das informações nele contidas, orientar-se, ir de um ponto a outro da cidade, podendo, inclusive, prever o tempo necessário para efetuar seus deslocamentos.

Esse guia (ou modelo), entretanto, não mostra determinados aspectos da cidade, porque a maneira pela qual foi desenhado, omitindo certos detalhes, faz com que ele ganhe clareza em função da finalidade para a qual foi produzido, que é a de orientar pessoas em seus deslocamentos pela cidade. Se mostrasse cada prédio, cada casa, cada semáforo existente, haveria uma confusão que tornaria incompreensíveis os detalhes, e o guia seria então inútil.

Um modelo é mais fácil de manipular do que a realidade representada por ele, uma vez que apenas as características relevantes ou as propriedades importantes da realidade são nele retratadas. Em outras palavras, uma teoria ou um modelo denota, aproximadamente, e não exatamente, os fatos observados, uma vez que é uma simplificação da realidade.

## 9.2. ETAPAS NA CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA

O procedimento para se construir e testar teorias usadas em trabalhos científicos é o mesmo, quer a disciplina seja Biologia, quer seja Sociologia ou Economia. Apresentamos, a seguir, um resumo do processo de construção de teorias.

1. **Decidir sobre o que se deseja explicar ou prever:** por exemplo, pode-se querer explicar ou prever a relação existente entre taxa de juros e nível de emprego.
2. **Identificar as variáveis que se acredita serem importantes para aquilo que se deseja explicar ou prever:** variáveis são magnitudes que podem mudar. Exemplificando: o preço é uma

variável. Assim, uma mercadoria pode custar \$ 5,00 em um determinado dia e \$ 8,00 na semana seguinte. Desse modo, se algum economista deseja explicar ou prever o comportamento dos consumidores em suas compras, deve construir sua teoria levando em consideração o comportamento da variável preço.

3. **Especificação das suposições da teoria: a suposição é o elemento decisivo da teoria.** Ela é uma declaração que se supõe ser verdadeira. A suposição é diferente, por exemplo, de um fato. Para um fato não existe dúvida. Exemplificando: é fato que você está lendo este livro neste momento. Com as suposições, sempre resta um espaço para se ter dúvida. Um economista pode fazer a suposição de que os proprietários de negócios têm somente um objetivo: ganhar o maior lucro possível. Entretanto, isso pode não ser verdade, uma vez que os donos de empresas podem não ser motivados apenas pelo lucro.
4. **Especificação das hipóteses:** uma hipótese é uma declaração condicional especificando como duas variáveis estão relacionadas. Geralmente, uma hipótese segue a forma “se-então”. Exemplificando: se um indivíduo tem um aumento salarial, então ele tem uma grande probabilidade de gastar parte do aumento da renda na compra de bens de consumo.
5. **Testar a teoria comparando as previsões contra os acontecimentos do mundo real:** suponha que a teoria de um economista faça a previsão de que, se as taxas de juros subirem, haverá diminuição no consumo da economia. Para testar essa teoria, devemos observar os dados de consumo para ver se as evidências dão sustentação à teoria que produziu aquela previsão.
6. **Se a evidência dá sustentação à teoria, então nenhuma ação adicional é necessária:** suponha que uma teoria faça a previsão de que se a taxa de juros diminuir deverá haver aumento nas despesas de consumo da economia. Se a taxa de juros diminuir e as despesas de consumo aumentarem, então as evidências dão sustentação à teoria.
7. **Se as evidências não dão sustentação à teoria, então a teoria é rejeitada.** Nesse caso, uma nova teoria deve ser formulada.

### 9.3. ECONOMIA POSITIVA E ECONOMIA NORMATIVA

Os “argumentos” que compõem a teoria econômica classificam-se em **POSITIVOS** e **NORMATIVOS**.

Os argumentos normativos são pontos de vista influenciados por fatores filosóficos, sociais e culturais; dependem de nossos julgamentos a respeito do que é certo e do que é errado, do que é bom e do que é ruim.

Por envolverem “juízos de valor” sobre o que deve ser, tais argumentos não podem ser confrontados com os fatos objetivos da realidade.

**Quanto à análise econômica** propriamente dita, a **análise econômica positiva** tem por objetivo maior a compreensão e a previsão dos fenômenos econômicos do mundo real, sem que haja qualquer intenção de julgar essa realidade, ou de alterar o curso dos acontecimentos.

UMA QUESTÃO DE NATUREZA POSITIVA SERIA, POR EXEMPLO:

Qual deverá ser o aumento no preço dos automóveis populares caso o governo aumente o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) desse tipo de veículo em 10%?

Já a **análise econômica normativa** preocupa-se em compreender e prever a realidade, questionando se algo é moralmente bom ou não.

UMA QUESTÃO DE NATUREZA NORMATIVA SERIA, POR EXEMPLO:

Deve-se elevar o IPI dos automóveis populares?

Na prática, a análise econômica *positiva* e a análise econômica *normativa* estão intimamente relacionadas. O economista dificilmente consegue adotar uma atitude exclusivamente positiva desvincilhando-se de sua realidade social, econômica, cultural e política. Por outro lado, jamais conseguirá construir uma teoria econômica normativa sem os conhecimentos da economia positiva.

IMPORTANTE: Na próxima aula, você entenderá como a ciência econômica está dividida, quais são as suas grandes áreas de investigação, em especial, você irá conhecer o que é a macroeconomia e a microeconomia.

### REFERÊNCIAS UTILIZADAS:

VASCONCELLOS, M. A. (Org.) **Manual de Economia da Equipe de Professores da USP**. São Paulo: Ed. Atlas, 2007.

PASSOS, R. M. **Princípios de Economia**. São Paulo: Pioneira, 2005.

#### GLOSSÁRIO

Os **argumentos positivos** procuram entender e explicar os fenômenos econômicos como eles realmente são.

#### GLOSSÁRIO

Os **argumentos normativos**, por sua vez, dizem respeito ao que “deveria ser”

## unidade 2

# COMPONENTES BÁSICOS DA ECONOMIA

### aula 10

Vimos que até 1930, os clássicos não tinham maiores preocupações com os problemas econômicos de uma nação, pois acreditavam que todas as questões pertinentes à vida econômica eram resolvidas pelas forças de mercado. Em 1936, Keynes desenvolveu suas teorias, tendo como pressuposto a intervenção do Estado na economia. Assim, o Estado seria o único agente capaz de fazer a economia de um país crescer novamente, ao intervir em setores estratégicos, como infraestrutura, educação, saúde, entre outros.

Dessa forma, o paradigma da teoria macroeconômica tem sido o grau de intervenção do Estado na economia. Entretanto, para determinar de que forma o Estado pode atuar na economia, primeiramente é necessário conhecer quais as variáveis que determinam a renda.

## 10. AS FORMAS DE RENDA

### 10.1 INTRODUÇÃO

A economia de um país possui um lado real e um lado monetário. O lado real compreende o mercado de bens e serviços e o mercado de trabalho. Já o lado monetário compreende o mercado monetário, mercado de títulos e mercado de divisas.

Vasconcellos e Garcia (2006) enumeram as seguintes características para cada mercado:

#### *a) Mercado de bens e serviços:*

A soma de toda produção de um país forma o mercado de bens, assim como os serviços prestados formam o mercado de serviços. Neste mercado, determina-se o nível geral dos preços e o nível agregado de produção.

A determinação do nível geral de preços e do nível agregado da produção depende da evolução da demanda agregada. Já a demanda agregada depende de quatro grandes setores econômicos: consumidores, empresas, governo e setor externo. Assim, para que exista demanda é necessário que os consumidores, as empresas, o governo e o setor externo consumam mercadorias.

Já a oferta agregada de um país depende da evolução do nível de emprego e da capacidade de as empresas produzirem. A condição de equilíbrio do mercado se dá quando a oferta agregada é igual à demanda agregada (ponto de equilíbrio).

### ***b) Mercado de Trabalho***

No mercado de trabalho, não se leva em conta os diferentes tipos de trabalho. Portanto, podemos entender mercado de trabalho como a soma de todo o trabalho da economia.

### ***c) Mercado Monetário***

Sabemos que para adquirir mercadorias precisamos de moeda. Desta forma, admite-se a existência de um mercado monetário.

As pessoas demandam moeda por diversos motivos. Pode ser, por exemplo, para fins de transação, ou seja, para pagamentos de itens necessários no dia-a-dia. Já a oferta de moeda é determinada pelo Banco Central.

### ***d) Mercado de Títulos***

Na economia, existem agentes superavitários e agentes deficitários. Os agentes superavitários possuem uma renda maior do que seus gastos e podem conceder empréstimos. Já os agentes deficitários, necessitam contrair empréstimos, pois sua renda é maior do que seus gastos.

Na economia, os empréstimos são feitos através de títulos, entretanto, consideraremos que existe um título-padrão para facilitar o entendimento deste mercado. Normalmente, utilizaremos o título público federal como exemplo.

### ***e) Mercado de divisas***

Todas as economias do mundo relacionam-se através do comércio internacional. Quando consumidores brasileiros compram produtos norte-americanos, o pagamento normalmente precisa ser feito em dólares e para isto é necessária a compra desta divisa por parte dos brasileiros. Assim, no mercado de divisas, são vendidas as moedas estrangeiras.

A oferta de divisas depende das exportações e da entrada de capitais de fora do país, enquanto a demanda é determinada pelo volume de importações e saída de capital financeiro.

## **10.2 MODELO KEYNESIANO BÁSICO — AGREGADOS MACROECONÔMICOS**

A teoria macroeconômica preocupa-se com aspectos de curto prazo, como por exemplo, o desemprego na economia, que aparece sempre que as empresas estão trabalhando abaixo de sua capacidade máxima.

Sempre que houver uma queda no nível de preços das mercadorias, os consumidores, representados pelo governo, população, empresários e setor externo (exportação e importação) aumentarão o nível de demanda agregada, pois os produtos ficarão mais baratos.

O governo pode intervir na economia, a fim de aumentar a demanda agregada, através de políticas macroeconômicas. Entretanto, antes de analisarmos como o Estado poderia intervir, é ne-

cessário conhecer mais a fundo as variáveis que fazem parte da demanda agregada da economia.

### 10.3 CONSUMO, POUPANÇA E INVESTIMENTO

O **CONSUMO AGREGADO** de um país é influenciado por diversos fatores, como renda nacional, estoque de riqueza, disponibilidade de crédito, entre outros.

Segundo Vasconcellos e Garcia (2006), estudos têm demonstrado que as decisões de consumo da população são influenciadas pela renda nacional disponível. Ou seja, há uma relação diretamente proporcional entre a renda disponível e o consumo. Um conceito muito importante é o da Propensão Marginal a Consumir (PMgC) que é a proporção de variação do consumo por parte da coletividade, conforme a oscilação de sua renda. Já a **poupança agregada** é a parte da renda nacional que não é gasta com consumo. Assim, define-se propensão marginal a poupar como a variação que sofre a poupança se variar a renda da sociedade.

#### GLOSSÁRIO

**Consumo agregado** é o consumo total de toda a população de um país.

#### PARA REFLETIR...

Estudos têm demonstrado que em países mais pobres a propensão marginal a poupar é menor que a propensão marginal a consumir. Isto acontece, pois a população dos países mais pobres tende a gastar quase toda sua renda em bens de consumo (Vasconcellos e Garcia, 2006).

O **investimento agregado** é o acréscimo ao estoque de capital, ou seja, a compra de novas máquinas, computadores ou o aumento da capacidade instalada das fábricas. O investimento leva ao aumento da oferta de produtos e pode ser visto de duas formas: a curto prazo ou a longo prazo.

A **curto prazo**, os investimentos fazem parte da demanda agregada, pois o empresário necessita fazer gastos necessários para a ampliação de sua empresa. Ele interfere na demanda ao comprar novas máquinas, por exemplo. A longo prazo, os investimentos podem ser vistos como elemento da oferta agregada, pois ao concluir as obras ou compras de novas máquinas, a empresa estará apta para aumentar a produção de mercadorias.

O investimento é determinado por duas variáveis: a **taxa de rentabilidade** do investimento e a **taxa de juros**. A taxa de rentabilidade é importante, pois um empresário não irá fazer investimentos que não sejam rentáveis. Já a taxa de juros determina o custo do dinheiro e, portanto, se o custo de contrair empréstimos for maior do que a rentabilidade esperada, então o investimento trará prejuízo a empresa.

Os **gastos do governo** e o setor externo também fazem parte do modelo keynesiano básico. O governo gasta com pagamento de pessoal, investimentos em infraestrutura, como por exemplo, cons-

trução de estradas, hidrelétricas ou investimento em educação. Ao gastar, o governo interfere na demanda agregada da economia.

Já o **setor externo** compreende as exportações e importações de mercadorias. Quando exportamos mercadorias, vendemos mercadoria para o exterior e somos pagos com divisas, que posteriormente são trocadas por Reais. Já quando importamos mercadoria, compramos mercadorias de fora e, normalmente, pagamos em dólares. Assim, o setor externo também interfere na demanda e oferta agregada da economia.

#### **REFERÊNCIAS UTILIZADAS:**

VASCONCELLOS, M.; GARCIA, M. **Fundamentos de Economia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

aula 11

## 11. OS AGREGADOS MACROECONÔMICOS

As variáveis básicas que afetam a demanda agregada, ou seja, a demanda de uma nação são o consumo agregado, gastos públicos, investimentos e setor externo.

Se nós partirmos do princípio de que tudo que é demandado em uma economia é gerador de renda, concluiríamos que a **DEMANDA AGREGADA** de uma sociedade é igual à renda da mesma. Ou seja, tudo que as pessoas, o governo, os empresários e o setor externo consomem se torna renda. Assim, podemos dizer que a demanda agregada é igual à renda nacional.

Ou podemos simplificar e dizer que a demanda agregada completa é igual a:

$$DA = C + I + G + X - M$$

DA – Demanda agregada

C – Consumo agregado

G – Gastos do Governo

X – Exportação

M - Importação

O equilíbrio da economia se dá no ponto em que oferta agregada é igual à demanda agregada. Este seria um caso teórico, ou seja, difícil de ser verificado na prática, pois quase sempre a oferta de mercadorias (produção) é diferente da demanda de mercadorias (consumo), por diversos fatores, como a dificuldade dos empresários em fazer investimentos, renda disponível ou preços, por exemplo. Entretanto, apesar deste ser um caso teórico, também é um caso ideal. Ou seja, através da intervenção do Estado buscase garantir uma boa **distribuição de renda, alto nível de emprego, estabilidade de preços e crescimento econômico**. Estes são os objetivos da política macroeconômica.

Agora que você já conhece os agregados macroeconômicos, basta saber de que maneira o governo poderia intervir na economia, de modo que alcance os objetivos da política macroeconômica, como foi explicitado anteriormente.

Segundo Vasconcellos e Garcia (2006), o governo pode atuar na economia através de política fiscal, política monetária, política cambial, política comercial e política de rendas.

A **política fiscal** refere-se a instrumentos de que o governo dispõe para arrecadar tributos e controlar suas despesas.

Quando o governo reduz os tributos de um produto, o preço do mesmo é reduzido, pois necessita pagar menos imposto sobre

### GLOSSÁRIO

**Demanda agregada** é a soma da demanda total de um país.

o preço total. Desta forma, uma queda de preço, eleva a demanda de mercadorias, fazendo com que muitos empresários necessitem contratar mais mão de obra, gerando mais emprego. Quanto à política de gastos do governo, muitas vezes ouvimos nos meios de comunicação que o governo pretende reduzir os gastos através da economia de luz e água nas instituições públicas, por exemplo.

ATENÇÃO

*Utilizando política fiscal...*

- Se o objetivo da política econômica for aumentar os empregos, pode-se diminuir a carga tributária e aumentar gastos públicos: se diminuir a carga tributária, aumentará a demanda, gerando emprego. Quando o governo aumenta os gastos públicos, como por exemplo, com a construção de estradas, necessita contratar pessoas. Desta forma, também aumentam o número de empregos.

- Se o objetivo da política econômica for distribuição de renda: o governo pode cobrar imposto progressivo, ou seja, quanto maior a renda, mais impostos uma pessoa paga. Desta forma, o governo poderia distribuir estes recursos para população mais pobre, através de programas sociais, por exemplo.

- Se o objetivo é controle da inflação: o governo deve aumentar carga tributária, para reduzir o consumo da população, o que fará diminuir os preços. Ou o governo pode optar por reduzir os gastos públicos, que fará com que haja menos renda para o consumo, também fazendo reduzir os preços.

A **política monetária** refere-se à atuação do governo sobre a quantidade de moeda e títulos públicos, através de emissões de moeda, reservas compulsórias, open market, redescontos e regulamentação sobre crédito e taxa de juros.

ATENÇÃO!

*Utilizando política monetária....*

- Se o objetivo da política econômica for aumentar emprego: aumentar o volume de moeda na economia, pois desta forma, os investimentos se tornam mais baratos, pois a taxa de juros cai.

- Se o objetivo é controle da inflação: o Banco Central deve reduzir a oferta de moeda, pois assim, com menos moeda na economia, a população terá que reduzir o consumo e isto fará com que caia a inflação, pois há uma menor pressão sobre os preços.

No que se refere à **política cambial** e **política comercial**, estas são variáveis, relacionadas ao setor externo da economia. A política cambial refere-se à atuação do governo sobre a taxa de câmbio.

Por exemplo, se o governo aumentar a oferta de dólares na economia brasileira, o preço do dólar cairá e o Real se valorizará frente ao dólar. Estes acontecimentos modificam a taxa de câmbio.

A política comercial diz respeito aos estímulos/desestímulos à exportação e importação de mercadorias. Quando o governo concede redução de impostos às importações, por exemplo, o produto estrangeiro chega ao país com menor preço e isto faz com que aumente a demanda por aquele produto.

Já a **política de rendas** diz respeito à intervenção do governo na formação de renda da população, através da fixação do salário mínimo ou congelamento de preços.

#### **REFERÊNCIAS UTILIZADAS:**

VASCONCELLOS, M.; GARCIA, M. **Fundamentos de Economia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

aula 12

## 12. A MOEDA E O CRÉDITO

A moeda é um objeto de aceitação geral, caracterizando-se como um meio ou *instrumento de troca*, pois é facilitador das compras e vendas de mercadorias. Além disso, pode ser utilizado como *unidade de medida*, porque através da moeda é possível comparar e agregar valor de mercadorias diferentes. A moeda também pode ser utilizada como *reserva de valor*, pois é um direito que seu possuidor tem.

No passado, a moeda era lastreada em ouro, ou seja, cada emissão de papel-moeda deveria ter como contrapartida a compra de ouro para estoque, por parte do Banco Central. Atualmente, com o desenvolvimento do comércio internacional, não foi mais possível a conversão em ouro e hoje temos a moeda fiduciária, ou seja, um papel-moeda que não possui lastro, mas sua aceitação é garantida por lei.

### 12.1 OFERTA DE MOEDA

A oferta de moeda de um país é fixada institucionalmente, ou seja, determinada por um Banco Central. O saldo dos meios de pagamento é composto pelo saldo da moeda em poder do público (PP) mais o saldo dos depósitos à vista (DV), disponíveis nos bancos comerciais.

O objetivo do **Banco Central** (BC) é regular a oferta de moeda e crédito. Segundo Vasconcellos e Garcia (2006), o Banco Central tem as seguintes funções:

- **Banco Emissor:** é responsável e tem o monopólio das emissões de moeda.
- **Banco dos Bancos:** o Banco Central é o órgão onde os bancos comerciais depositam seus fundos. Além disso, o BC pode fazer empréstimos de moeda aos bancos comerciais (redesconto bancário).
- **Banco do Governo:** é o canal que o governo tem para implantar a política monetária. Por exemplo, quando o governo necessita de recursos emite títulos, através do Banco Central.

### 12.2 DEMANDA POR MOEDA

A população pode demandar moeda por diversos motivos, dentre os quais estão o de transação, de precaução e de especulação.

O **motivo de transação** caracteriza-se pela necessidade em quitar contas e fazer pagamentos à vista. Depende do nível de renda: quando a renda aumenta, os gastos também aumentam. Além disso, as pessoas retêm moeda por **motivo de precaução**, pois muitas vezes há incerteza quanto a datas de pagamentos, seja por motivo

previsto ou não previsto. Um grupo da população retém moeda por **motivo de especulação**, a fim de investir em Bolsas de Valores.

### **12.3 EFEITOS DA POLÍTICA MONETÁRIA SOBRE O NÍVEL DE RENDA E DE PREÇOS**

Vimos que antes da crise de 1929, a teoria econômica que predominava era a dos clássicos, representados principalmente por Adam Smith e David Ricardo. Os clássicos acreditavam que a economia estava permanentemente em pleno emprego, enquanto a teoria keynesiana, em vigor depois de 1930, postulava que havia desemprego e era necessária a intervenção do Estado na economia.

Na **visão de Keynes**, a demanda de investimentos é uma função inversa da taxa de juros, ou seja, com mais moeda, fica barato financiar investimentos e isto sempre ocasionará aumento de emprego, pois o modelo keynesiano admite como hipótese principal, o fato de a economia possuir desemprego de recursos.

Entretanto, isto não irá acontecer se houver a armadilha da liquidez. A armadilha da liquidez torna a política monetária ineficaz para aumentar emprego. Por exemplo, se a economia estiver em depressão (com baixo crescimento econômico) e com um nível de taxa de juros muito baixo, a expansão monetária será retida para fins especulativos, pois os investidores entendem que a taxa de juros poderá subir e estes podem obter grande rentabilidade no futuro com a venda de moeda. Com isto, a emissão de moeda não levará ao crescimento econômico, pois o dinheiro é aplicado para fins especulativos e não produtivos.

### **12.4 EFICÁCIA DA POLÍTICA MONETÁRIA E FISCAL**

A política monetária pode ser implantada de forma mais rápida do que a fiscal, pois só depende de aprovação de um Comitê do Banco Central. Já a política fiscal precisa passar por aprovação no Congresso e por isto é mais demorada. Entretanto, a política fiscal é mais profunda do que a política monetária, pois uma alteração em uma alíquota de impostos interfere mais diretamente no setor privado.

### **12.5 A IMPORTÂNCIA DA TAXA DE JUROS**

Já afirmamos que a taxa de juros representa o preço do dinheiro no tempo, sendo que todas as taxas de juros estão relacionadas com uma taxa básica da economia. No caso brasileiro, a taxa de juros oficial é a SELIC.

A taxa de juros é uma variável muito importante na economia, pois aumenta o custo de oportunidade de estocar mercadorias, dada a atratividade de aplicar no mercado financeiro. Além disso, incentiva o ingresso de recursos financeiros de outros países, mas

também possui desvantagens como freiar a atividade econômica, já que para o empresário é mais caro obter um financiamento para fins de investimento. Uma alta taxa de juros também aumenta o custo da dívida pública, que aumenta na mesma proporção do aumento da taxa de juros.

#### **REFERÊNCIAS UTILIZADAS:**

VASCONCELLOS, M.; GARCIA, M. **Fundamentos de Economia**. 3. ed.  
São Paulo: Saraiva, 2006.

aula 13

## 13. INFLAÇÃO: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

A inflação pode ser conceituada como um aumento contínuo e generalizado dos preços. Por isso, os movimentos inflacionários são dinâmicos e não podem ser confundidos com quedas esporádicas nos preços. Segundo Gremaud et al. (2009), ocorre **deflação** quando há uma baixa generalizada e contínua dos preços.

Uma inflação alta é muito ruim, pois provoca distorções na economia. Segundo Vasconcellos e Garcia (2006), as distorções podem ser:

a) *Redução do poder aquisitivo* das classes que dependem de rendimentos fixos (assalariados).

b) *Encarecimento do produto nacional*: elevadas taxas de inflação encarecem os produtos vendidos do Brasil para o exterior, provocando estímulo às importações e desestímulos as exportações.

c) *Investimento em imóveis*: parte da população que aufere renda de aluguel também tem perdas com uma alta inflação, entretanto, seus imóveis não têm perda de valor no tempo. Portanto, em uma alta inflacionária, é recomendável investir em imóveis e não em ações, pois o dinheiro das ações se desvaloriza com a inflação.

Uma inflação alta é sempre muito ruim para toda economia de um país, pois a longo prazo todos perdem. Embora a inflação onere principalmente os trabalhadores, é evidente que com o empobrecimento destes, as empresas venderão menos e o governo também reduzirá sua arrecadação.

### 13.1 CAUSAS DA INFLAÇÃO

#### a) *Inflação de demanda*

É o tipo mais clássico de inflação. Configura-se por um excesso de demanda agregada em relação à produção e aumenta quanto mais a economia estiver próxima do pleno emprego de recursos.

A política ideal para combatê-la baseia-se em instrumentos que provocam redução da demanda agregada por bens e serviços. Por exemplo, o governo pode aumentar a carga tributária ou diminuir os gastos públicos, como visto anteriormente.

#### b) *Inflação de custos*

A inflação dos custos é uma inflação tipicamente de oferta. Ou seja, o nível de demanda permanece o mesmo, mas os custos de certas matérias-primas importantes aumentam e eles são repassados aos preços dos produtos.

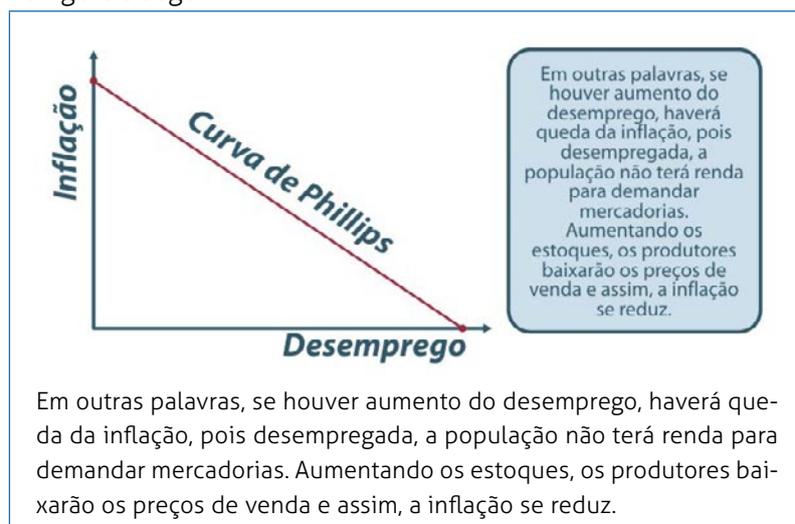
Uma das razões para o surgimento da inflação da demanda seria o aumento de salários, por exemplo, que aumentaria o custo de

produção das empresas, levando, conseqüentemente, ao aumento de preços. Um bom instrumento para evitar inflação de custos é o controle de preço e a rigidez salarial.

### 13.2 CURVA DE PHILLIPS

Muitas vezes, quando uma política macroeconômica é aplicada, não alcança os objetivos definidos, pois todas as variáveis econômicas são interligadas. Quando o governo aumenta a taxa de juros para reduzir inflação, por exemplo, pode prejudicar os investimentos dos empresários. Desta forma, os investidores ficariam contentes, entretanto, o governo enfrentaria críticas dos empresários. Portanto, fica explícito que é difícil (para não dizer impossível) para o governo aplicar políticas de contentamento geral.

A. W. Phillips, baseando-se em dados da economia do Reino Unido no período 1957 a 1961, mostrou que há uma correlação negativa entre desemprego e inflação. Isto quer dizer que se o governo aplicar políticas de redução da inflação, certamente haverá aumento do desemprego. A curva de Phillips pode ser observada na figura a seguir.



Portanto, conforme a Curva de Phillips, o governo terá que fazer uma escolha entre aumentar o desemprego e reduzir a inflação ou aumentar inflação, possibilitando que um número maior de pessoas possam ser empregadas.



Conheça o site do Banco Central do Brasil: <http://www.bcb.gov.br>.

### REFERÊNCIAS UTILIZADAS:

VASCONCELLOS, M. A.; GARCIA, M. E. G. **Fundamentos de Economia**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

GREMAUD, A. P. ; VASCONCELLOS, M. ; TONETO JÚNIOR, R. **Economia Brasileira**. São Paulo: Atlas, 2009.

### unidade 3

## SISTEMAS ECONÔMICOS

aula 14

### 14. ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA

Nesta aula, você irá entender o que é um sistema econômico, caracterizado pela economia de mercado, igualmente analisará os principais agentes e variáveis que formam esse mercado.

#### 14.1 INTRODUÇÃO

Agentes econômicos são pessoas de natureza física ou jurídica que, por meio de suas ações, contribuem para o funcionamento do sistema econômico. São eles:

- as Famílias (ou unidades familiares);
- as Firms (ou unidades produtivas); e
- o Governo.

As **Famílias** incluem todos os indivíduos e unidades familiares da economia e que, no papel de consumidores, adquirem os mais diversos tipos de bens e serviços, objetivando o atendimento de suas necessidades de consumo. Por outro lado, as famílias, na qualidade de “proprietárias” dos recursos produtivos, fornecem às firmas os diversos fatores de produção: Trabalho, Terra, Capital e Capacidade Empresarial. Como pagamento, elas recebem salários, aluguéis, juros e lucro, e é com essa renda que compram os bens e serviços oferecidos pelas firmas.

Tanto na compra desses bens como na venda dos fatores de produção, as decisões da unidade econômica familiar são guiadas pelo propósito de maximizar a satisfação das necessidades.

**Firms** são unidades encarregadas de produzir e/ou comercializar bens e serviços. A produção é realizada por meio da combinação dos fatores produtivos adquiridos juntos às famílias. Tanto na aquisição de recursos produtivos quanto na venda de seus produtos, as decisões das firmas são guiadas pelo objetivo de se conseguir o máximo lucro.

O **Governo**, por sua vez, inclui todas as organizações que, direta ou indiretamente, estão sob o controle do Estado, nas esferas federal, estadual e municipal. Muitas vezes, o governo intervém no sistema econômico atuando como empresário e produzindo bens e serviços através de suas firmas estatais; em outras, ele age como comprador — quando, além de contratar serviços, adquire materiais, equipamentos etc., tendo em vista a realização de suas tarefas; outras vezes, ainda, o governo intervém no sistema econômico por meio de regulamentos e controles com a finalidade de disciplinar a conduta dos demais agentes econômicos.

As soluções para os problemas centrais de uma sociedade vão depender, fundamentalmente, do tipo de organização econômica vigente.

De maneira geral, pode-se dizer que são três as formas pelas quais a sociedade organiza sua economia, a fim de resolver os problemas de o que, como e para quem produzir: **economia de mercado** (ou de livre-empresa), **economia planificada centralmente** e **economia mista**.

#### **14.2. ECONOMIA DE MERCADO**

O sistema de Economia de Mercado é típico das economias capitalistas, as quais têm, como característica básica, a propriedade privada dos meios de produção, tais como fábricas e terras, e sua operação, tendo por objetivo a obtenção de lucro, sob condições em que predomine a concorrência.

**O capitalismo é descrito como um sistema de mercados livres, operando sob condições de concorrência:** concorrência entre vendedores de bens similares, para atrair clientes; concorrência entre compradores, para garantir os bens que desejam; concorrência entre trabalhadores, para obter empregos; concorrência entre empregadores, para conseguir trabalhadores.

Em uma economia baseada na propriedade privada e na livre iniciativa, os agentes econômicos (indivíduos e empresas) preocupam-se em resolver isoladamente seus próprios problemas, tentando sobreviver na concorrência imposta pelos mercados.

Nesse tipo de sistema econômico, os consumidores e empresas, agindo individualmente, interagem através dos mercados, acabando por determinar o que, como e para quem produzir.

#### **14.3. O SISTEMA DE PREÇOS**

Em uma Economia de Mercado a ação conjunta de indivíduos e firmas permite que milhares de mercadorias sejam produzidas de maneira espontânea, sem que haja uma coordenação central das atividades econômicas. Na verdade, existe um mecanismo de preços automático e inconsciente, que trabalha garantindo o funcionamento do sistema econômico, dando a ele uma certa ordenação, de maneira tal que tudo é realizado sem coação ou direção central de qualquer organismo consciente.

Para se ter uma ideia, tomemos como exemplo a cidade de São Paulo: milhares de mercadorias abastecem a cidade diariamente, sem que para isso exista o comando de qualquer organismo consciente.

A esse mecanismo de preços automático e inconsciente é que se dá o nome de "Sistema de Preços".

### ***E como funciona o sistema de preços?***

Conforme já estudamos, todos os bens econômicos têm seu preço, em um mercado livre, caracterizado pela presença de um grande número de compradores e vendedores,

Para exemplificar, suponhamos que por um motivo qualquer as pessoas passem a desejar uma quantidade maior de calçados. Se a quantidade disponível de calçados for menor que a quantidade procurada, então haverá uma disputa entre os compradores para garantir a aquisição desse bem. Isso fará com que o preço do calçado se eleve, em parte porque as pessoas se dispõem a pagar mais pelo produto, em parte porque os produtores, percebendo o grande interesse por sua mercadoria, elevam-lhe o **PREÇO**.

A elevação de preço acabará por excluir os que não dispõem de recursos para pagar preços mais altos. Com a alta do preço, os produtores de calçados serão estimulados a aumentar a produção. Se esse aumento na produção for muito grande, poderá haver excesso de calçados no mercado, além da quantidade procurada. Como consequência haverá uma concorrência entre os produtores, a fim de pôr em circulação/vender o excesso de mercadoria.

A concorrência provocará diminuição no preço. Um preço mais baixo estimulará o consumo de calçados, e os produtores procurarão ajustar a produção à quantidade adequada.

Esse é o conceito de “**MÃO INVISÍVEL**” desenvolvido por Adam Smith em seu livro Riqueza das Nações.

Assim sendo, em uma economia de mercado, nenhum agente econômico (indivíduo ou empresa) se preocupa em gerenciar o funcionamento do sistema de preços. Preocupam-se, sim, em resolver isoladamente seus próprios negócios.

#### PRESSUPOSTO DA MÃO INVISÍVEL

O indivíduo age de forma egoísta e, no conjunto, a sociedade resolve inconscientemente os problemas de o que e quanto, como e para quem produzir.

Em uma Economia de Mercado, tanto os bens e serviços quanto os recursos produtivos têm seus preços e quantidades determinados pelo livre jogo da oferta e da procura, ou seja, pela *livre competição*. Do confronto entre oferta e procura, resulta um preço, e é esse preço que exerce uma função econômica básica. É ele que, por suas variações, orienta a produção e o consumo.

O mecanismo de preços é, portanto, um vasto sistema de tentativas e erros, de aproximações sucessivas, para alcançar o equilíbrio entre oferta e procura. O desejo das pessoas determinará a

#### SAIBA MAIS

Os **preços** refletem as quantidades que os vendedores desejam oferecer e as quantidades que os compradores desejam comprar de cada bem.

#### SAIBA MAIS

**Mão invisível** significa que existe uma coordenação invisível que assegura a consistência dos planos individuais em uma sociedade em que predomina um sistema de mercado.

dimensão da procura, enquanto a produção das firmas determinará a dimensão da oferta. O equilíbrio entre a oferta e a procura será atingido pela flutuação do preço.

O que é verdade para mercados de bens e serviços também o é para mercados de **recursos produtivos** (Terra, Trabalho, Capital e Capacidade Empresarial). Assim, se houver maior necessidade de engenheiros do que de advogados, as oportunidades de emprego serão mais favoráveis aos primeiros. O salário dos engenheiros tenderá a aumentar e o dos advogados, a diminuir.

Em uma economia complexa e interdependente, as pessoas não conseguem dizer diretamente aos produtores o que desejam consumir. O mecanismo de mercado fornece, através dos preços, uma forma de comunicação indireta entre consumidores e produtores, possibilitando uma adaptação da produção às necessidades de consumo; possibilita, ao mesmo tempo, uma adaptação do consumo à escassez relativa dos diferentes tipos de bens e serviços.

ATENÇÃO: Na próxima aula, você irá estudar o que são recursos produtivos e como são utilizados em uma economia de mercado. Bons estudos...

#### **REFERÊNCIAS UTILIZADAS:**

VASCONCELLOS, M. A. (Org.) **Manual de Economia... Equipe de Professores da USP**. São Paulo: Ed. Atlas, 2007.

PASSOS, R. M. **Princípios de Economia**. São Paulo: Pioneira, 2005.

aula 15

## 15. RECURSOS PRODUTIVOS

Vimos, até agora, que as necessidades humanas são ilimitadas. Algumas são não-econômicas, seja porque não podemos produzir bens que as satisfaçam (necessidade de amor, por exemplo), seja porque não precisamos produzir bens que as satisfaçam (necessidade de respirar, por exemplo).

As necessidades remanescentes, que são as necessidades econômicas, caracterizam-se, também, por serem ilimitadas. A fim de satisfazê-las, necessitaríamos de um conjunto infinitamente grande de bens econômicos. Isso, por seu lado, exigiria um conjunto infinitamente grande de recursos capaz de produzir tais bens. Entretanto, essa quantidade infinita de recursos não existe. Surge daí o desafio que o ser humano tem forçosamente de enfrentar: *o desafio da escassez*.

### 15.1. RECURSOS PRODUTIVOS

Vejam, agora, no que consistem tais recursos.

Os Recursos Produtivos (também denominados fatores de produção) são elementos utilizados no processo de fabricação dos mais variados tipos de mercadorias, as quais, por sua vez, são utilizadas para satisfazer necessidades. O trabalho, a terra, as matérias-primas, os combustíveis, a energia e os equipamentos são, entre outros, exemplos de recursos produtivos.

#### 15.1.1. Classificação dos Recursos Produtivos

Os Recursos Produtivos podem ser classificados em quatro grandes grupos: Terra, **TRABALHO**, **CAPITAL** e Capacidade Empresarial.

##### *Terra (ou Recursos Naturais)*

É o nome dado pelos economistas para designar os recursos naturais existentes, ou dádivas da natureza, tais como florestas, recursos minerais, recursos hídricos etc. Compreende não só o solo utilizado para fins agrícolas, mas também o solo utilizado na construção de estradas, casas etc.

Na verdade, toda a natureza, a energia do Sol, os ventos, as marés, a gravidade da Terra são utilizados na produção de bens econômicos. A utilidade desses elementos vai variar em função de fatores como facilidade de extração, refino e transporte.

O que devemos destacar é que a quantidade de recursos naturais, ou Terra, é limitada, até mesmo para as nações consideradas ricas.

#### GLOSSÁRIO

**Trabalho** é o nome dado a todo esforço humano, físico ou mental, despendido na produção de bens e serviços.

#### GLOSSÁRIO

**Capital** pode ser definido como o conjunto de bens fabricados pelo homem e que não se destinam à satisfação das necessidades através do consumo, mas que são utilizados no processo de produção de outros bens.

### **Trabalho**

Constitui trabalho no sentido econômico o serviço prestado por um médico, o trabalho de um operário empregado na construção civil, a supervisão de um gerente de banco, o trabalho de um agricultor no campo.

O tamanho da população estabelece para esse fator de produção um limite em termos de quantidade. Entretanto, importa também a qualidade do trabalho. Duas pessoas que trabalham oito horas por dia não são, necessariamente, igualmente produtivas. Por essa razão, em qualquer país, a qualidade e o tamanho da força de trabalho são limitados, o que implica dizer que a quantidade total do recurso denominado Trabalho também o é.

### **Capital (ou Bens de Capital)**

O capital inclui todos os edifícios e todos os tipos de equipamento que podem ser utilizados na produção de bens. Exemplos de capital são computadores, máquinas, usinas, estradas de ferro, instalações fabris, mobiliários de escritórios e todos os tipos de equipamento utilizados na fabricação de bens e serviços.

É usual que, ao falarmos de capital, pensemos em coisas tais como dinheiro, ações, certificados etc. Tais instrumentos, entretanto, devem ser considerados como Capital Financeiro e não constituem realmente riqueza, e sim direitos a ela. Não haverá aumento de riqueza na sociedade se esses direitos de papel aumentarem sem que ocorra aumento correspondente de edifícios, equipamentos, estoques etc.

### **Capacidade Empresarial**

Alguns economistas consideram a “Capacidade Empresarial” também como um fator de produção. Isto porque o empresário exerce funções fundamentais para o processo produtivo. É ele quem organiza a produção, reunindo e combinando os demais recursos produtivos, assumindo, assim, todos os riscos inerentes à elaboração de bens e serviços. É ele quem colhe os ganhos do sucesso (lucro) ou as perdas do fracasso (prejuízo). Em algumas firmas, o empresário pode ter uma dupla função e ser também o gerente; em outras, tal fato não ocorre. De qualquer maneira, a função empresarial é necessária na economia.

#### **15.1.2. Os Recursos Produtivos São Limitados**

De maneira geral, pode-se dizer que os recursos produtivos apresentam como característica básica o fato de serem limitados ou escassos, ou seja, não existem em quantidade suficiente para produzir todos os bens desejados pela sociedade. Os recursos naturais, tais como recursos petrolíferos, terras adequadas para agri-

cultura etc. não existem em quantidades infinitas. Por essa razão, até mesmo as nações mais ricas se ressentem da limitação de seus recursos naturais.

Da mesma forma, em dado período de tempo, a quantidade de capital disponível para a produção também é limitada pelo número de máquinas, tratores, usinas, fábricas etc. existentes. Mesmo o trabalho, que é o fator de produção mais abundante e mais importante em qualquer sistema econômico, está limitado pelo número e pela qualidade de pessoas disponíveis para essa atividade. Isso tudo evidencia, como já dissemos, o fato de que os recursos produtivos são limitados.

### **15.1.3. Remuneração dos Proprietários dos Recursos Produtivos**

Qualquer que seja a firma - agrícola, industrial ou de serviços, para ela operar necessita, por exemplo, de um pedaço de terra; bens de capital, que são bens utilizados para produzir outros bens; além disso, muitas vezes, o empresário pode ter necessidade de dinheiro de terceiros para a compra de máquinas, matérias-primas etc.; necessita, finalmente, de mão de obra ou força de trabalho para operar os bens de capital de modo a transformar os bens intermediários em novos produtos.

O preço pago pela utilização dos serviços dos fatores de produção vai se constituir na renda dos proprietários desses fatores.

Segundo a definição de renda geralmente aceita, a renda ganha em um ano é o pagamento pelos serviços de fatores de produção durante o ano.

#### *Isso merece uma explicação...*

Com relação ao fator trabalho, podemos dizer que o trabalhador é o proprietário desse recurso, e que a remuneração que ele recebe das firmas pela utilização que estas fazem desse recurso denomina-se salário (genericamente). Na verdade, a firma remunera o trabalhador pelo uso do seu tempo, e essa remuneração (salário) pode ser mensal, semanal etc. A renda do trabalhador, portanto, consiste no salário que ele recebe.

Com relação ao fator de produção terra, ele pode ser negociado de duas maneiras:

- o proprietário pode vender o direito de uso durante um mês, um ano, ou qualquer outro período que se estabeleça. Nesse caso, o preço pago pelo uso temporário da terra é chamado aluguel; e
- o proprietário pode vender a terra de uma vez, o que dá ao seu novo dono o direito de usá-la.

Do exposto até o momento, percebe-se que, se vender o uso temporário da terra, a renda do proprietário é o aluguel da terra.

Entretanto, o que dizer de um proprietário de terras que em um determinado ano vende a terra a uma firma agrícola, comercial ou industrial? Devemos chamar o valor pago pela terra de sua “renda” com a terra naquele ano?

Não, se considerarmos a definição de renda exposta anteriormente. O valor pago pela terra não é renda, porque compra os serviços da terra não apenas por um ano, mas para sempre (na verdade, a pessoa que vende a terra de uma vez não recebe renda alguma da terra; ela apenas transfere a propriedade à outra pessoa em troca de dinheiro).

Assim é que, se a terra for vendida a uma firma, a partir daí essa firma não pagará a ninguém pelo uso da terra.

Nesse caso, qual é a renda da terra e quem a recebe?

Nessas condições, a renda obtida pela terra é combinada com o lucro, e quem a recebe são os proprietários da empresa.

Examinemos agora a renda do capital. Se uma firma alugar uma máquina e utilizá-lo no processo de produção, o valor do aluguel pago ao dono da máquina é considerado um pagamento pelos serviços do bem de capital, sendo entendido como um pagamento de renda ao proprietário da máquina.

### *Imagine, então, outra situação...*

Suponhamos que os proprietários da firma sejam eles mesmos, proprietários dos bens de capital. Nesse caso, a renda do capital é combinada com o lucro, e é paga aos proprietários da firma.

Existe ainda outra maneira pelas quais os proprietários de uma firma podem obter bens de capital sem pagar diretamente por eles. Em vez de alugar um bem de capital, uma firma pode fazer empréstimo e usar o dinheiro para comprar esse bem. Nesse caso, pagará juros sobre o empréstimo, representando esse juro um pagamento pelo uso de capital, sendo considerado um pagamento pelos serviços de um fator de produção.

O lucro, por fim, constitui-se na remuneração da capacidade empresarial, uma vez que, como já dissemos, é o empresário quem organiza a produção, assumindo os riscos inerentes à elaboração de bens e serviços.

### **REFERÊNCIAS UTILIZADAS:**

VASCONCELLOS, M. A. (Org.) **Manual de Economia... Equipe de Professores da USP.** São Paulo: Ed. Atlas, 2007.

PASSOS, R. M. **Princípios de Economia.** São Paulo: Pioneira, 2005.

aula 16

## 16. SISTEMA DE ECONOMIA DE MERCADO

Nesta aula, você irá estudar os principais conceitos relacionados a uma economia de mercado bem como os principais elementos desse sistema econômico.

### 16.1. PREÇO E QUANTIDADE DE EQUILÍBRIO

No mercado em que se formam os preços, os consumidores estabelecem os preços máximos que estão dispostos a pagar pela quantidade a ser demandada. Essa avaliação é subjetiva (psicológica) e deriva do conceito de utilidade que o consumidor procura maximizar. Ao contrário, os produtores estabelecem preços mínimos que estão dispostos a receber pela quantidade ofertada, diante da restrição dos custos incorridos e seu objetivo de maximizar lucros.

### 16.2. ELEMENTOS DE UMA ECONOMIA DE MERCADO

O capitalismo caracteriza-se por um sistema de organização econômica baseado na propriedade privada dos meios de produção, isto é, os bens de produção ou de capital.

#### *a) Capital*

O termo capital usualmente tem diferentes significados, inclusive na linguagem comum é entendido como certa soma em dinheiro. Todavia, o conceito de capital a ser apreendido aqui é o conjunto (estoque) de bens econômicos heterogêneos, tais como máquinas, instrumentos, fábricas, terras, matérias-primas, capaz de reproduzir bens e serviços.

O uso do capital na produção introduz os métodos indiretos, além de contribuir para o aumento da produtividade do trabalho.

Tome-se o clássico exemplo:

“Um camponês habita uma cabana distante da fonte de água. Se deseja saciar a sede, poderá dirigir-se a ela e apanhará água com as mãos. Poderá, também, despende seu tempo e alguns recursos para fabricar um balde, podendo fazer sua provisão de água e diminuir seu número de viagens à fonte. Finalmente, poderá despende mais tempo e recursos, para construir uma adutora de maneira a canalizar a água, desde a fonte à cabana”.

Tanto o balde como a adutora passam a fazer parte do estoque de capital. Assim, o camponês precisou destinar tempo e poupar recursos para a ampliação do seu estoque de capital.

No agregado nacional, aquilo que a comunidade está disposta a poupar, ou seja, aquilo que ela está disposta a se abster de consumir no presente e esperar pelo consumo futuro, constitui os recursos que a comunidade pode, no momento, destinar à formação de novo capital.

Da mesma forma, em comunidades em progresso econômico, certa fração dos esforços produtivos correntes é destinada à formação de novo capital, sacrificando-se o consumo presente para aumentar a produção futura.

### ***b) Propriedade privada***

Nossa economia recebe o nome de capitalismo, porque esse capital é essencialmente propriedade privada de alguém: o capitalista. É pela propriedade que o capitalismo se apropria de parte da renda gerada nas atividades econômicas. Dessa forma fica garantido o estímulo à criatividade e à concorrência.

O capital na sua forma física (equipamentos, edificações e outros) é chamado capital tangível. Todavia, cada pedaço de terra, cada parcela de equipamento ou de edifício, tem um documento ou um título de propriedade mostrando que pertence diretamente a alguém.

O mesmo conjunto de capital representado por documentos é chamado capital intangível. As patentes dos processos tecnológicos são outra forma desse último tipo de capital.

No sistema capitalista, são os indivíduos que recebem os juros, os dividendos, os lucros, os aluguéis e os direitos de exploração (royalties) dos bens de capital e das patentes.

#### RESUMINDO:

- Capital tangível é o capital na sua forma física (equipamentos, edificações e outros).
- Capital intangível é o conjunto de capital representado por documentos (ações, títulos, patentes).

### ***c) Divisão do trabalho***

As economias de produção em massa, sobre as quais se baseiam os padrões modernos de vida, não seriam exequíveis se a produção ainda se processasse individualmente ou por núcleos familiares. A produção massificada deve-se principalmente à divisão do trabalho, ou seja, à especialização de funções que permite a cada pessoa usar, com a máxima vantagem, qualquer diferença peculiar em aptidões e recursos. Pois a especialização, além de se basear nas diferenças individuais de aptidões, cria e acentua essas diferenças.

**Um exemplo que ilustra o aumento de produtividade devido à especialização é o da montagem de automóveis.**

Um só indivíduo, na melhor das hipóteses, poderia montar um automóvel por mês e 100 indivíduos, 100 automóveis por mês. Mas se subdividirem as funções numa linha de montagem, de tal forma que cada indivíduo execute operações simples e repetidas, o grupo, em conjunto, poderá montar, no mesmo tempo, milhares de automóveis semelhantes, talvez 10 mil.

Além disso, a simplificação das funções, tornada possível pela **especialização**, presta-se à mecanização, isto é, ao uso mais intensivo de capital por trabalhador. Ao mesmo tempo evita a duplicidade antieconômica de instrumentos e poupa o tempo perdido ao se passar de uma tarefa para outra.

Hoje em dia, nenhum operário produz nem ao menos um simples objeto por inteiro. Ele poderá costurar mangas em camisas ou pregar os botões durante toda a sua vida produtiva, em troca disso receberá um salário que o habilitará a comprar mercadorias de qualquer natureza.

#### *d) Moeda*

Ao lado do capital e da especialização do trabalho, a moeda é o terceiro aspecto da vida econômica moderna. A importância da moeda é ressaltada quando se imagina uma economia de trocas (escambo), na qual uma espécie de mercadoria era trocada por outra. Teria de haver dupla coincidência de necessidades.

A moeda é uma das maiores invenções da humanidade e tem na economia três funções básicas: Meio de troca; Reserva de valor; e Unidade de conta e padrão para pagamentos diferidos no tempo.

#### **REFERÊNCIAS UTILIZADAS:**

VASCONCELLOS, M. A. (Org.) **Manual de Economia... Equipe de Professores da USP**. São Paulo: Ed. Atlas, 2007.

PASSOS, R. M. **Princípios de Economia**. São Paulo: Pioneira, 2005.

aula 17

## **17. FALHAS NO FUNCIONAMENTO DAS ECONOMIAS DE MERCADO**

O sistema de “Economia de Mercado” tem as seguintes metas:

- eficiente alocação dos recursos escassos;
- distribuição justa da renda;
- estabilidade de preços.

Na verdade, esse tipo de sistema é uma grande simplificação da realidade e apresenta falhas em seu funcionamento que o impedem de atingir tais metas. Essas falhas são:

Imperfeições na concorrência devido à:

1) presença de poucos produtores — monopólios e oligopólios — que têm o poder de influenciar na formação de preços no mercado;

2) força dos sindicatos sobre a formação de salários; e

3) intervenção do governo na fixação do salário mínimo, na política salarial, no congelamento e tabelamento de preços etc.

4) incapacidade do mercado de promover uma perfeita alocação de recursos. A iniciativa privada não se interessaria em alocar recursos em projetos que exigissem altos investimentos e apresentassem retorno lento, tais como a construção de usinas hidroelétricas, portos etc.

5) incapacidade do mercado sozinho, promover uma distribuição justa da renda.

### **17.1 ECONOMIA PLANIFICADA CENTRALMENTE**

Essa modalidade de organização econômica é típica dos países socialistas, em que prevalece a propriedade estatal dos meios de produção. Nesse tipo de sistema as questões de “o que”, “como” e “para quem” produzir não são resolvidas de maneira descentralizada, por meio de mercados e preços, mas pelo planejamento central, em que a maior parte das decisões de natureza econômica é tomada pelo Estado.

A ação governamental se faz presente por meio de um órgão central de planejamento, a quem cabe elaborar os planos de produção de todos os setores econômicos. Tais planos são elaborados a partir de um levantamento não só das necessidades a serem atendidas, como também dos recursos e técnicas disponíveis para a produção, a fim de dimensionar o que cada firma, seja ela agrícola, comercial ou industrial, pode realmente produzir.

Identificadas as disponibilidades existentes, fixam-se as metas de produção, ou seja, as quantidades a serem produzidas de cada

bem. Procura-se, na medida do possível, atender às necessidades de consumo da sociedade. Equaciona-se, dessa forma, a questão "o que e quanto" produzir.

Cabe, da mesma forma, ao órgão de planejamento determinar os processos de produção a serem utilizados. Fica então resolvida a questão "como produzir".

A questão "para quem produzir", que trata da maneira pela qual a produção total de bens e serviços será distribuída entre os indivíduos, é também resolvida pelo órgão de planejamento, a quem cabe determinar os salários dos diferentes tipos de profissão.

Nesse tipo de economia, o "Sistema de Preços" tem por finalidade facilitar ao Estado atingir os seus objetivos de produção.

Assim sendo, os preços são meros recursos contábeis que ajudam a controlar a eficiência com que os produtos são fabricados, tendo como referência firmas de eficiência "média". Exemplificando, as firmas têm cotas de matérias-primas; entretanto, nenhum pagamento é realizado, sendo os valores de aquisição registrados como custos de produção. Dessa forma, caso alguma firma esteja produzindo de forma ineficiente, os prejuízos financeiros acusarão tal fato. Caso contrário, surgirão os lucros.

Sintetizando, a fixação dos preços dos recursos pelo Estado permite que se estruture uma contabilização dos custos de produção, capacitando-o a julgar o desempenho das firmas.

Devemos observar que, se em uma economia de mercado o "Sistema de Preços" serve como elemento sinalizador do comportamento tanto de consumidores quanto de empresários, em uma economia centralizada, a expansão e a contração industrial são determinadas pelo Estado, e não pelo mecanismo de preços. Assim sendo, se o governo deseja estimular determinada indústria, ele pode fazê-lo, mesmo que essa indústria seja ineficiente e apresente prejuízos. Alternativamente, pode o governo decretar o fechamento de uma indústria eficiente, mesmo que ela venha obtendo lucros.

Em uma economia centralizada, os preços são utilizados para auxiliar a distribuição de diversos produtos. Nesse tipo de sistema é o próprio governo que determina os diversos preços dos bens de consumo, evitando assim que ele seja obrigado a lançar mão de mecanismos de racionamento. Pode, então, haver diferença entre o custo de produção de um produto e seu preço de venda. Exemplificando, suponhamos que o custo de um aparelho de televisão seja de \$ 500. Se houver uma procura muito grande por esse tipo de bem, o governo pode estabelecer seu preço em \$ 800. Dessa forma, o equilíbrio entre oferta e demanda pode ser reestabelecido, evitando-se, então, o mecanismo de racionamento.

## 17.2 ECONOMIA MISTA

Na realidade, as organizações econômicas descritas anteriormente (Economia de Mercado e Sistema de Planejamento Central) nunca existiram em sua forma mais pura. O que se observa nos diversos países é uma mescla desses dois sistemas que ora se aproxima de um tipo de organização, ora de outro, conforme o grau da participação do Estado na economia. Nos sistemas de economia mista, uma parte dos meios de produção pertence ao Estado (firmas públicas) e a outra parte pertence ao setor privado (firmas privadas).

Nesse tipo de sistema, cabem ao Estado a orientação e o controle de muitos aspectos da economia. Para tanto, ele se utiliza das firmas públicas e de outros instrumentos a sua disposição, tais como a legislação, a tributação etc.

**Vejamos então como um Sistema de Economia Mista resolve seus problemas básicos:**

### *a) O Que e Quanto Produzir?*

Em um sistema de economia mista, em que existe propriedade privada dos meios de produção, o Estado não pode determinar ao empresário o que produzir. O Estado não pode, por exemplo, determinar a um agricultor que plante arroz em vez de milho, ou a um industrial que produza tecidos em vez de calçados. Pode, entretanto, influir indiretamente para resolver a questão “o que produzir”.

Ele pode, por exemplo, através das leis, proibir a produção de drogas; ao fazê-lo, estará diretamente dizendo o que não deve ser produzido e, indiretamente, aquilo que se pode produzir. A tributação também pode ser utilizada para sinalizar aos produtores aquilo que deve ser produzido. É o caso da redução (e algumas vezes, isenção) de impostos em alguns setores (indústria automobilística, por exemplo) e a concessão de incentivos fiscais em outros. Outro instrumento de que dispõe o Estado para operar com a mesma finalidade é o controle de créditos.

Nesse caso, a concessão de crédito subsidiado a determinadas atividades é um indicador de que o Estado deseja estimulá-las. Outra maneira de o Estado intervir na questão de “o que produzir” é através de suas Empresas Públicas, que se destinam a garantir a produção de bens e serviços necessários ao bem-estar coletivo (saneamento básico, transporte, combustível, energia elétrica etc.) e que o setor privado não se interessa ou não tem condições de explorar, uma vez que exigem investimentos elevados e apresentam retorno lento. Não se pode desconsiderar, também, o papel do Estado no tocante às suas despesas, uma vez que ele é o maior comprador de bens e serviços do sistema econômico.

Dessa forma, quando o Estado executa obras, tais como a construção de estradas e pontes, ele está automaticamente dizendo ao setor privado que deseja que sejam produzidos os materiais necessários à execução de tais obras (cimento, aço etc.).

Não obstante a intervenção do Estado no sistema, os produtores em uma economia mista, ao decidirem “o que produzir”, seguem, geralmente, as indicações fornecidas pelo sistema de preços (ou, o que é a mesma coisa, pelos mercados).

#### ***b) Como Produzir?***

A questão “como produzir”, em um sistema misto, é solucionada distintamente, conforme se enfoque o setor público ou o setor privado da economia. No âmbito do setor público, essa questão é resolvida de acordo com o planejamento governamental, em que o fundamental não é a obtenção de lucros, mas o atendimento adequado das necessidades da coletividade. No âmbito do setor privado, a questão é solucionada de acordo com a concorrência (por meio dos mercados e preços).

#### ***c) Para Quem Produzir?***

Nos sistemas de economia mista, a questão distributiva é resolvida, em geral, pelo sistema de preços.

Entretanto, aos detentores de renda mais baixa, o Estado oferece ensino gratuito, assistência médica, assistência jurídica, além de outros serviços a que essa camada da população, em função do seu baixo poder aquisitivo, não tem acesso. Além disso, o Estado procura criar mecanismos que garantam às pessoas o recebimento de uma renda que lhes permita satisfazer suas necessidades básicas. A criação do seguro-desemprego e o estabelecimento de níveis salariais mínimos são exemplos da ação do Estado nesse sentido.

### **REFERÊNCIAS UTILIZADAS:**

VASCONCELLOS, M. A. (Org.) **Manual de Economia... Equipe de Professores da USP**. São Paulo: Ed. Atlas, 2007.

## unidade 4

# PREÇOS NO FUNCIONAMENTO DA ECONOMIA

aula 18

## 18. OS PREÇOS NO FUNCIONAMENTO DA ECONOMIA

Na Unidade 4, estudaremos um pouco mais da Microeconomia. Como analisado anteriormente, a Microeconomia estuda os pequenos agregados da economia, como por exemplo, a demanda das famílias e a oferta das empresas.

Assim, é importante em primeiro lugar estudarmos a formação e a função dos preços na economia, para mais tarde analisarmos a **demanda** e a **oferta**. Por fim, é necessário entendermos como se formam e quais as características das estruturas de mercado, como monopólio, oligopólio e concorrência monopolística.

### 18.1 FORMAÇÃO E FUNÇÃO DOS PREÇOS NOS SISTEMAS ECONÔMICOS

Do ponto de vista global, no nosso país, a economia funciona de uma forma diferente da economia de outros, por exemplo, Cuba, Rússia e Estados Unidos, pois a forma de vender ou comprar mercadorias, a forma de pagar imposto ou o tipo de produção são diferentes. Estas diferenças ou semelhanças acontecem porque os países escolhem o tipo de sistema econômico a ser seguido (Tros-ter e Mochón, 1999).

Um sistema econômico pode ser definido como sendo a forma política, social e econômica, no qual uma sociedade se organiza (Vasconcellos e Garcia, 2006). Desta forma, uma sociedade pode se organizar em um **sistema capitalista** ou ainda em um **sistema socialista**.

Entretanto, sabemos que atualmente, nenhum país encontra-se em um sistema econômico puro, tal qual exposto acima. Segundo Vasconcellos e Garcia (2006), até o início do século XX, prevaleciam nas economias ocidentais o sistema de concorrência pura. Neste sistema, não havia qualquer interferência do governo na economia, sendo esta a filosofia do Liberalismo. Já a partir de 1930, passaram a predominar o sistema de economia mista, em que prevalecem as forças de mercado, mas o governo interfere significativamente na economia, com o objetivo de elevar o emprego e a renda de toda a sociedade.

Portanto, no sistema de economia mista, também chamada de economia de mercado, os preços são determinados pelo mecanismo de preço. Mecanismo de preço é o mecanismo no qual os preços

de uma economia são formados. Ocorre no cruzamento entre oferta e demanda, ou seja, é a resposta para a seguinte questão: Quanto a sociedade pagaria pela compra dos bens e serviços e por qual valor as empresas permitem-se vender? As empresas fixam seus preços no limite máximo, mas sempre observando quanto o consumidor estaria disposto a pagar. Como não há interferência governamental, no encontro entre oferta e demanda, os preços são fixados.

Nas economias socialistas, essas questões são decididas pelo governo, ou seja, grande parte dos preços é calculada nos computadores do Órgão Central, e não pelo mecanismo de oferta e demanda.

## **18.2 TEORIAS DA DEMANDA E DA OFERTA**

### **18.2.1 Introdução**

O funcionamento de um sistema de economia mista está baseado em um conjunto de regras, onde se compram e vendem mercadorias e serviços. Estas ações se realizam no **mercado**.

Como já analisamos anteriormente, o mecanismo de preço age de forma que consumidores e vendedores entram em acordo sobre o preço de um bem, fazendo a troca de quantidades da mercadoria por dinheiro.

Como no sistema socialista os problemas econômicos são resolvidos pelo Governo, basta estudarmos como se comporta a demanda e a oferta em um mercado onde há muitos demandantes e ofertantes. Este tipo de mercado será denominado mercado competitivo ou concorrência perfeita.

Os consumidores são os agentes da demanda e seu objetivo é adquirir bens e serviços, maximizando sua utilidade. Ou seja, quando adquirirmos algum produto é porque este produto possui utilidade. Quanto maior a utilidade, mais satisfeito se torna o consumidor. Já as empresas utilizam a combinação de matérias-primas, com a finalidade de obter o maior volume de produção. O objetivo do empresário é maximizar o lucro.

### **18.2.2 Pressupostos Básicos da Microeconomia**

Para estudar Microeconomia, é necessário o conhecimento de alguns pressupostos básicos. Em primeiro lugar, a Micro utiliza a hipótese *coeteris paribus*. Segundo esta hipótese, quando estudamos economia, as variáveis devem ser analisadas isoladamente. Por exemplo: se você quiser analisar o porquê de a demanda de um produto ter aumentado, você pode pesquisar se houve uma queda no preço daquele produto ou aumento da renda de toda a população. Entretanto, estas variáveis devem ser estudadas isoladamente. Ou seja, primeiro você analisa se foi o preço do produto que caiu e, se a afirmativa não se confirmar, parte-se para a análise da renda da população. Desta forma, você estudou se foi a variável

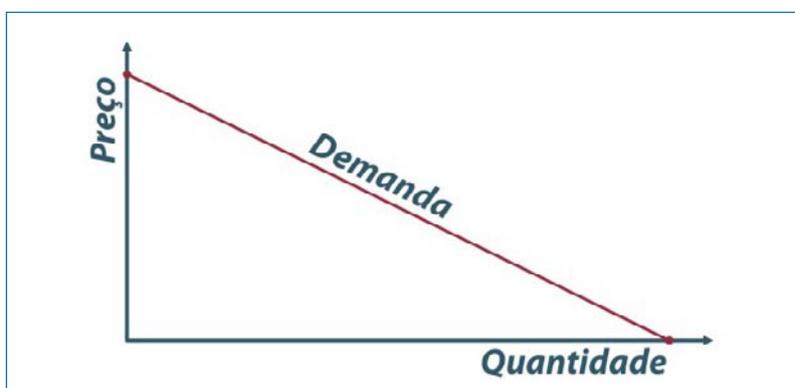
preço que influenciou a demanda e como a afirmativa não se confirmou, a próxima variável a ser estudada é a renda.

Um outro pressuposto importante é o papel dos preços relativos (Vasconcellos e Garcia, 2006). O consumidor quase sempre analisa o preço de um bem em relação a outros. Por exemplo, se o preço de um refrigerante cair em 10%, muitos consumidores optam pela compra deste produto, pois os compradores determinam o que levarão para casa não só verificando itens como qualidade e preço do bem escolhido, também observam o preço dos bens concorrentes. Dessa forma, na Microeconomia, os preços relativos têm mais importância do que os preços absolutos.

### 18.2.3 Teoria da Demanda

A demanda de um consumidor depende do preço do bem que pretende adquirir, preço de outros bens, renda do consumidor e dos gostos e preferências (Vasconcellos e Garcia, 2006).

Quando vamos comprar algum produto, sem dúvida, o preço tem grande influência sobre nossa decisão de compra. E é exatamente por isso que a teoria microeconômica afirma que a demanda é inversamente proporcional aos preços, ou seja, quando uma das variáveis aumenta, a outra cai. Isso quer dizer que, quando aumentam os preços das mercadorias, normalmente cai a demanda pelos mesmos. Se fôssemos colocar essas afirmações em forma gráfica, teríamos a seguinte figura:

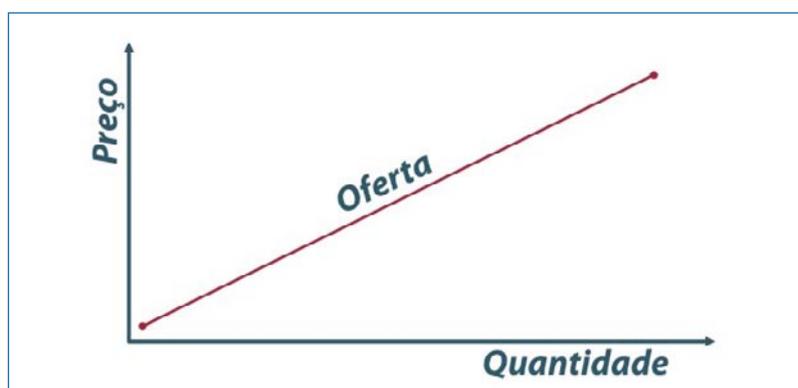


Neste gráfico, o eixo das ordenadas é representado pela quantidade de mercadorias que os consumidores estão dispostos a comprar. No eixo das abscissas, temos a variável preço das mercadorias. Nele estão representados os preços que os consumidores estariam dispostos a pagar. Como vemos, o preço é inversamente proporcional à demanda e isto torna a curva de demanda negativamente inclinada. Assim, quanto maior o preço das mercadorias, menor será a demanda dos consumidores.

#### 18.2.4 Teoria da Oferta

Já estudamos que a oferta é a quantidade que os produtores desejam oferecer ao mercado. Enquanto a demanda era negativamente inclinada, pois um aumento de preço levava a uma queda desta, a função oferta é positivamente inclinada. Em outras palavras, preço e quantidade ofertada possuem uma relação diretamente proporcional. Quando aumentam os preços das mercadorias, certamente aumentará a oferta de produtos. Isso acontece porque os empresários sentem-se estimulados a aumentar a produção, quando há aumento de preço das mercadorias. Dessa forma, também haverá aumento do lucro.

Como fizemos com a curva de demanda, também colocaremos nossas palavras em forma de um gráfico. Assim, a curva de oferta pode ser visualizada na próxima figura.



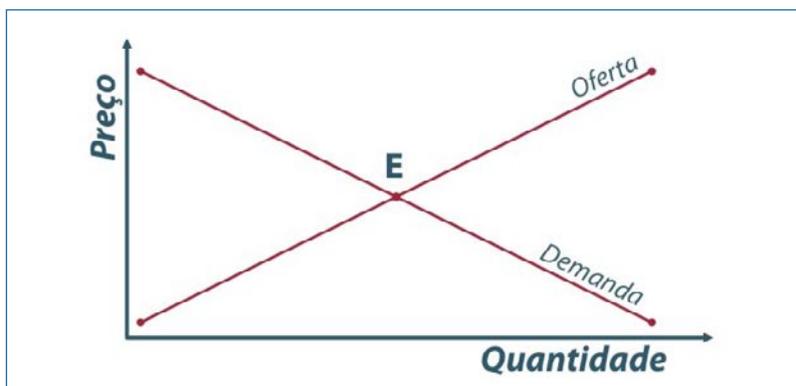
Vimos que existem vários determinantes para a função de demanda, como por exemplo, preço do bem, preço dos bens concorrentes ou gostos e preferências. Quanto à oferta de mercadorias, também existem variáveis que influenciam o volume de produção (Vasconcellos e Garcia, 2006).

- a) **Custo de produção:** quanto maior o custo de produção das mercadorias, menor o volume a ser ofertado.
- b) **Alterações tecnológicas:** quanto mais acesso à tecnologia uma empresa tem, maior o volume de mercadorias que ela poderá produzir.
- c) **Aumento do número de empresas no mercado:** se aumentar o número de empresas que oferecem o mesmo bem, haverá também aumento da oferta daquela mercadoria.

#### 18.2.5 Equilíbrio de Mercado

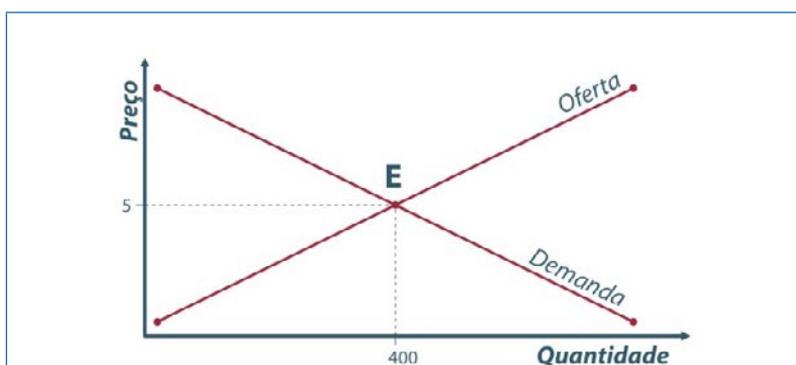
Você deve lembrar que estudamos no início desta Unidade que os preços são formados a partir da interação da demanda e da oferta de mercado. Ou seja, consumidores e vendedores entram em acordo sobre o preço de um bem, fazendo a troca de quantidades da mercadoria por dinheiro.

Agora que você já sabe o formato gráfico da função demanda e oferta poderá estudar como se formam os preços. Conforme dissemos acima, os preços se formam na interação entre oferta e demanda, ou seja:



Você observou que o ponto em que demanda e oferta se encontram é chamado de ponto E ou *ponto de equilíbrio*. Este ponto de equilíbrio é muito importante na economia, pois nesta interseção entre oferta e demanda os preços são formados.

Se no ponto E tivéssemos um preço de R\$ 5,00 e a quantidade fosse de 400 unidades, o que isto significaria? É muito simples! Digamos que este gráfico representa um mercado de canetas. Ou seja, temos consumidores que demandam canetas e produtores que ofertam canetas. Se o ponto de equilíbrio é R\$ 5,00 para o preço, isto quer dizer que as canetas são vendidas em média a este preço, pois os consumidores pagam no máximo este valor por caneta e os produtores oferecem o produto por no mínimo R\$ 5,00.



Por este preço, demandam-se 400 unidades de caneta e também se ofertam 400 unidades do produto. Então, podemos dizer que, neste ponto de equilíbrio, a demanda é igual à oferta! Neste mercado, não há estoques, pois tudo o que é produzido, também é vendido.

**REFERÊNCIAS UTILIZADAS:**

VASCONCELLOS, M; GARCIA M. **Fundamentos de Economia**. 3. ed.  
São Paulo: Saraiva, 2006.

TROSTER, R. L. ; MOCHÓN, F. **Introdução à Economia**. Makron Books:  
São Paulo, 1999.

aula 19

## 19. AS FORMAS DE MERCADO

### 19.1 INTRODUÇÃO

Já estudamos que mercado é o local onde compradores (que compõem o lado da procura) e vendedores de bens, serviços ou recursos (que compõem o lado da oferta) estabelecem contatos e realizam transações. O lado dos compradores é constituído tanto de consumidores, que são compradores de bens e serviços, quanto de firmas, que são compradoras de recursos (trabalho, terra, capital e capacidade empresarial) utilizados na produção de bens e serviços. Já o lado dos vendedores é composto pelas firmas, que vendem bens e serviços aos consumidores, e pelos proprietários de recursos (trabalho, terra, capital e capacidade empresarial), que os vendem (ou arrendam) para as firmas em troca de remuneração (salários, aluguéis etc.).

É importante notar que, para fins de análise econômica, o conceito de mercado não implica, necessariamente, a existência de um lugar geográfico em que as transações se realizam. Na realidade, as mercadorias são vendidas segundo os mais diferentes dispositivos institucionais, tais como feiras, lojas, bolsas de valores etc., podendo o termo mercado aplicar-se a qualquer um deles. Basta, para isso, que compradores e vendedores de qualquer bem (ou serviço, ou recurso) interajam, resultando daí a possibilidade de comercialização desse bem. Lembrou? Então, agora é hora de estudar as estruturas de mercado.

### 19.2 ESTRUTURAS DE MERCADO E BENS FINAIS E SERVIÇOS

Os mercados, tais como os entendemos, estão estruturados de maneira diferenciada em função de dois fatores principais: o número de firmas produtoras atuando no mercado e a homogeneidade (igualdade) ou diferenciação dos produtos de cada firma. Com base nesses aspectos, podemos classificar as estruturas de mercado da seguinte forma:

a) **Concorrência Perfeita:** é um tipo de mercado em que há um grande número de compradores e vendedores (firmas) e cada um tão pequeno que nenhum deles, agindo individualmente, consegue afetar o preço da mercadoria. Além disso, os produtos de todas as firmas que compõem o mercado devem ser homogêneos. Vários mercados de produtos agrícolas chegam perto de ser integralmente competitivos.

b) **Monopólio:** é uma situação de mercado em que uma única firma vende um produto que não tenha substitutos próximos. É uma situação totalmente oposta à da concorrência perfeita, uma

vez que do lado da oferta não há concorrência e nem produto concorrente. Nessas condições, ou os consumidores aceitam as condições estipuladas pelo monopolista, ou então abandonam o mercado, deixando de consumir o produto. Essa situação é encontrada, por exemplo, em indústrias nas quais o único produtor tem a patente ou controle sobre uma fonte de recursos essencial para a elaboração do produto.

- **Concorrência Monopolista:** é uma situação de mercado na qual existem muitas firmas vendendo produtos diferenciados, mas que são substitutos próximos entre si. É uma estrutura de mercado intermediária entre a concorrência perfeita e o monopólio. A diferenciação pode ser de qualidade, forma, desenho, apresentação, embalagem etc. Isso faz com que os produtores sejam praticamente os únicos a produzir tal bem, o que lhes confere, ainda que temporariamente, um certo poder monopolístico. Como exemplos, podemos citar produtos, tais como creme dental, detergente etc.

- **Oligopólio:** é uma situação de mercado em que um pequeno número de firmas domina o mercado, controlando a oferta de um produto. Esse produto pode ser homogêneo ou diferenciado. Um exemplo de oligopólio diferenciado é a indústria automobilística.

### 19.3 ESTRUTURAS DE MERCADO DE FATORES DE PRODUÇÃO

No mercado de fatores de produção, os indivíduos constituem-se nos vendedores (e/ou prestadores de serviço) dos recursos produtivos, ao passo que as firmas são as compradoras destes. Tais fatores de produção terão um preço determinado pelos mercados (salários, aluguéis, juros e lucros, conforme o caso), havendo então um pagamento por parte das firmas aos indivíduos quando das aquisições (e/ou contratações) desses recursos.

Os fatores de produção serão, então, objetos de transações em estruturas mercadológicas que se diferenciam segundo a quantidade de agentes vendedores e compradores, e de acordo com a homogeneidade ou não do fator de produção. Temos, então, as seguintes estruturas mercadológicas:

a) **Concorrência Perfeita:** Algumas das condições de existência de um mercado de concorrência perfeita para os fatores de produção são: existência de grande número de compradores e vendedores do fator de produção; os fatores de produção são homogêneos (idênticos) tanto do ponto de vista dos vendedores quanto dos compradores; existe total transparência de mercado.

b) **Monopsônio:** É o regime ou estrutura de mercado em que um único comprador concentra em suas mãos a totalidade de compra dos fatores de produção, não obstante, ele se defronte com

grande número de vendedores ou ofertantes de tais fatores. Nesse caso, os preços não são determinados pelos vendedores, mas pelo único comprador. Uma situação típica de monopsonista é a de um produtor de automóveis que depende de um determinado número de fornecedores de algumas peças que não são utilizadas por outros fabricantes. Por essa razão, os pequenos fabricantes produzem peças apenas para essa marca de automóveis. O produtor de automóveis é, então, um monopsonista.

c) **Monopólio Bilateral:** É possível a existência de uma situação de mercado em que exista um único comprador de um determinado fator de produção, e que este se defronte com um único vendedor desse recurso produtivo. Esse caso denomina-se monopólio bilateral, quando então teríamos um monopolista diante de um monopsonista.

d) **Oligopsônio:** Ocorre o oligopsônio quando três ou mais compradores concentram em suas mãos a compra de fatores de produção. Nesse caso, eles têm condições de influenciar os preços dos recursos produtivos. Tais recursos poderão ser homogêneos ou diferenciados, conforme apresentem ou não substitutos perfeitos. No caso de existirem apenas dois compradores para um fator de produção, teremos uma situação de mercado denominada duopsônio.

e) **Concorrência Monopsonística:** Trata-se de uma estrutura mercadológica caracterizada pela existência de grande número de compradores. Nela os fatores de produção são diferenciados, isto é, possuem substitutos próximos, mas não perfeitos. Em virtude da diferenciação dos fatores de produção, habitualmente encontra-se a preferência do comprador direcionada para a oferta de determinado vendedor de um recurso produtivo, em detrimento de outros vendedores. Entretanto, os compradores não possuem poder algum sobre os preços dos recursos produtivos.

Prezado Aluno, encerramos mais uma etapa. Já estudamos a Teoria Microeconômica e Macroeconômica e agora resta-nos analisar o Comércio Internacional e responder às seguintes perguntas: Por que existe comércio internacional? Quais as vantagens que os países têm ao comercializar mercadorias mundialmente?

Além de responder a estas questões também vamos estudar alguns conceitos importantes, como taxa de câmbio e globalização.

#### **REFERÊNCIAS UTILIZADAS:**

- VASCONCELLOS, M. A.; GARCIA, M. E. G. **Fundamentos de Economia**. 2. ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2006.
- TROSTER, R. L. ; MOCHÓN, F. **Introdução à Economia**. São Paulo: Ed. Makron Books, 1999.

## unidade 5 COMÉRCIO INTERNACIONAL

aula 20

### 20. COMÉRCIO INTERNACIONAL

Atualmente, praticamente todos os países participam do comércio internacional. Você já se perguntou por que isto acontece? Por que os países não produzem tudo aquilo que necessitam para sua população? Vamos responder a estas e outras perguntas nesta Unidade.

#### 20. 1 AS RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS E SUA IMPORTÂNCIA

Atualmente, o mundo encontra-se interligado seja por fluxos comerciais ou fluxos financeiros. Há dois aspectos importantes para se estudar na Teoria do Comércio Internacional: os benefícios que os países têm em participar do comércio externo e questões relativas ao **Balanco de Pagamentos**.

Um economista que já estudamos, David Ricardo, postulou a Teoria das Vantagens Comparativas. Esta teoria demonstra que os países obtêm vantagens em participar do comércio internacional. Segundo Ricardo, cada país deve se especializar na produção daquilo que produz de forma mais eficiente e comprar aquilo que é caro para se produzir internamente. Assim, como o Brasil possui muita terra, mão de obra e água em abundância, deveria exportar produtos agrícolas e comprar produtos que possuem alta tecnologia de outros países especializados nestes produtos.

As vantagens, segundo Ricardo, seriam a possibilidade de redução dos custos de produção e aumento do bem-estar de toda a população, pois a sociedade poderia comprar produtos mais baratos e obter lucro na venda de mercadorias em que é especializada em produzir.

Para entender melhor este conceito, vamos estudar o modelo proposto por David Ricardo. Suponha que o Brasil e os Estados Unidos possam produzir somente dois tipos de bens: café e automóveis. Os EUA podem produzir 8 mil automóveis por mês ou 2 mil sacas de café por mês. Por outro lado, o Brasil pode produzir 6 mil automóveis por mês ou 3 mil sacas de café.

Produção mensal	Brasil	EUA
Automóveis	6	8
Café	3	2

Como podemos ver, o Brasil cultiva café "melhor" do que os EUA, que por sua vez produz automóveis melhor do que o Brasil.

Nesse sentido, o Brasil tem uma *vantagem comparativa* no cultivo de café e logo exportará este bem, pois produz com menor custo que os EUA. Por outro lado, os EUA têm uma vantagem comparativa na fabricação de automóveis por apresentar menor custo de produção, assim exportará esse produto. Ambos os países ganham, pois cada um vende o produto em que é especializado e compra aquilo que é caro para produzir.

## 20.2 FATORES EXPLICATIVOS PARA O COMÉRCIO INTERNACIONAL

O comércio internacional consiste no intercâmbio de bens, serviços e capitais entre os diferentes países. Historicamente os países têm mantido relações comerciais, fundamentalmente porque não poderiam produzir todos os bens que necessitam, vejamos alguns motivos:

- Em determinados países não há matérias-primas para a sua produção, por exemplo, o Brasil é o principal fornecedor de minério de ferro no comércio internacional.
- Certos países não possuem conhecimento e tecnologia suficiente para produzir determinados bens, por exemplo, os componentes de informática são produzidos em grande escala no Japão e comercializados com outros países.

Atualmente, todos os países importam muitas mercadorias, bens e serviços que poderiam ser produzidos por eles mesmos. A justificativa para tais intercâmbios internacionais baseia-se fundamentalmente no fato de que todas as nações possuem recursos e capacidade tecnológica muito diferente. Essas diferenças podem ser resumidas nos seguintes pontos: condições climáticas, riqueza mineral, tecnologia, quantidade disponível de mão de obra, quantidade disponível de capital e quantidade disponível de terra cultivável.

Esses pontos podem ser resumidos no seguinte esquema.

**1. Condições climáticas.** Os países têm climas muito diferentes e produzem bens e serviços compatíveis com esse clima, assim se um país do norte da Europa quer consumir coco, terá de importar de países tropicais.

**2. Riqueza mineral.** Os minerais existentes no subsolo dos países são diferentes. O Brasil é autossuficiente em minério de ferro, mas em petróleo ainda não.

**3. A tecnologia.** Para fabricar produtos tecnologicamente avançados, os países têm de contar com uma tecnologia apropriada. Isso explica por que a produção de robôs e produtos de informática está concentrada nos EUA, Japão e Alemanha.

**4. Quantidades disponíveis de mão de obra.** Se um país dispõe de mão de obra abundante, poderá dedicar-se à produção de bens que empregam grande quantidade desse fator.

**5. Quantidades disponíveis de capital.** Países que possuem abundância desse fator podem investir em fábricas automatizadas, mas não poderão os países com pouco capital.

**6. Quantidades disponíveis de terra cultivável: Se um país conta com reduzida área de terra cultivável, ele terá de importar a maior parte dos produtos agrícolas.**

Fonte: Elaboração própria, com base no livro Introdução à Economia, de Roberto L. Troster e Francisco Mochón. Local: Makron Books, 2002, capítulo 17, p. 275.

Estes são fatores que condicionam a produção nos diferentes países e que lhes propiciam a tendência de especializar-se, isto é, produzirem os bens para os quais são mais bem preparados, de forma a terem um custo menor de produção. O comércio internacional facilita a especialização, ao permitir que cada país possa colocar no resto do mundo os excedentes dos produtos em que se especializou.

### **20.3 OBSTÁCULOS AO LIVRE COMÉRCIO DE MERCADORIAS**

Apesar das vantagens do livre comércio entre os países, existe uma série de acontecimentos que justifica um certo grau de intervencionismo ou protecionismo para limitar a entrada de determinados produtos no país. Na literatura econômica, esse acontecimento é denominado medidas protecionistas. Os argumentos utilizados para se estabelecer essas medidas são os seguintes: proteger uma indústria considerada estratégica para a segurança nacional; fomentar a industrialização e a geração de empregos mediante um processo de substituição das importações por produtos fabricados no próprio país; tornar possível o surgimento de novas indústrias e procurar combater os déficits existentes entre as exportações e importações.

Nesse sentido, existem diversos tipos de intervenções (proteções) que podem ser resumidos nos seguintes pontos:

- Imposto de importação ou tarifas aduaneiras: é um pagamento que as autoridades econômicas exigem para a importação de produtos de outros países, com o objetivo de elevar seu preço de venda no mercado interno, e assim proteger os produtos nacionais para que não sofram concorrência de bens mais baratos.
- Contingenciamento ou quotas de importação: limita-se a quantidade que se pode importar de bens estrangeiros, independentemente de seus preços. Por exemplo: países europeus estabelecem limites quantitativos à importação de automóveis japoneses.
- Subsídios à exportação: é uma ajuda em dinheiro ou redução de impostos incidentes ao fabricante nacional em relação a

certos bens, para que seja possível exportá-los preços menores e mais competitivos.

Além das tarifas ou quotas, existem outras formas mais sutis de colocar obstáculos ao livre comércio, tais como: o estabelecimento de procedimentos aduaneiros complexos e o recurso a normas administrativas de qualidade e sanitárias, que genericamente são chamadas de barreiras não-tarifárias.

As barreiras não-tarifárias são regulamentações administrativas que discriminam os produtos estrangeiros e favorecem os nacionais. São frequentes os países mais desenvolvidos estabelecerem regulamentações sanitárias e de defesa do consumidor muito mais minuciosa para produtos estrangeiros do que para os nacionais. Por exemplo, a divergência comercial no caso da soja entre o Brasil e a China. A China embargou a compra dessa mercadoria alegando a falta de qualidade na produção.

## 20.4 BALANÇO DE PAGAMENTOS, BALANÇA COMERCIAL E BALANÇA DE SERVIÇOS

### 20.4.1 Introdução

Já estudamos que o Balanço de Pagamentos é o registro contábil de todas as transações feitas por um país. Agora temos que verificar como se estrutura o Balanço de Pagamentos de uma nação.

Um país realiza diversas transações com o resto do mundo. Estas relações envolvem compra e venda de bens e serviços, compra e venda de ativos (títulos, ações, entre outros). A introdução do comércio internacional na nossa análise traz uma série de diferenças para análise que vinha sendo desenvolvida até o momento. A oferta (produção) agregada do país deixa de ser composta apenas por produtos feitos internamente, mas passa a contar com bens e serviços elaborados no exterior. A demanda (consumo) por produtos internos (domésticos) deixa de ser composta apenas por residentes, passando a se compor também por não residentes.

Nesse sentido, a dotação dos recursos (fatores de produção: trabalho, capital, mão de obra e tecnologia), nacionais deixa de ser um entrave fixo à expansão das atividades produtivas, pois se pode contar com serviços de fatores estrangeiros para ampliar a produção. A poupança interna deixa de ser a única fonte para financiar os investimentos, pois o país pode recorrer à **poupança externa**, assim como a **poupança interna** não precisa mais ser aplicada somente no país, podendo ser investida no exterior. Esse conjunto de transações gera uma série de fluxos de bens e serviços e fluxos monetários e de capitais entre os países e isso afeta o desempenho econômico de um país. Assim, o balanço de pagamentos busca registrar esse conjunto de transações locais/nacionais de uma nação com o resto do mundo.

Outra função importante do balanço de pagamentos remete ao fato de estão registradas todas as compras e vendas de moeda estrangeira. As compras de moedas estrangeiras são efetivadas, para importar mercadorias de outros países ou para pagar serviços prestados por estrangeiros a brasileiros. Também podem ser úteis para que as firmas estrangeiras possam enviar lucros para o exterior, pagamentos de juros de empréstimos estrangeiros, ou pagamento de *royalties* e patentes a outras nações do mundo. As vendas de moedas estrangeiras são efetivadas pelos exportadores que receberam as suas receitas em dólares pelas firmas estrangeiras e precisam de reais, ou pelas entidades que receberam empréstimos de outros países e precisam convertê-los em reais para realizar seus pagamentos. No item taxa de câmbio, veremos com maior clareza a relação da moeda brasileira com moedas estrangeiras.

No Brasil, o balanço de pagamentos é realizado pelo Banco Central, baseado nos registros das transações efetuadas entre residentes no país e residentes em outras nações. Entende-se por residentes os agentes econômicos que possuem o centro de interesse no país. Um turista americano no Brasil não é residente no país, enquanto um turista brasileiro no exterior é residente no país. Dois exemplos: um diplomata brasileiro que esteja morando no exterior para prestar serviços diplomáticos continua sendo residente no país de origem. Uma empresa multinacional, isto é, filial de uma empresa estrangeira instalada no país, é residente, mas seus proprietários que moram no exterior não são residentes.

Em relação às moedas estrangeiras, citadas anteriormente, todas as compras de moeda estrangeira são registradas no lado esquerdo do balanço de pagamentos, isto é, lançadas a débito. Ao passo que, todas as vendas de moeda estrangeira são registradas no lado direito do balanço de pagamentos, ou seja, são lançadas a crédito. Esquemáticamente teremos:

Lado esquerdo – débito	Lado direito – crédito
Compra de moeda estrangeira	Venda de moeda estrangeira

O total de compra de moeda estrangeira deve ser sempre igual ao de vendas de moeda estrangeira, pois sempre que alguém está vendendo alguma coisa, outra pessoa está comprando esta mesma coisa. Em outras palavras, o balanço de pagamentos, assim como qualquer registro contábil, precisa estar sempre em equilíbrio, ou seja, o montante de débitos deve coincidir com o montante de créditos.

#### 20.4.2 Balanço de Pagamentos: Contas e Categorias

Da forma apresentada acima, o balanço de pagamentos não apresenta nenhuma informação nova sobre o comércio exterior de uma nação e, para que isso aconteça, é necessário subdividir o balanço de pagamentos em algumas categorias importantes. Geralmente, ele é subdividido em três grandes categorias, relativas a três tipos de transações. Em primeiro lugar, existe a chamada **Balança Comercial**, que registra todas as exportações de mercadorias brasileiras e todas as importações de mercadorias do resto do mundo. Em segundo lugar, a **Balança de serviços** onde são lançadas as transações com serviços, como fretes, seguros, royalties, assistência técnica, os juros que o Brasil paga pelos empréstimos fornecidos por outras nações do mundo, bem como os lucros remetidos pelas multinacionais aqui localizadas. Registra também os recebimentos do Brasil por serviços prestados a estrangeiros.

As **transferências unilaterais** dizem respeito a um item do balanço de pagamento em que são lançados os donativos recebidos e enviados a outros países, seja em mercadorias ou em donativos financeiros (Vasconcellos e Garcia, 2006).

O saldo do somatório das contas citadas acima é chamado **Transações Correntes**. Um déficit em conta corrente significa que o país absorveu poupanças externas, já um superávit quer dizer que o país investiu liquidamente no exterior (Vasconcellos e Garcia, 2006).

Na conta **movimentos de capitais autônomos**, aparecem as transações que produzem variações no ativo (entrada) e no passivo (saída) externo do país e que modificam sua posição devedora ou credora perante o resto do mundo.

Quanto à rubrica erros e omissões (que pode ser visualizada na estrutura do Balanço de Pagamentos, na página a seguir) cabe uma observação. É a diferença entre o saldo do balanço de pagamentos e o financiamento do resultado que surge quando se tenta igualar transações físicas e financeiras e as várias fontes de informações do Governo, como Receita Federal e Banco Central.

A seguir, pode-se visualizar a estrutura do Balanço de Pagamentos.

### **Balanço de pagamentos**

#### **a) Balança Comercial**

Importações  
Exportações

#### **b) Balanço de Serviços**

-Viagens internacionais  
-Transportes  
-Seguros  
-Rendas de capitais  
-Serviços diversos (royalties, assistência técnica, aluguéis de equipamentos, etc.)  
-Serviços governamentais (embaixadas, consulados, representações no exterior)

#### **c) Transferências Unilaterais**

Doações de mercadorias com trigo, armas ou doações monetárias

#### **d) Balanço de Transações Correntes**

A+B+C

#### **e) Movimento de Capitais Autônomos (capitais financeiros)**

-Investimentos diretos líquidos (instalação de firmas estrangeiras no país)  
-Reinvestimento de uma firma estrangeira já instalada no país  
-Empréstimos e financiamentos (financiamentos de bancos estrangeiros de curto e longo prazo)  
-Amortizações (amortizações de empréstimos e financiamentos)  
-Outros capitais

#### **f) Erros e Omissões**

#### **g) Saldo do Balanço de Pagamentos**

D+E+F

#### **h) Financiamento do Resultado (financiamento oficial compensatório)**

Fonte: Vasconcellos e Garcia (2006)

aula 21

## 21. TAXAS DE CÂMBIO

### 21.1 AS MOEDAS E AS TAXAS DE CÂMBIO NAS RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS

Uma importante diferença do comércio internacional (exterior) em relação ao comércio doméstico (interno) diz respeito ao fato de que este último é realizado com uma mesma moeda (nacional), enquanto que, no comércio internacional, existe a necessidade da conversão entre diferentes moedas. Dentro do Brasil, a compra e venda de mercadorias são feitas com o real; todavia, quando um brasileiro adquire um produto alemão (importa), o vendedor alemão quer receber em marcos alemães. Do mesmo modo, quando o Brasil exporta para a Itália, deseja receber o valor das exportações em real e não em liras, pois ele tem seus custos (salários, impostos, matéria-prima, etc.) em reais e não em liras, dólares ou marcos. Desse modo, o comércio internacional introduz um novo elemento: a **taxa de câmbio**.

A Taxa de Câmbio é o preço da moeda (divisa) estrangeira em reais, sendo determinada pela oferta e pela demanda. A oferta de divisas depende do volume de exportações e da entrada de capitais externos; já a demanda de divisas, do volume de importações e da saída de capitais externos.

Você já deve ter ouvido nas notícias que a taxa de câmbio às vezes encontra-se valorizada e outras vezes desvalorizada. Vamos explicar esse mecanismo através de um exemplo. Suponha que a taxa de câmbio brasileira esteja um por um. O que isso quer dizer? Que com R\$ 1,00 é possível comprar US\$ 1,00, se estivermos comparando nossa moeda, com a moeda norte-americana.

Matematicamente, podemos definir que:  $R\$/US\$ = 1/1 = 1$ . Nesse caso, a divisão entre a moeda brasileira e a moeda estrangeira dá a taxa de câmbio. Temos uma taxa de câmbio igual a 1.

Entretanto, se aumentasse o volume de dólares na economia brasileira, certamente o preço do dólar iria cair. Quanto mais temos de uma moeda ou mercadoria, menor o seu valor, pois a oferta é maior do que a demanda. Então, poderíamos dizer que a nova taxa de câmbio é:  $R\$/US\$ = 1/1,30 = 0,77$ . Assim, a nova taxa é 0,77.

O que isto significa no dia-a-dia das pessoas? Esta nova taxa de câmbio, que é menor do que a anterior, demonstra uma **valorização cambial**. Existe valorização cambial quando o real está mais forte do que a moeda estrangeira analisada. Ou seja, com os mesmos reais se compra mais da outra moeda.

Uma valorização cambial é muito útil para quem importa mercadorias, porque elas se tornam mais baratas. Já uma desvalorização cambial, que ocorre quando a nossa moeda perde valor frente à moeda estrangeira, é muito útil para o setor exportador de mercadorias, pois as nossas mercadorias se tornam mais baratas no exterior, adquirindo competitividade.

Dependendo da estratégia político-econômica, um país pode ter taxas de câmbio fixas ou flexíveis. Uma taxa de câmbio fixa, como a do primeiro exemplo, é vantajosa para o comércio internacional, pois os agentes econômicos sabem que esta taxa não mudará, independentemente de mudanças econômicas em outras variáveis. Além disso, uma taxa de câmbio fixa também é útil contra a inflação, pois não permite o aumento do preço dos produtos importados. Um outro tipo de taxa também pode ser utilizada: taxa de câmbio flutuante, cujo valor é determinado pelas forças do mercado (Vasconcellos e Garcia, 2006).

No Brasil, por exemplo, utiliza-se uma taxa de câmbio flutuante, entretanto, esta é uma flutuação suja, no sentido de que o Governo interfere no mercado do cambial quando é necessário. Quando o câmbio não é favorável ao país, o governo pode comprar ou vender dólares, por exemplo, para alterar a taxa. A dinâmica é a seguinte: quando o governo vende dólares, a tendência é de que o preço do dólar caia, pois há mais dólares no mercado. Entretanto, quando o governo compra dólares, há uma retirada da moeda do mercado e isto faz com que seu preço aumente, desvalorizando a taxa de câmbio brasileira.

## **21.2 MERCADO CAMBIAL**

É um mercado onde as moedas de diferentes países são transacionadas. Nesse mercado, existem ofertas e demandas pelas várias moedas existentes no mundo.

Assim tem-se, por um lado, aqueles (agentes privados ou públicos) que demandam (consomem) determinada moeda. No Brasil temos, por exemplo:

- a. Os importadores de mercadorias norte-americanas, que necessitam de dólares;
- b. Os turistas que viajam para os Estados Unidos;
- c. As empresas norte-americanas que atuam no Brasil e desejam remeter lucros para a matriz.

Com base nesses agentes econômicos, tem-se a demanda brasileira por dólar, por outro lado, essas pessoas/instituições estão oferecendo reais no mercado cambial. Também existem agentes (podem ser privados ou públicos), que oferecem dólares e procuram reais, nesse caso, tem-se:

- a. Os exportadores brasileiros;
- b. Os estrangeiros que querem investir no Brasil (para serem realizados os investimentos estrangeiros, os dólares devem ser trocados por reais);
- c. Os tomadores de empréstimos no exterior;
- d. Os turistas que trazem dólares para o Brasil.

### **REFERÊNCIAS UTILIZADAS**

VASCONCELLOS, M. A.; GARCIA, M. E. G. **Fundamentos de Economia**. 2. ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2006.

aula 22

## 22. COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

Nesta aula, você conhecerá um pouco mais sobre a dinâmica de funcionamento do comércio externo brasileiro, juntamente com seus principais órgãos de regulação.

### 22.1. PANORAMA GERAL DO COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

O comércio exterior assume cada vez mais um papel vital para a maioria dos países do mundo, constituindo uma variável fundamental para o desenvolvimento das nações. Em razão de sua própria natureza, os fatores ligados ao comércio exterior têm implicações com as relações internacionais.

Na ordem interna, o comércio exterior reflete a política de desenvolvimento do país, indicando não só o nível alcançado nesse processo, como também as suas dependências, vulnerabilidades e outras deficiências.

Nesse sentido, existe um grande número de organismos e acordos internacionais que o normatizam, tendo como objetivo a liberdade e a expansão das atividades comerciais. Esse ponto será visto com mais ênfase nas aulas futuras quando você estudar a globalização.

A intervenção do governo brasileiro no seu comércio exterior pode ser resumida em três tipos de controle: o **administrativo**, o cambial e o **aduaneiro**.

*O primeiro*, manifestado através das exigências e do estabelecimento do tratamento administrativo aplicável a cada um dos produtos e a determinadas situações.

*O segundo*, através do controle da política cambial, que foi visto anteriormente.

E, *o terceiro*, pela instituição da tarifa aduaneira, que exige para sua cobrança ou dispensa, a edição de legislação regulamentar pertinente, estabelecendo procedimentos e regimes aduaneiros peculiares. A aplicação e a exigência dessa legislação exigem a criação de uma estrutura administrativa denominada, “alfândega” ou “aduana”, instituição autônoma no âmbito do Ministério da Fazenda da maioria dos países.

Até o final da década de 80, a **POLÍTICA COMERCIAL** do Brasil baseou-se na necessidade de produzir superávits crescentes em sua balança comercial. Os saldos eram obtidos, em grande parte, através de subsídios às exportações, administração da taxa de câmbio e controle administrativo das importações.

O **Brasil** finalizou a década de 90, em plena era da globalização, com altíssima concentração de sua pauta exportadora, período em que **18 setores** respondiam, por mais de 90% das vendas

#### GLOSSÁRIO

**Política comercial:** restrições e regulamentações do comércio internacional

externas e apenas **300 empresas** eram responsáveis por mais de 80% das exportações realizadas. Apesar de todo o esforço em diversificar a pauta das exportações, ainda apresenta um alto grau de concentração, tanto com relação aos produtos, quanto aos países de destino e às regiões exportadoras.

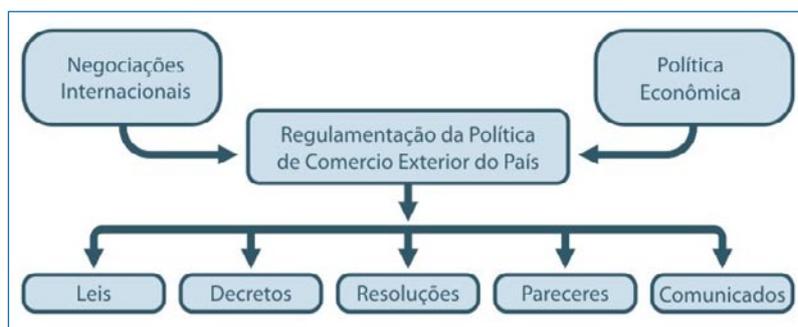
Atualmente, no Brasil temos o MDIC, Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio Exterior, um dos órgãos gestores do comércio exterior que, junto com outros órgãos intervenientes, tem a missão de ampliar a nossa base exportadora e o volume das exportações.

## 22.2 Sistemática do Comércio Exterior do Brasil

A sistemática do comércio exterior do Brasil tem como arcabouço operativo os acordos internacionais assinados, bem como as políticas econômicas estabelecidas no país.

O governo, com base na sua competência para instituir e cobrar impostos, discriminada na constituição federal, bem como para regulamentar as operações de comércio internacional, vale-se de vários mecanismos para instrumentalizar esta sua competência, tais como: leis, medidas provisórias, decretos, portarias, instruções normativas e outros.

Sendo assim, a permanente consulta sobre as alterações ocorridas, bem como a interpretação das sinalizações e condutas do Governo, em questão, é de fundamental importância para que se possa operar neste mercado. Quanto mais transparentes e menos oscilantes forem essas políticas para o comércio internacional, maior será a possibilidade de se basear nele para o planejamento empresarial. A seguir o organograma informa a sistemática do comércio exterior do Brasil.



## 22.3 A Política de Comércio Exterior do Brasil

Pode ser definida como o ato de governar do Estado com vistas à consecução e salvaguarda dos objetivos nacionais, no que concerne ao comércio do país com os demais. Assim, o governo é quem deve dar as condições necessárias aos empresários/comerciantes, para que os mesmos possam adotar sistemas e procedimentos compatíveis com o interesse nacional do momento.

Existem atualmente alguns programas indutores do desenvolvimento do comércio exterior brasileiro como:

- **Programa de Financiamento às Exportações de Bens e Serviços – PROEX:** orientado pelas normas da Secretaria do Comércio Exterior (SECEX) e administrado pelo Banco do Brasil, busca nivelar os custos de operações financeiras às práticas do mercado externo.
- **Programa Nacional de Promoção Comercial:** coordenado pela Câmara de Comércio Exterior, busca promover as exportações dos produtos brasileiros.
- **Programa de Defesa Comercial:** objetiva assegurar que o ingresso de produtos estrangeiros no país ocorra em condições leais de comércio, evitando qualquer prejuízo à produção nacional.
- **Programa de Modernização SISCOMEX:** é a sistemática administrativa do comércio exterior brasileiro, que integra as atividades afins da Receita Federal, Secretaria do Comércio Exterior e do Banco do Brasil. Apresenta as informações referentes às atividades de câmbio, transportes, armazenagem entre outras.
- **Programa de Novos Pólos de Exportação – PNPE:** busca engajar pequenas e médias empresas no processo exportador brasileiro.
- **Programa de Facilitação Operacional do Comércio Exterior:** facilita o engajamento da empresa brasileira no comércio exterior, ampliando a divulgação de informações entre outras iniciativas.

## RECAPITULAÇÃO!!!

### *Exportações*

É a saída da mercadoria nacional ou nacionalizada do território aduaneiro brasileiro. Esta saída está baseada na especialização do país na produção de bens para os quais tenha maior disponibilidade de fatores produtivos, garantindo excedentes exportáveis.

A exportação implica em:

- Entrada de divisas (moeda estrangeira).
- Geração de caixa.

### *Por que é importante EXPORTAR?*

As exportações *facilitam e promovem o desenvolvimento econômico*, produzem uma mudança de mentalidade empresarial, propiciando um salto de qualidade, com reflexos positivos, além de apresentarem outras vantagens como:

- Diversificação de mercados,
- Aprimoramento da qualidade,
- Oportunidade de implantação de marca e desenvolvimento do marketing internacional,
- Desenvolvimento de recursos humanos,
- Custos de produção menores e extensão do ciclo de vida do produto.

### **Importações**

É a entrada de mercadorias provenientes do exterior, em um país. E, conseqüentemente, resulta, quase sempre, na saída de divisas.

A política de importação no Brasil é estabelecida em função dos seguintes fatores:

- Momento econômico
- Momento político
- Situações da balança comercial
- Mercado interno
- Deficiências nacionais

Alguns dos principais pontos do roteiro de importação:

- Pesquisa de mercado
- Legislação, para verificar se a importação de tal mercadoria é permitida no Brasil
- Embarque da mercadoria
- Envio dos documentos
- Despacho aduaneiro e pagamento da importação

Na próxima aula, você estudará um pouco mais sobre o comércio exterior do Brasil, como ele se desenvolveu ao longo dos anos de 1990.

### **REFERÊNCIAS UTILIZADAS:**

MALUF, S, **Administrando o Comércio Exterior**. São Paulo: Aduaneiras, 2000.

aula 23

## 23. EVOLUÇÃO DO SETOR EXTERNO NO BRASIL DESDE OS ANOS 90

Neste item, abordaremos a evolução do setor externo da economia brasileira desde o governo Collor, nas leituras, você encontrará pesquisas referentes à evolução do setor externo brasileiro desde início dos anos de 1990.

### 23.1. GOVERNO COLLOR

Iniciaremos analisando o Plano Collor que, em março de 1990, implementou um amplo conjunto de reformas, alterando drasticamente a política cambial no país, com a adoção do sistema de câmbio flutuante. Nesse sistema, a taxa de câmbio seria formada pela interação entre a oferta de divisas e a demanda por divisas.

É importante lembrar, porém, que o novo sistema não representava a completa liberalização do câmbio uma vez que apenas os agentes autorizados a operar com divisas (moeda estrangeira) podiam participar do mercado.

**Além disso, o Banco Central podia atuar no mercado comprando ou vendendo moeda estrangeira, o que se convencionou chamar de “flutuação suja” da taxa de câmbio.**

**A introdução da taxa flutuante** num quadro de fortíssimo aperto de liquidez valorizou a taxa de câmbio. Num primeiro momento, essa valorização cambial não trouxe dificuldades às exportações, na medida em que a crise de liquidez obrigou os exportadores a fecharem suas operações para fazer “caixa” em cruzeiros.

A partir de setembro de 1990, no entanto, quando o saldo da balança comercial começou a registrar rápida deterioração, o Banco Central interveio fortemente no mercado para não criar dificuldades a longo prazo ao setor exportador. Com isso, até o fim do ano, o cruzeiro sofreria uma desvalorização real superior a 30%.

Outra mudança importante na estratégia do governo Collor foi a política de comércio exterior, adotada em meados de 1990. De acordo com essa política, a **TARIFA ADUANEIRA** a taxa cambial passaram a ser os únicos instrumentos de proteção à produção doméstica, pois foram extintos os controles quantitativos.

Alguns segmentos da sociedade avaliaram que a política redução das barreiras tarifárias, traria impactos extremamente perversos sobre a produção doméstica, a exemplo do que havia ocorrido na Argentina e no Chile.

Outra questão importante a ser destacada na administração Collor é a tentativa de novo acerto para a retomada do pagamento da dívida externa.

Afinal, dentro da estratégia de integração do país na economia mundial, o acerto da dívida externa era uma pré-condição. A novida-

### GLOSSÁRIO

**Tarifa aduaneira:** tarifa oficial, em forma de lei, que determina os direitos a serem pagos sobre a importação de mercadorias, estabelecida conforme as necessidades da economia de um país

de introduzida nas negociações foi, no entanto, o condicionamento do pagamento da dívida externa à geração de **SUPERÁVIT NO ORÇAMENTO PÚBLICO**. Afinal, como o governo era o grande devedor externo, mas não o gerador de divisas, precisaria de cruzeiros para comprar dólares do setor privado. Se não obtivesse esses cruzeiros por meio do superávit fiscal, seria obrigado a emitir moeda e as pressões inflacionárias seriam inevitáveis.

### 23.2. O PLANO REAL

Embora o plano real tivesse como objetivo principal combater a inflação, gerou, sem dúvida, a mudança mais drástica do setor externo da economia brasileira das últimas décadas. O peso dado ao setor externo, como componente do programa de estabilização foi, em parte, responsável pela mudança naquela que se poderia chamar de primeira fase do plano real, que vai desde a sua implementação, em julho de 1994, até a brusca desvalorização de janeiro de 1999.

Ao mesmo tempo, essa estratégia foi responsável pela vulnerabilidade da economia a choques externos, o que acabou obrigando o governo a mudar sua política a partir do início de 1999.

A **abertura comercial**, que havia se iniciado em 1990, foi a grande marca do plano real. Conjugando um processo de redução das alíquotas de importação com a valorização cambial, a estratégia de estabilização foi extremamente dependente do setor externo.

Nos primeiros anos do plano real, o consumo/demanda se aqueceu porque a redução da inflação favoreceu as camadas de menor poder aquisitivo e também porque possibilitou a volta do crediário, devido ao controle da inflação.

Grande parte do aumento desse consumo foi desviado para as importações, não apenas por meio de bens de consumo como também pelos bens intermediários e bens de capital.

IMPORTANTE: Na realidade, a valorização do câmbio e a redução dos impostos de importação tornavam os produtos importados extremamente baratos em relação aos nacionais.

A própria preocupação do setor empresarial em reduzir os custos de produção levou à importação de insumos e à aquisição de bens de capital no exterior, principalmente pela necessidade de modernização da economia.

Os reflexos dessa nova situação na balança comercial foram imediatos: no primeiro ano do plano real (julho de 1994 a julho de 1995), **as importações cresceram mais que 70%** em relação aos 12 meses anteriores e **os déficits comerciais já haviam surgido em novembro de 1994, em torno de US\$ 409 milhões de dólares.**

### GLOSSÁRIO

**Superávit no orçamento público:**  
economia feita pelo setor público para pagar os juros da dívida)

A partir de 1995, a balança comercial volta a apresentar resultado positivo, e a situação externa brasileira foi favorecida por uma significativa entrada de capitais financeiros, atraídos por um diferencial extremamente alto entre as taxas de juros interna e externa. Embora grande parte desse capital fosse constituída de recursos de curto prazo, dadas as condições internacionais de liquidez e a necessidade de elevar o nível de reservas para superar essa fase de transição, não havia como "exigir" a permanência desse capital por um período mais longo.

Com isso, as **RESERVAS INTERNACIONAIS** do país passaram a se elevar continuamente e, no fim de 1995, já atingiam a 51,5 bilhões de dólares.

O volume de reservas em maio de 2009 situou-se na faixa dos 205 bilhões de dólares.

O Plano Real, no fim de 1995, entrou em nova fase, o Ministério da Fazenda passou gradualmente a flexibilizar a política monetária com a ampliação dos prazos de financiamento, redução suave dos **DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS** e das taxas de juros.

**Com essa política monetária expansionista o nível de atividade voltou a crescer.**

É importante destacar que, à medida que a recuperação da atividade concentrou-se fortemente na expansão da produção de bens de consumo duráveis (basicamente devido à ampliação do crédito), as pressões sobre a balança comercial foram inevitáveis, uma vez que esses segmentos são fortemente importadores de componentes, notadamente na área eletroeletrônica, por meio da Zona Franca de Manaus.

A partir de 1999, após ter enfrentado a crise da Ásia em 1998, o plano real começa a apresentar mudanças significativas no contexto das políticas econômicas, adotando o **câmbio livre** (mercado determina a taxa), os movimentos iniciais do câmbio levaram a uma supervalorização do real frente ao dólar.

**IMPORTANTE:** Como acontece em mercados livres, o dólar passou a apresentar alta volatilidade, com elevação em períodos de vencimentos de obrigações externas, e recuo em períodos em que as obrigações eram pequenas ou não existiam.

Essa situação levou o governo a entrar mais diretamente no mercado cambial a partir de novembro de 1999, com o objetivo de reduzir a volatilidade.

## GLOSSÁRIO

**Reservas internacionais:** moeda estrangeira empoder do governo brasileiro

## GLOSSÁRIO

**Depósitos compulsórios:** Os bancos mantêm parte de seus depósitos no Banco Central. Parte deles são voluntários - para cobrir eventuais diferenças na compensação bancária - e parte são compulsórios. As Reservas Compulsórias são uma proporção dos depósitos à vista e a prazo que os bancos têm obrigatoriamente que recolher ao Bacen. Quem fixa este percentual é o CMN, com o propósito de limitar a expansão das operações de crédito na economia

Um resumo dos resultados do plano real na área externa nos anos de 1990:

**a)** As importações aumentaram de \$ 25,7 bilhões em 1993 para \$ 55,8 bilhões em 2000.

Destaque para 2008: \$ 173

**b)** As exportações evoluíram de \$ 38,8 bilhões em 1993 para \$ 55 bilhões em 2000.

Destaque para 2008: \$ 197 bilhões

**c)** O volume de investimentos estrangeiros diretos aumentou de \$ 6,3 bilhões 1993 para \$ 30,6 bilhões em 2000.

Destaque para 2008: \$ 45 bilhões

Como se pôde observar ao longo do texto, o setor externo da economia brasileira passou por diferentes fases nesse período. Apesar de a economia brasileira apresentar um grau bastante reduzido de abertura externa, as oscilações do mercado internacional têm sido muito significativas.

Essa sensibilidade pode estar crescendo com o processo de globalização (que será estudado com mais detalhes em aula futura), que tem determinado uma crescente interligação entre mercados financeiros e de bens e a integração das economias num grande mercado, com desregulamentação dos fluxos de comércio, produção e financeiro.

Nesse novo processo, a produção será realizada nos países em que será possível alcançar maior grau de competitividade. As decisões no plano das firmas envolvem não apenas um determinado mercado, mas todos os possíveis, como também todas as possíveis localizações e fornecedores.

Além disso, os preços internacionais passam a ser parâmetros para os preços internos e o referencial da capacidade de competir não é mais o concorrente interno, mas sim o concorrente externo. O investimento estrangeiro direto espalha-se pelo mundo, principalmente por meio de fusões, incorporações e **JOINT VENTURE**, com o objetivo de buscar a competitividade global.

Nessa nova realidade, o desafio é grande porque as empresas precisam ganhar competitividade, ou seja, ganhar produtividade de forma permanente.

Na próxima aula, veremos os principais conceitos acerca da globalização e como esse fenômeno tem modificado as economias nacionais.

#### GLOSSÁRIO

**Joint Ventures:** associação de empresas não definida, para explorar determinado negócio, sem que nenhuma delas perca sua personalidade jurídica.

aula 24

## 24. GLOBALIZAÇÃO E ACORDOS REGIONAIS

Nesta aula, você estudará o processo de globalização e sua influência em todos os países em especial após o término da Guerra Fria juntamente com a formação de blocos regionais.

### 24.1. PANORAMA GERAL DA GLOBALIZAÇÃO

O período pós-guerra presenciou uma contínua expansão dos mercados mundiais. O comércio internacional, após um longo período de retração devido a duas guerras mundiais e à grande crise de 1929, inicia uma fase de rápida expansão impulsionada pelo crescimento da renda mundial e pela liberalização comercial negociada com o GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio).

No decorrer desse período, o crescimento do comércio mundial suplantou o crescimento da renda mundial, indicando que os países estão crescentemente se especializando internacionalmente e utilizando o mercado mundial para aumentar seu nível de bem-estar e de crescimento econômico, o que não quer dizer que a ameaça protecionista tenha sido reduzida.

Particularmente a partir dos anos 1970, com o aumento da participação dos países em desenvolvimento no comércio internacional, os países ricos passaram a utilizar intensamente as restrições não-tarifárias para proteger suas indústrias da concorrência com os países emergentes. Intensificou-se a utilização das quotas de importação, de normas (técnicas fitossanitárias, de qualidade, meio ambiente e condições de trabalho), das restrições voluntárias à exportação e de leis comerciais para coibir a entrada de produtos importados.

Outra mudança importante do mercado mundial foi o aumento da participação das multinacionais na produção e no comércio internacional. Estima-se que pelo menos um terço da produção mundial seja controlado pelas multinacionais e estas firmas têm transferido parcelas crescentes de sua produção para os países emergentes.

O baixo custo da mão de obra, as perspectivas de crescimento do mercado interno e o acesso a recursos naturais transformaram esses países em atores cada vez mais importantes no cenário mundial. A internacionalização do comércio, das finanças e da produção é o fenômeno conhecido como globalização da economia mundial.

Outra tendência recente na economia mundial é a proliferação de acordos regionais de comércio. Existe quase uma centena de tais acordos e entre eles se destacam: a **União Europeia**, o NAFTA, o **Bloco do Yen** e o **Mercosul**.

Destes, o mais sofisticado é o acordo europeu com sua moeda única para seus países-membros.

O NAFTA é mais modesto em suas ambições, com sua área de livre comércio entre os Estados Unidos, Canadá e México.

### SAIBA MAIS

Material para leitura adicional:  
Mundo Globalizado: Realidade e desafios. Ver no livro: **A Economia Internacional na Entrada do Século XXI: Transformações Irreversíveis**, de Argemiro L. Brum, ed. Unijuí, 2001.

**Ministério da Indústria Comércio exterior**, dados referentes às exportações e importações brasileiras recentes, em: [www.desenvolvimento.gov.br](http://www.desenvolvimento.gov.br); e **Federação das Indústrias de São Paulo**, em: <http://www.fiesp.com.br>, pode-se pesquisar no item 'relações internacionais' os principais parceiros comerciais do Brasil, informações sobre a conjuntura do comércio exterior brasileiro, entre outras.

O Bloco do Yen envolve o Japão e seus vizinhos asiáticos e é um bloco informal no qual as transações comerciais têm se expandido a taxas extremamente elevadas, em função do grande dinamismo do crescimento econômico daquela região.

O Mercosul envolve Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, e conta com países associados entre eles a Venezuela. Esse bloco voltou-se à implantação de um mercado comum entre esses países. Trata-se de um conglomerado bastante atuante na região e que está desenvolvendo negociações com as demais nações sul-americanas visando à criação de uma zona de livre comércio na América do Sul.

Além disso, o Mercosul está iniciando as discussões tanto com a América do Norte quanto com a União Europeia, com o objetivo de negociar tratados de livre comércio entre essas regiões.

Finalmente, deve-se destacar a crescente importância dos países em desenvolvimento na economia mundial, atraindo parcelas importantes do investimento e produção mundiais. Esses países já são responsáveis por 25% das exportações mundiais de manufaturados, graças à estratégia de promoção às exportações que eles iniciaram a partir de meados dos anos 1960. Eles perceberam que a política de substituição de importações não conseguiria manter o dinamismo e a competitividade internacional de suas indústrias e passaram a enfatizar a abertura econômica para o exterior como estratégia de acelerar seu crescimento.

Os países mais bem-sucedidos nessa estratégia foram os asiáticos, por meio da combinação de estabilidade macroeconômica, taxas de câmbio atrativas para a exportação e investimentos governamentais, particularmente na educação e em infraestrutura. O Brasil vem tentando, desde o final dos anos 1980, implementar um programa de abertura comercial e financeira que o possibilite gradualmente recuperar o poder competitivo na economia mundial.

aula 25

## 25. TEORIA DA GLOBALIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DO CAPITAL

### 25.1 BREVE APANHADO GERAL SOBRE O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO

Ao longo da história, o capitalismo teve seus centros dinâmicos na Holanda, Inglaterra, França, Alemanha, EUA entre outras nações e, em qualquer caso, sempre ultrapassou as fronteiras de todos os tipos, mais do que isso, recriou, dissolveu fronteiras, influenciou decisivamente no desenho do mapa mundi, tornando-se um modo de produção global.

O capitalismo é um processo econômico, social, cultural e político que influencia todas as formas de organização de vida e do trabalho.

**As forças produtivas básicas são:** o capital, a força de trabalho, a tecnologia, a divisão social do trabalho, o mercado, entre outras.

A ironia é que a globalização do capital já havia sido preconizada por Marx, como um modo de produção com caráter internacional. A partir do século XX, o mundo tornou-se crescentemente capitalista, interligado em um sistema de comércio e de investimentos.

A globalização do capitalismo se concretiza após o término da Guerra Fria, com a adoção da economia de mercado por quase todas as nações do mundo. A globalização do capitalismo redefine e subordina os Estados Nacionais; as nações e as nacionalidades tornam-se mais interdependentes do que nunca. Mas, neste contexto, as transnacionais adquirem poder e força e se concretizam com o processo de globalização.

Com o desenvolvimento do capitalismo, no século XX, o capital deixou de ter características nacionais (capital inglês, norte-americano, japonês), predominam as formas e movimentos de capital em nível internacional, há modificações qualitativas e quantitativas no movimento dos capitais, encontram-se novas formas e possibilidades de reprodução.

Com o fim da Guerra Fria, essa conotação do capital torna-se mais intensa, em parte pela desagregação dos países do bloco socialista, cujas economias passaram a ser vistas como fronteiras de negócios, investimentos, associações de capitais e transferências de tecnologia. Com o capitalismo se desenvolvendo de forma intensa e extensiva pelo mundo, as corporações multinacionais, as empresas e conglomerados transnacionais (monopólios, trustes, cartéis) adquirem predominância sobre as economias nacionais.

IMPORTANTE: O mundo transformou-se em uma fábrica global. Essa afirmação pode ser compreendida pela generalização das forças produtivas, como também pela globalização dos processos de produção. Assim, globalizam-se as instituições, os princípios jurídico-políticos, os padrões socioculturais, com isso, a industrialização é orientada para as exportações, da mesma forma, acontece a desestatização, a desregulação dos mercados e a monitorização de políticas econômicas pelo FMI, BM (criados em fins de 1940) e outras instituições multilaterais e transnacionais, que serão estudadas no decorrer desta aula.

## 25.2. INTENSIFICAÇÃO DA GLOBALIZAÇÃO NO CAPITALISMO

A internacionalização do capital é compreendida como internacionalização do processo produtivo, das forças produtivas e das relações de produção.

Numa época de mercados mundiais de capitais, as diversas formas de capital movimentam-se cada vez mais rápido e de modo generalizado, todas as instâncias ditas nacionais veem reduzidas sua capacidade de controlar os movimentos de capitais.

Pode-se compreender o processo de internacionalização do capital como a formação de capital global. Assim, no capitalismo contemporâneo, as finanças são as que ditam o ritmo das economias, cenário em que as aplicações financeiras de lucros retidos ou em caixa tornam-se um elemento central de acumulação global de riqueza.

FIQUE ATENTO PORQUE: O local de poder econômico e político transferiu-se para a ascensão dos mercados financeiros. Nesta época de globalização do capitalismo, o capital adquire caráter universal.

**Nesse contexto é que surgem** organizações como ONU, FMI, BIRD, ONGs. As relações entre os países ocorrem por meio de pactos, blocos, bilateralismo, multilateralismo.

As fórmulas de integrações regionais são: Mercosul, CEU, NAFTA, entre outras e funcionam como base de um sistema de interdependência (mútua dependência) entre os países.

A tese da modernização tem por base o princípio da mão-invisível, pois, na medida em que se generaliza, os fatores de produção, a divisão social do trabalho, o bem-estar social também se generalizam, garantindo a felicidade de uns e de outros, em conformidade com os princípios de mercado e com o ideário do liberalismo econômico: a liberdade econômica como condição de liberdade política, e a liberdade e igualdade do proprietário, todas garantidas pelo contrato codificado no direito.

Esse processo pode ser compreendido como o neoliberalismo em tempos de globalização do capitalismo, com vigência e generalização das forças de mercado em nível global.

O FMI e o BIRD encarregam-se de ditar as diretrizes relativas a desestatizações, privatizações, desregulamentações. Enquanto que o liberalismo econômico baseava-se no princípio de soberania, o neoliberalismo passa por cima dela, deslocando o poder de soberania para as corporações e outras organizações de âmbito global. Pode-se dizer que a teoria de modernização confere um papel especial às elites, que podem ser intelectuais, empresariais, militares, religiosas, assim, o povo e as massas devem seguir e realizar as diretrizes ditadas pelas elites modernizantes, surgindo a necessidade de profissionalizar-se, alfabetizar-se entre outras questões.

No curso da modernização do mundo e simultaneamente da globalização, prossegue a generalização do pensamento pragmático e racional. Sob este aporte está a ideia de aperfeiçoamento ilimitado, evolução progressiva, apontando que a mundialização é um desdobramento necessário e inevitável no processo civilizatório do capitalismo. Cabe ressaltar que os processos de globalização e de modernização se desenvolvem de forma simultânea e recíproca pelo mundo afora. O que cria a ilusão de integração, homogeneização é o fato indiscutível da força do ocidentalismo, conjugada com o capitalismo, surgindo, assim, a retórica do pós-moderno tanto no México, quanto em Paris.

### 25.3. ORGANISMOS POLÍTICOS INTERNACIONAIS

Como citamos anteriormente, existe um grande número de organismos e acordos internacionais que normatizam o comércio internacional. Tendo como objetivo a liberdade e a expansão das atividades comerciais, estes órgãos internacionais estão voltados à organização das atividades de intercâmbio comercial.

Esses organismos, embora não disponham de poder supranacional explícito, são entidades altamente institucionalizadas, podendo influenciar e até mesmo condicionar o comportamento econômico e comercial de cada um dos países-membros frente aos demais, especialmente as nações pobres em desenvolvimento.

A ONU (Organização das Nações Unidas) e alguns de seus organismos político-econômicos de âmbito global e regional e os de maior importância para a América Latina serão listados a seguir.

- A **Organização das Nações Unidas** (ONU) foi criada por intermédio da conferência em São Francisco, em junho de 1945, ano em que terminou a II Guerra Mundial. Seus principais objetivos são o estabelecimento de meios que permitam elevar o poder de compra dos países-membros e dos Estados em vias de desenvolvimento, combater o analfabetismo e fomentar o respeito à liberdade mútua.

- **Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL):** criada em fevereiro de 1948, está subordinada ao conselho econômico e social do ONU, sua área de atuação é a América Latina e o Caribe, maiores detalhes você encontra em [www.eclac.cl](http://www.eclac.cl); a sede atualmente da CEPAL é em Santiago do Chile.
- **Fundo Monetário Internacional (FMI):** foi criado formalmente em Washington, em 1945, é um organismo internacional ligado à ONU por intermédio dos organismos especializados pertencentes ao conselho econômico e social. Destina-se a colaborar na manutenção do equilíbrio no balanço de pagamentos, entre outras funções. O Brasil, ao longo dos anos 90, recorreu a empréstimos junto ao FMI, para saldar seus compromissos financeiros internacionais e para equilibrar o balanço de pagamentos.
- **Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD):** é também conhecido como Banco Mundial ou Banco Internacional. É uma instituição intergovernamental constituída sob a forma de sociedade, na qual o capital é realizado pelos países-membros. Foi criado juntamente com o FMI em 1945, como resultado da conferência de Breton Woods de 1944.
- **Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID):** foi criado em 1959, tem como objetivo conceder empréstimos a governos, organismos públicos e privados, para a realização de programas econômicos específicos, a serem reembolsados na mesma moeda da outorga, em prazos que oscilam entre 10 e 25 anos.
- **Organização Mundial do Comércio (OMC):** criada em 1995, em substituição ao antigo GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), tem funções como: administrar o entendimento sobre as regras e procedimentos relativos à solução de controvérsias no comércio internacional, administrar o mecanismo de exame das políticas comerciais, ou seja, regulamentar o comércio internacional entre os países.

## **BIBLIOGRAFIA BÁSICA UTILIZADA**

CARDOSO, E. A **Economia Brasileira ao Alcance de Todos**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

VASCONCELLOS, M; GARCIA M. **Fundamentos de Economia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

GREMAUD, A. P. ; DIAZ, M. D. M.; AZEVEDO, P. F. ; TONETO JÚNIOR, R. **Introdução à Economia**. São Paulo: Atlas, 2007.

GREMAUD, A. P. ; VASCONCELLOS, M, ; TONETO JÚNIOR, R. **Economia Brasileira**. São Paulo: Atlas, 2009.

MANKIW, N. G. **Introdução à Economia**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PINHO, D. B.; VASCONCELLOS, M. A. S. de **Manual de Economia**. 6. ed. São Paulo: Editora, 2006.

ROSSETTI, J. O. **Introdução à Economia**. 20 ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2003.

TROSTER, R. L. ; MOCHÓN, F. **Introdução à Economia**. Makron Books: São Paulo, 1999.